

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓSGRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA**

Amata Xavier Medeiros

“Que Socioeducativo que é esse?”: Trajetória de jovens em cumprimento de Medida Socioeducativa em Juiz de Fora

Juiz de Fora

2019

Amata Xavier Medeiros

“Que Socioeducativo que é esse?”: Trajetória de jovens em cumprimento de Medida Socioeducativa em Juiz de Fora

Orientador: Fernando Santana de Paiva

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Psicologia, da Universidade Federal de Juiz de Fora como requisito parcial a obtenção do grau de Mestre em Psicologia. Área de concentração: Processos Psicossociais em Saúde.

Juiz de Fora

2019

Ficha catalográfica elaborada através do programa de geração automática da Biblioteca Universitária da UFJF, com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

Medeiros, Amata Xavier.

“QUE SOCIOEDUCATIVO QUE É ESSE?” : TRAJETÓRIA DE JOVENS EM CUMPRIMENTO DE MEDIDA SOCIOEDUCATIVA EM JUIZ DE FORA / Amata Xavier Medeiros. -- 2019.

136 p.

Orientador: Fernando Santana de Paiva

Dissertação (mestrado acadêmico) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Instituto de Ciências Humanas. Programa de Pós Graduação em Psicologia, 2019.

1. Juventude . 2. Medida Socioeducativa. 3. Criminalização da Juventude. 4. Psicologia Social. 5. Liberdade Assistida. I. Paiva, Fernando Santana de, orient. II. Título.

AMATA XAVIER MEDEIROS

“QUE SOCIOEDUCATIVO QUE É ESSE?”: TRAJETÓRIA DE JOVENS EM CUMPRIMENTO DE MEDIDA SOCIOEDUCATIVA EM JUIZ DE FORA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Juiz de Fora como requisito parcial à obtenção do grau Mestre em Psicologia.

Dissertação defendida e aprovada em 25 de fevereiro de 2019.



Prof. Dr. Fernando Santana Paiva
Universidade Federal de Juiz de Fora

Prof. Dr. Paulo Cesar Pontes Fraga
Universidade Federal de Juiz de Fora



Prof^a. Dra^a. Adriana Eiko Matsumoto
Universidade Federal Fluminense

AGRADECIMENTOS

Primeiramente agradeço à minha mãe Jaéder e ao meu pai Pedro, pelo incentivo constante, pela aposta no meu desenvolvimento e na minha formação. Mas agradeço principalmente pela compreensão nas minhas ausências em decorrência do trabalho, que não foram poucas. À minha irmã Noara, pelo afeto e por entender as minhas limitações. Ao meu sobrinho Enzo, por chegar à minha vida e me proporcionar a vivência dos sentimentos mais puros e genuínos. Às minhas companheiras de vida, Mariana e Carol, por serem parte da minha família e me proporcionarem a leveza do dia a dia e o apoio sem medida nos momentos mais difíceis. Obrigada pelas garrafas de café e pelas noites de estudo juntas.

À Mariana Almeida pelo apoio e inspiração. Você é força e luta pra mim. À Milla pela força, sintonia e segurança nos momentos mais inseguros. Ao meu amigo Wanderson pela permanência da amizade e companheirismo desmedido.

À Camila e Kíssila, companheiras de jornada que trazem a leveza necessária da vida. Ao Pedro pelo incentivo e apoio na minha formação (inclusive para fazer a prova do mestrado). Pela amizade desses anos.

Ao querido Ronan, pelo carinho e por me aproximar de um lado da vida que não abro mão. Ao Tenetehara por ser horizonte e tão necessário.

Ao grupo Martín-Baró, pelo espaço e pela potência que me proporcionou.

Especialmente às queridas e aos queridos Marina, Júlia, Luiza, Matheus, João Paulo e Thalles pela energia e dedicação que muitas vezes foram fontes de inspiração para a continuidade do meu trabalho. À Paloma, pelo empenho na realização da pesquisa.

Às minhas amigas e parceiras de problematizações e cervejas que continuam na trajetória desde a graduação: Luísa, Júlia, Vivi, Monique, Isa, João, Bia.

Aos professores que de fato participaram desse percurso e aos trabalhos que foram fonte de inspiração para a construção do meu. Destaco os trabalhos de Vera, Vânia e Kíssila.

À Universidade Federal de Juiz de Fora, divisor de águas em minha vida. Pela permanência nesses anos, por ser minha segunda casa, pela importância do ensino público, gratuito e de qualidade. A Universidade pública resiste!

Ao programa de PPG -Psicologia da UFJF, pela oportunidade de realizar o mestrado.

À AMAC e à Secretaria de Desenvolvimento Social de Juiz de Fora, por permitirem a realização da pesquisa e a minha inserção no campo. Agradeço principalmente nas figuras de Andreia, Elaine, Delorme, Fabiana, Cláudio e Francisca pela acolhida.

À Glauce, assistente social que pude acompanhar durante o meu trabalho no CREAS, referência que sempre lembrarei. Obrigada pelo afeto e orientações.

À minha companheira Nicole, por acompanhar e participar dessa jornada. Pela nossa relação representar transformação e(m) afeto. Por ter me acordado quando eu precisava trabalhar(rs). Agradeço pela permanência no caos e pela inspiração que você me traz.

À banca, Adriana e Paulo, pela acolhida, disponibilidade e orientações que foram fundamentais para a continuidade do trabalho.

Ao meu orientador Fernando, por ter feito desse trabalho uma verdadeira parceria, por ter estado ao meu lado e acolhido minhas dificuldades. Por ter me ensinado – com suas ações – que afeto e revolta andam lado a lado. Por me inspirar a lutar por um lugar mais justo pra nós, por ser um sopro de alívio e de determinação. Nossos encontros, para mim, sempre foram símbolo de criatividade, inspiração e leveza.

Aos jovens que tiveram a generosidade de compartilhar suas histórias comigo. A vocês, por mais limitado que seja: este trabalho. Jamais esquecerei o que foi dito, espero que isso se torne instrumento de luta e transformação.

À CAPES, pela bolsa de Mestrado concedida.

O Sistema

Quem está contra, ensina a máquina, é inimigo do país. Quem denuncia a injustiça comete delito de lesa-pátria.

Eu sou o país, diz a máquina. Este campo de concentração é o país: esta podridão, esse imenso baldio vazio de homens.

Quem crê que a pátria é uma casa de todos será filho de ninguém.

Dias e noites de amor e de guerra (Eduardo Galeano)

RESUMO

A presente dissertação objetivou compreender as experiências e trajetórias de jovens em cumprimento de Medida Socioeducativa (MSE), especificamente no processo de retorno para o meio aberto (Liberdade Assistida), analisando os desafios, os recursos utilizados e a maneira como percebem esse processo. Segundo o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo publicado em 2018, 26.450 jovens entre 12 e 21 anos estavam em regime de privação de liberdade, semiliberdade, internação sanção ou provisória. Soma-se a isso o fato de que o Brasil é o terceiro país que mais encarcera no mundo. Orientada epistemológica e politicamente pela Psicologia Social Crítica e pela Criminologia Crítica, esta dissertação buscou construir um percurso teórico que subsidiasse as posteriores análises e discussões. Permaneci durante 6 meses no Centro de Referência Especializada em Assistência Social, dispositivo que executava as MSE de Liberdade Assistida(La) e Prestação de Serviço à Comunidade (PSC), empregando a Observação Participante e o Diário de Campo como recursos metodológicos para a produção de dados. Entrevistei 7 jovens em cumprimento de LA, baseada no método da História de Vida, efetuando também a leitura dos processos judiciais de tais sujeitos. Para a análise dos dados utilizei a Análise de Conteúdo do tipo temática, formulando 22 categorias. Como principais resultados encontraram-se: a) uma trajetória marcada por vulnerabilidades e múltiplas violências; b) a presença do tráfico enquanto fator de sobrevivência, trabalho e também de ponte para que esses jovens cheguem até a MSE; c) a invisibilidade desse jovem para as políticas sociais paralelamente a uma grande visibilidade para os aparatos da justiça e segurança; d) dificuldades nesse processo de reinserção social, o que denuncia uma precariedade anterior e posterior ao sistema de proteção à infância e adolescência. Considera-se que a realidade desses sujeitos questiona o que é ser jovem. Transformações estruturais que impactem a realidade vivenciada por esses sujeitos são necessárias, todavia, mudanças nos âmbitos das políticas de segurança pública e de suporte e

proteção social também devem ser pensadas. Além disso, propostas de trabalho que coloquem a perspectiva do jovem, suas necessidades e realidade como elemento norteador são necessárias para uma intervenção contextualizada e coerente.

Palavras-chave: Juventude. Medida Socioeducativa. Criminalização da Juventude. Psicologia Social. Liberdade Assistida

ABSTRACT

This dissertation aimed to understand the experiences and trajectories of young people in compliance with the Socio-Educational Measure (MSE), specifically in the process of return to the open environment (Assisted Freedom), analyzing the challenges, the resources used and the way they perceive this process. According to the National System of Socio-Educational Assistance published in 2018, 26,450 young people between 12 and 21 years old were in deprivation of liberty, semi-liberty, sanction or provisional hospitalization. Added to this is the fact that Brazil is the third country that has most imprisoned in the world. Based on epistemological and political orientation by Critical Social Psychology and Critical Criminology, this dissertation sought to build a theoretical course that would support subsequent analyzes and discussions. I stayed for 6 months in the Specialized Reference Center on Social Assistance, which implemented the MSE of Assisted Freedom (La) and Community Service Provision (PSC), employing Participant Observation and Field Diary as methodological resources for the production of data. I interviewed 7 young people in compliance with LA, based on the Life History method, also reading the judicial processes of such subjects. For the data analysis I used the Content Analysis of the thematic type, formulating 22 categories. The main results were: a) a trajectory marked by vulnerabilities and multiple violence; b) the presence of trafficking as a factor of survival, work and also bridge to bring these young people to the MSE; c) the invisibility of this young person to the social policies parallel to a great visibility for the apparatuses of justice and security; d) difficulties in this process of social reintegration, which denounces precariousness before and after the system of protection of children and adolescents. It is considered that the reality of these subjects questions what it is to be young. Structural transformations that impact the reality experienced by these subjects are necessary, however, changes in the areas of public security policies and support and social protection should also be considered. In addition,

work proposals that put the perspective of the young person, their needs and reality as guiding element are necessary for a contextualized and coherent intervention.

Keywords: Youth. Socioeducative Measurement. Criminalization of Youth. Social Psychology. Assisted Freedom.

RESUMEN

A continuación se presenta un resumen de objetivos y experiencias en el ámbito de la Medida Socioeducativa (MSE), específicamente no hay un proceso de retorno para mí (Liberdade Assistida), análisis de los desafíos, los problemas y la facilidad para hacerlo. Segundo o Sistema Nacional de Asistencia Socioeducativa publicado en 2018, 26.450 niños entre 12 y 21 años en régimen de privação de liberdade, semiliberdade, internacionalção sanção ou provisória. También está a un lado de Brasil o de un país que no está en el mundo. Orientación epistemológica y política, Psicología, Crítica social y Criminología, Crítica, este es un negocio que se debe hacer para que te ayuden a leer y escribir. Permanecerá durante 6 meses en el Centro de Referencia Especializada en Asistencia Social, dispositivo que se ejecutará como MSE de Liberdade Assistida (La) y Prestação de Serviço à Comunidade (PSC), empregando una Observación Participante y un Diálogo de Campo como un conjunto de productos para su producción. . Entrevistei 7 jovens em cumprimento de LA, baseada no method da História of Vida, efetuando também a leitura dos processos judiciais de tais sujeitos. Para obtener un análisis de dos fechas, utilice 22 categorías. Como principales resultados encontraram-se: a) Trayectoria marcada por vulnerabilidades y múltiples violencias; b) una presença do traffic enquanto fator de sobrevivência, trabalho y también de ponte para que esses jovens cheguem até a MSE; c) invisibilidade desse jovem para as socieis paralelamente a uma big visibilidade to os aparatos da justiça e segurança; d) dificulta el procesamiento de la reinserción social, o la denuncia previa y posterior del sistema de protección de la información y la adolescencia. Considera que una realidad se cuestiona o que se jovem. Transformar las relaciones que impactan en una realidad vivida por sus propias necesidades, todavia, mudanzas y redes sociales de seguridad pública y de protección social y social. Además, las funciones de trabajo que se presentan como una perspectiva de la

vida, las necesidades y la realidad como elemento norteador son necesarias para una intervención contextualizada y coherente.

Palabras clave: Juventud. Medida Socioeducativa. Criminalización de la Juventud. Psicología Social. Libertad Asistida.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	13
1 A criminalização da juventude no Brasil: algumas contribuições da Criminologia Crítica e da Psicologia Social Crítica.....	16
1.1 Construção do inimigo: transformando os pauperizados em criminosos.....	16
1.2 Juventude ou adolescência criminosa?	21
1.3 Criminalização e violência: aportes da Psicologia Social Crítica.....	24
2 As Medidas Socioeducativas: entre a proteção e a punição.....	34
2.1 Realidade dos jovens brasileiros encarcerados	39
2.2 A dialética exclusão – inclusão e as ilusões “Re”	44
3 Percurso metodológico	49
3.1 O campo	49
3.1.1 Instituições locais de aplicação de Medida Socioeducativa	49
3.1.2 O caminho percorrido até chegar ao CREAS	51
3.1.3 A Liberdade Assistida	52
3.2 As etapas da pesquisa	55
3.2.1 A observação participante	55
3.2.2 Diário de campo – o cotidiano.....	57
3.2.3 As entrevistas a partir da História de Vida	62
3.3 Participantes da entrevista	63
3.3.1 Quem são os sete informantes?	64
3.4 Análise dos dados.....	71
3.5 Formalização no Comitê de Ética	71
3.6. Formalização na Vara da Infância e AMAC	71
3.7 Riscos	72
4 Resultados	73
4.1 Trajetórias de vulnerabilidades	73
4.2 Aplicações da Medida Socioeducativa de Internação: experiências e percepções da privação de liberdade	87
4.3 Liberdade Assistida, consequências e desafios da MSE	97
5 Discussão	108
6 Considerações finais	116
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	118

ANEXOS	125
--------------	-----

INTRODUÇÃO

A presente dissertação, a qual buscou compreender a trajetória de jovens que estavam em cumprimento de Medida Socioeducativa, se forja mediada pelo desejo de se trabalhar com os dois pés na realidade, processo que nem sempre é óbvio na Universidade. Nesse trabalho busca unir o interesse em trabalhar com a juventude, tema e público com os quais busquei me dedicar durante toda a minha trajetória acadêmica e com os processos de desigualdade social e gestão da miséria brasileira, temáticas que acredito ser função ética e política do campo da psicologia.

Meu interesse por trabalhar com esse público nasce junto ao meu primeiro estágio que foi realizado em uma Unidade Básica de Saúde do bairro Olavo Costa, onde pude trabalhar com crianças e adolescentes a partir da Psicologia Social Comunitária. Essa experiência foi uma das oportunidades mais enriquecedoras que tive durante minha formação e, com certeza, me propiciou muito mais aprendizado do que o retorno que pude dar à citada instituição ou aos sujeitos com os quais estive.

Destaco essa experiência por ter sido a partir dela que comecei a me aproximar de uma das expressões mais patentes da injustiça e da desigualdade vivenciada no Brasil – a criminalização de jovens pobres. Nesse estágio acompanhei crianças que aos 9 anos eram chamadas a participar do tráfico, mas, que antes disso, denunciavam um infinito cenário de escassez e limitação no desenvolvimento de suas vidas. Além disso, pude, infelizmente, presenciar as constantes notícias na UBS dos jovens que eram assassinados, que tinham que fugir do bairro ou que tinham sido pegos pelas polícia.

Nesse sentido, creio que ao vivenciar tais experiências e, logo, a necessidade de transformação dessa realidade, seria impossível não realizar um trabalho que pudesse se pôr ao lado de tais necessidades, sem desconsiderar a complexidade dos processos de

transformação e, ao mesmo tempo, as limitações de uma pesquisa. No entanto, uma compreensão histórica da humanidade nos impõe a necessidade da escolha: ou acatamos o mundo tal qual é, ou buscamos transformá-lo, seja qual for nossa possibilidade de contribuição.

Por fim, busco organizar o trabalho em cinco sessões. Os dois primeiros são teóricos, o terceiro debate os aspectos metodológicos, o quarto traz os resultados e o quinto a discussão.

A sessão 1, intitulada “A criminalização da Juventude no Brasil: algumas contribuições da Criminologia Crítica e da Psicologia Social Crítica” busca trabalhar conceitos e dados importantes que nos aproximem dos fenômenos da criminalização da juventude no Brasil. Aborda, a partir da historicidade, quem é esse jovem alvo desse processo e possíveis impactos psicossociais que esses sujeitos podem sofrer.

A segunda sessão “As Medidas Socioeducativas: entre a proteção e a punição” retrata as políticas destinadas a essa juventude, destacando o ECA e o SINASE. São expostas as diretrizes e funções desses instrumentos normativos, além da sua construção. Nessa mesma sessão também são expostos alguns dados sobre a realidade da juventude encarcerada e sob medida socioeducativa no país, abordando aspectos étnicos, raciais, sociais, escolares e das instituições que atendem tal público.

A terceira sessão aborda o percurso metodológico trabalhado na pesquisa. Nesse tópico descrevo os recursos utilizados, como o método da história de vida, o diário de campo, a observação participante e a leitura dos processos judiciais de cada jovem. Além disso, apresento também o campo, meus informantes e, principalmente, a minha inserção e condução durante esse percurso, buscando dar ênfase à processualidade da pesquisa.

Na quarta sessão trabalho os resultados, em que foram construídas 22 categorias de análise mais ou menos interligadas. Essas categorias foram projetadas a priori e a posteriori à realização das entrevistas e observação. Nesse tópico trabalho principalmente o material que foi produzido nas entrevistas, mas também abordo um pouco do que foi observado e sistematizado no diário de campo. Nos resultados trago a trajetórias desses jovens, sendo essa marcada por vulnerabilidades e múltiplas violências; pela intensidade que esse contato com a justiça e a MSE de internação entra na vida desses sujeitos; por uma invisibilidade desse jovem para as políticas sociais em detrimento de uma visibilidade para os aparatos da justiça e segurança; dificuldades nesse processo de reinserção social, trabalho, escolarização.

Na quinta sessão e nas considerações finais busco criar pontos de contato com outros trabalhos já realizados e explicitar/denunciar elementos que exigem nossa atenção quando se trata de trabalhos destinados à infância e juventude. Ainda, exponho minhas limitações e possíveis apontamentos para trabalhos futuros.

1 A criminalização da Juventude no Brasil: algumas contribuições da Criminologia Crítica e da Psicologia Social Crítica

Estamos na era do punitivismo? Sem dúvidas! Desde quando? Há muito. Pena para quem comete crime; acréscimo de pena para quem já cometeu um crime; pena para quem pode vir a cometer um crime. Mais cadeias para punir mais gente, punir mais gente para que não cometam mais crimes. Reduz a idade para ter mais pena. No final dessa matemática, onde mais fatores podem ser somados, se produzem mais crimes, mais penas e mais gente subtraída de uma vida digna.

Delinquentes, marginais, antissociais, bandidos, desviados, criminosos, “menor”, infratores, vadios, vagabundos, enfim, a denominada classe perigosa. Sobre estes, ou melhor, sobre o que se construiu sobre os sujeitos que recebem tais adjetivos, fazendo deles o bode expiatório das mazelas da nossa sociedade, estará o foco dessa primeira sessão. Será discutido como se conformou historicamente esse imaginário sobre um grupo que deve ser controlado e punido, lançando um olhar especialmente sobre a juventude pobre, negra e periférica, já que é ela, preferencialmente, o foco das intervenções seletivas e punitivistas provenientes do Estado Penal. Também nos debruçaremos sobre as formas como as ações desse Estado se destringem na realidade desses jovens, explicitando os impactos e as suas diversas facetas, que variam do encarceramento ao seu extermínio e aniquilamento, dando corpo a uma das dimensões da gestão da miséria e da barbárie na atualidade - a criminalização da juventude.

1.1 Construção do Inimigo: transformando os pauperizados em criminosos

Inicialmente, uma reflexão preliminar deve ser feita: o crime, elemento central para as reflexões proposta neste trabalho, precisa ser desnaturalizado, isto é, deve ser considerado como um produto da nossa construção histórica e social. Por isso, optaremos por utilizar a noção de criminalização, entendendo que se trata de um processo que se constitui a partir da demanda de ordem em uma sociedade dividida em classes. A demanda por ordem da classe

dominante sobre a massa de pobres se conformou com o desenvolvimento econômico social da nossa sociedade e se agravou com o desenvolvimento do capitalismo (Wacquant, 2003).

Falar isso, também significa dizer que a política criminal, incluindo a política de segurança pública, a política judiciária e a política penitenciária, é uma organização basal e estruturalmente desigual. Sua criação se deu pra disciplinar uma população específica – os pobres e os seus desvios e delitos - punindo sujeitos mais pelo que são e representam do que pelo ato cometido (Batista, 2015; Batista, 2011).

É importante adentrarmos, mesmo que brevemente, na reflexão sobre como a questão criminal e as formas de controle social foram se desenvolvendo até chegarmos no que conhecemos como pena tradicional. A culpa e a culpabilidade são fatores que constituíram o imaginário e as práticas da pena, moldadas principalmente pela Igreja e pelo Estado, a partir do século XIII, período em que tais instituições centralizavam o poder e, ao mesmo tempo, dava-se o desenvolvimento da criminologia associada à acumulação de capital. Nesse momento temos os suplícios, martírios e castigos públicos, a fim de engendrar o medo na população para que a mesma não viesse a repetir os feitos que levavam à punição publicizada (Neder, 2000).

Pouco mais tarde, entre os séculos XIV e XVIII, o desenvolvimento do mercantilismo e das manufaturas, a acumulação do capital, e principalmente, a Revolução Industrial, provocaram a necessidade de disciplinar os pobres. Era necessário fazer com que eles produzissem, criminalizando aqueles que abandonassem seus postos de trabalho e utilizando as massas de presos para um trabalho superexplorado (Rusche & Kirchheimer, 2004; Batista, 2003).

Nesta mesma época, mais precisamente durante o século XVIII observa-se também a ascensão das instituições totais – manicômios, prisões, asilos e conventos. Espaços aos quais

se destinavam os indesejáveis da época, e, ao mesmo tempo representaram uma intervenção direta do Estado no ordenamento da sociedade com acentuados traços normativos e punitivistas (Foucault, 2014).

Após esse período, influenciado pelos ideais contratualistas, aliado ao perigo de insurgência pelo grande contingente de pessoas em situação de miserabilidade causado pela concentração de riquezas, aparece a necessidade de outras formas de punir. A noção de delito e de pena tomam conta desse cenário: novamente recai o foco sobre seletivas ilegalidades populares, no entanto, agora sobre multidões de pobres geradas pelo processo de pauperização da população, fruto do próprio sistema capitalista em ascensão (Foucault, 2014).

Para sustentar essas ações e engendrar novas tecnologias de controle social, há o casamento do saber jurídico com o saber médico, que culminou numa forte onda de individualização e culpabilização dos sujeitos pelos delitos e pela sua situação (Foucault, 2014). Sob a égide do saber científico, se faz a associação da pobreza com práticas delituosas, já que a maioria dos presos eram pobres, localizando a causalidade do delito e as tendências de certos sujeitos à “delinquência” na sua classificação biológica (Batista, 2012; Perez & Passone, 2010).

No Brasil, a associação ideológica entre pobreza e delinquência será influenciada por algumas condições centrais, que estão articuladas, a saber: a abolição da escravatura e as leis e instrumentos normativos produzidos nesse período; a urbanização das cidades e os reflexos gerados, principalmente, para a população pobre – formada majoritariamente por ex-escravos e indígenas; a associação entre infância, pobreza e violência aliada ao tratamento dado pela sociedade a esse “problema”; e a lógica da prevenção social do crime e do positivismo na análise e intervenção sobre o mesmo (Andrade, sd; Santos, 2008).

Entre os marcos legais históricos importantes para a compreensão da contemporânea criminalização da juventude, destacamos aqueles que contribuíram para a conformação da associação entre delinquência e pobreza, como o Código Criminal de 1830 e a Lei do Ventre Livre em 1871. Após a falsa abolição da escravidão, com a consolidação de um modelo de urbanização e industrialização de teor excludente, em que não havia qualquer aparato legal que garantisse a inserção dos ex-escravos no processo produtivo, formou-se um excedente de pessoas em situação de mendicância, as quais circulavam pelo espaço público evidenciando o crescimento da pobreza. Tal situação contribuiu para se consolidar no cenário social uma associação entre infância, pobreza e delinquência, fazendo com que o tratamento ofertado a essa população se deslocasse da esfera assistencialista, predominante até então, e adentrasse no âmago da esfera jurídica. O objetivo à época era realizar uma “limpeza” das cidades, cujas aparências deveriam evidenciar a riqueza da nação e a concretização de uma urbanização moderna, à semelhança das cidades europeias e por isso esses sujeitos pobres não poderiam ficar em destaque nos centros (Andrade, sd; Kowarick, 1987).

Um dos instrumentos que viabilizou tal “limpeza” foi o Código Penal de 1890, o qual estabeleceu que jovens infratores deveriam ser recolhidos em casas de correção, estipulando a idade criminal de nove anos (Santos, 2008). Pouco depois, em 1893, o Decreto 145 postula a necessidade de se isolar os vadios, vagabundos, mendigos e capoeiras em colônias de correção. Estes eram os negros ou índios libertos, sem uma propriedade fixa e local de moradia, que não se encaixavam na divisão do trabalho, visto que não eram escravos, não foram incorporados ao sistema produtivo e, apesar de livres, jamais poderiam chegar a se tornar senhores (Kowarick, 1987).

Em 1902, com a Lei 947, os menores acusados criminalmente e os órfãos encontrados em vias públicas deveriam permanecer nas colônias correcionais até 17 anos. Em 1921, através do Decreto 4942, a idade de responsabilidade penal é fixada em 14 anos, situação que

veio a se modificar em 1927, quando é elaborado o Código de Menores, alterado a idade penal para 18 anos. Tal código, regido pela chamada doutrina da situação irregular, acabou por fortalecer a relação entre delinquência e pobreza, uma vez que não fazia distinção entre jovens “delinquentes” e jovens em situação de pobreza ou abandono, os quais, se acreditava, tornariam-se transgressores mais tarde, em virtude da desorganização familiar e da carência afetiva, moral e material.

Esse código, que perdurou até 1979, baseava-se em uma racionalidade higienista, repressiva e moralista sobre os “menores abandonados” e sobre os “delinquentes”. As práticas perpetradas neste contexto eram o recolhimento destes jovens das ruas e o afastamento de suas famílias, repreendendo-os sob a esfera jurídica em abrigos e orfanatos (Perez & Passone, 2010). Essa sobreposição entre carência, abandono e infração é consequência do Modelo Tutelar de Justiça Juvenil que vigorou nos Estados Unidos, na Europa e na América Latina, influenciada pelo positivismo criminológico, o qual postulava a ideia da prevenção social. Esta racionalidade jurídica apontava que era possível prever os propensos a cometerem alguma infração, através de uma espécie de “medição de periculosidade” ou “escala de moralidade” e, assim, tratá-los antes que cometessem algum crime (Perez & Passone, 2010, Jimenez & Frasseto, 2015).

Se, por um lado, o Código de Menores visava o acompanhamento da saúde da criança e do adolescente e a proteção dos mesmos, por outro, sob essa máscara protetora, segregava-se os que apresentavam certa propensão à periculosidade em instituições fechadas (Jimenez & Frasseto, 2015). Essa propensão a transgredir, na verdade, era representada pela associação entre a pobreza, a vida nas ruas, o preconceito contra a ascendência africana, culminando no imaginário do “negro suspeito”, da “infância perigosa”, entre outros (Santos, 2008). Vale salientar que esses marcos foram elaborados, em sua maioria, por juízes, com uma visão estigmatizante acerca da pobreza e da cultura negra, sendo a expressão “menor” símbolo

dessa infância marginalizada, algo potencialmente perigoso e que deveria ser enfrentado. Essa expressão também passou a ser adotada para filhos de pobres e trabalhadores negros e indígenas (Santos, 2008).

1.2 Juventude ou adolescência criminosa?

As expressões adolescência e juventude permeiam as produções na área, ora utilizando um ou outro termo, o que representa possíveis perspectivas diferentes que estão em torno de um conceito ou do outro, por isso entendemos como necessário um subtópico dedicado ao tema. O debate em torno das concepções sobre adolescência e juventude é realizado por áreas do saber como a psicologia, a psicanálise, a sociologia e a medicina, com diferentes interpretações a respeito deste processo do ciclo vital, que varia de acordo com o contexto histórico, social, econômico e cultural vigente (Silva & Silva, 2011).

Majoritariamente esse segmento é abordado como uma categoria etária, transitória, de mediação entre a infância e a vida adulta, que abarca uma série de etapas lineares e universais a serem desempenhadas (Zappe & Dias, 2012; Abrão & Almeida, 2011). Essa concepção dialoga com acordos e padrões internacionais, como o da Organização Mundial de Saúde (OMS), que compreende a adolescência como um período entre 10 e 19 anos (Abrão & Almeida, 2011), e com as teorias do desenvolvimento humano (Silva, Pereira & Pereira, 2013; Neto, Brady, Freitas, Monteiro & Aquino, 2010; Velázquez & Reyes, 2015). É um período fundamental do desenvolvimento humano, marcado por mudanças biológicas, físicas, psicológicas e sociais que podem vir acompanhadas de estranhamento, dúvidas e angústias em que a criança se prepara para se tornar um adulto e desempenhar funções socialmente desejadas, como se profissionalizar, conseguir um emprego, estabelecer relações afetivo-sexuais, ganhar independência financeira, constituir uma família etc (Zappe & Dias, 2012).

Nessa lógica, pode ocorrer uma cristalização e naturalização do que é adolescência, já que a mesma é frequentemente associada a problemas e comportamentos de risco, como uso de drogas, impulsividade e transgressões. Seguindo essa linha de entendimento, essa “fase”

pode ser compreendida como privilegiada para a adoção de “condutas antissociais” ou “delinquentes”, visto sua susceptibilidade ao meio, sua tendência a comportamentos de oposição e a adoção de condutas tidas como desviantes (Rioseco et al, 2009).

Por outro lado, a concepção de juventude não assume um recorte de idade ou a ideia de que a adolescência deva ser considerada uma etapa de transição entre a infância e a fase adulta, imperando as mudanças biopsicossociais (Medan, 2012; Gomes & Conceição, 2014). Aqui, os condicionantes de classe, do contexto social, econômico e cultural serão centrais para compreender os fenômenos que perpassam e conformam esse grupo social. A partir desta perspectiva entende-se a juventude como uma categoria relacional, biopsicossocial, cujas experiências guardam íntima relação com suas respectivas condições de vida, bem como aspectos culturais e políticos (Medan, 2012; Gomes & Conceição, 2014).

Essa noção de juventude contrapõe-se à ideia do ato infracional relacionado à alguma característica individual, resultante de uma fase vista como problemática ou desviante do percurso desenvolvimental esperado (Tomasi & Macedo, 2015). É importante que se faça uma crítica a leituras que não consideram o cenário de injustiça e insegurança social, vivenciados precocemente entre esses grupos que acabam por naturalizar determinados comportamentos para um grupo (Malvasi, 2011).

Consideramos que a juventude deva ser concebida como uma produção sócio-histórica, que será permeada por diferentes aspectos e significados a depender do contexto social e das possibilidades vivenciadas em seu cotidiano (Canetti & Maheirieh, 2010; Dayrell, 2003). Em acordo com Dayrell (2003) que considera que essa “fase” não se apresenta de maneira igual para todos, já que a realidade social atravessada por injustiças e estruturada em meio à desigualdade social conformará diferentes modos de vida e experiências singulares. Sendo assim apostamos na adoção de uma concepção sócio histórica deste processo, em

detrimento de uma leitura centrada no desenvolvimento humano de base cognitivista e/ou psicodinâmica, que se orienta por princípios epistemológicos universalistas.

Destacamos a necessidade de aproximações com abordagens que não entendam a juventude como uma categoria enrijecida e homogênea, que desnaturalize essa relação entre adolescência e uma suposta propensão a condutas antissociais ou delinquentes (Canetti & Maheirieh, 2010; Souza & Paiva, 2012). Além disso, faz-se necessário explicitar que esse tipo de associação que permeia a “juventude em conflito com a lei” é muito bem enquadrada a um tipo de juventude, sendo esta pobre, negra, semi-alfabetizada, precariamente inserida no trabalho e alijada dos direitos sociais, econômicos e culturais (Coimbra & Nascimento, 2003).

Nesse sentido, teorias e concepções, muitas vezes orientadas por preceitos biologicistas e psicopatologizantes, que se orientam por um prisma positivista, podem ser limitadas para se pensar a complexidade dos contextos em que se inscrevem as/os jovens que apresentam algum “conflito com a lei”. Consideramos que os aportes que individualizam e rotulam os modos de vida de determinados jovens, percebendo-os como “delinquentes”, “antissociais” ou como a “classe perigosa”, são ineficientes para análises que consigam alcançar as estratégias de luta e sobrevivência que são estabelecidas no cotidiano desse segmento e que fogem da forma tradicional de estar no mundo (Coimbra & Nascimento, 2003).

Nesta concepção, rompe-se com a ideia de adolescente como um ser altamente influenciável e passivo, transgressor, ou aquele que não é, que está se preparando para ser. Preferimos uma concepção de jovem com potencial de participação, que cria saídas, alternativas e modos de ser a partir de seus contextos que obviamente serão conformados pelas relações de classe social, por aspectos étnico-raciais, religiosos, de gênero, entre outros (Kerbauy, 2005; Souza & Paiva, 2012).

1.3 Criminalização e Violência: Aportes da Psicologia Social Crítica

Antes de adentrar nos impactos psicossociais da criminalização ou da violência, é imperativo que situemos os fatores sociais que conformam tais impactos, o que significa falar da Estrutura social vigente e das relações que compõe essa sociabilidade. Obviamente elege-se relações sociais que são predominantes na formação do que somos e fazemos e que, apesar de se manifestarem de maneira singular na vida de cada sujeito, atravessam todo o quefazer humano. A partir da Psicologia social, buscaremos explicitar a vinculação entre a ação humana e a estrutura social, não de maneira determinística, mas considerando a mútua construção entre uma dimensão e outra (Martín-Baró, 2017).

Vivemos em uma sociedade capitalista, no caso do Brasil especificamente, vivenciamos um capitalismo dependente e periférico, o que nos coloca em uma situação de superexploração, também entendido como um capitalismo tardio (Mandel, 1982). Nossa sociabilidade está pautada em relações de exploração, dominação e opressão do homem pelo homem. Isso significa dizer que vivemos em uma sociedade de classe, que são em sua gênese, antagônicas, isto é, aqueles que possuem e controlam os meios de produção e aqueles que possuem apenas sua força de trabalho.

Para entender as relações fundamentais que estruturam a nossa sociedade, precisamos considerar como os grupos se organizaram ao longo da história para satisfazer as necessidades humanas. A divisão mais básica se concentra entre aquelas pessoas que possuem e controlam os meios de produção e aquelas que detêm apenas sua força de trabalho e inteligência para satisfazer suas necessidades. A partir dessa diferenciação estrutural, entre burguesia e proletariado, conseguimos alcançar o nível mais central de conformação das relações, ou seja, as relações estruturais que são construídas a partir do antagonismo de classe (Martín-Baró, 2017).

Considerar esse aspecto significa conferir a centralidade da classe na formação dos modos de vida experienciados pelos sujeitos que nessa sociabilidade constroem sua existência.

O modo de vida pode ser caracterizado como as possibilidades concretas e historicamente construídas em que o indivíduo forja sua existência, se percebe e age nela, formando uma ponte entre estrutura social e subjetividade. É importante considerar que o modo de vida será conformado a partir do sistema social vigente, isto é, pelo sistema de produção capitalista que, para sua manutenção, se fundamenta nas relações de exploração e opressão do homem pelo homem (Baima, 2014).

Dito isso, entende-se a classe social como fator mais básico de determinação das relações humanas, que irá influenciar em todas as outras dimensões da vida – laborais, interpessoais, familiares etc. No entanto, o impacto da classe não deve ser analisado de maneira mecanicista, automática ou unidimensional, sua manifestação deve ser tomada como uma unidade de análise que se dará de maneira singular a depender de particularidades situacionais ou contextuais. Tomar a classe social como uma variável estrutural implica assumir que todos os sujeitos estão inseridos de alguma maneira no modo de produção e reprodução da vida, conscientes ou não disso (Martín-Baró, 2017).

Nesse sentido é necessário que, ao buscarmos explicitar e compreender os impactos psicossociais a partir da classe social se adote o método dialético, entendendo que a subjetividade se manifesta de maneira individual, mas que sua raiz se localiza na estrutura social, que as ações humanas são impregnadas de sentido e significado e inscritas na totalidade social (Martín-Baró, 2017). Buscando entender como se dá esse processo, nos apoiaremos na dialética singular-particular-universal proposta por Lucács citado por Pasqualini e Martins (2015). Para compreendermos um fenômeno, devemos nos aproximar de sua processualidade, dinamicidade e totalidade, tentando captar suas multideterminações a partir de um todo. É preciso que se examine as dimensões da singularidade e da totalidade, mediadas pela particularidade. Tais aspectos estão intervenculados e possibilitam que

ultrapassemos as concepções de cisão entre o indivíduo e sociedade, objetivo e subjetivo, tão comumente feitas pela psicologia.

A dialética singular-particular-universal propicia que ao analisar um fenômeno consigamos partir da sua aparência para chegar a sua essência, através do acompanhamento do movimento do real. Como aponta Pasqualini e Martins (2015), nossa tarefa como pesquisadores consiste em “...desvelar como a universalidade se expressa e se concretiza na singularidade, ou, mais que isso, como a universalidade se expressa e se concretiza na diversidade de expressões singulares do fenômeno”.

Assim, para entender a manifestação de certos fenômenos, como a criminalização ou os efeitos psicossociais da violência, é imprescindível que examinemos desde sua face mais visível até sua raiz mais profunda, abarcando a unidade dialética entre singular-particular. Isso se faz necessário porque, para a construção do conhecimento, somente a descrição de um fenômeno isolado não é suficiente para sua compreensão e análise e principalmente, tratando dos temas que estamos tratando, para sua transformação.

Ao falarmos da juventude criminalizada - objeto do presente estudo - estamos tratando de uma população que tem suas vidas construídas em intersecção com a violência. No entanto, não estamos falando de qualquer tipo de violência, mas de uma que se concretiza para beneficiar determinada classe social, assim sendo, para reprimir e controlar as massas populares e manter a classe dominante. Nesse sentido, estamos falando de uma violência que é estrutural e estatal, que se materializa por uma injustiça institucionalizada que esses jovens vivenciam em suas trajetórias de vida, não quaisquer jovens, mas os jovens pobres. A violência estrutural, em consonância com Martins e Lacerda (2014) é concebida como a causa inicial de outras violências e também, como um instrumento de manutenção dessa condição.

Adotar a compreensão a partir de uma perspectiva psicossocial se fundamenta na necessidade de se aproximar dos fenômenos de maneira integral e em suas múltiplas

determinações, ao invés de chaves de compreensão essencialmente sociológicas ou individualistas. O foco está na relação concreta que se estabelece entre a estrutura social e a estrutura pessoal, entendendo a vinculação expressa na ação de cada sujeito e sua influência no todo e, as determinações do todo e sua influência na ação de cada indivíduo ou grupo.

A ação humana se dá pela síntese entre objetividade e subjetividade, sendo ela produto do complexo de relações existentes em nossa sociedade, possuindo sentido e significado a partir da conformação histórica e dialética entre sujeito e sociedade (Martín-Baró, 2017). Ao afirmar a ação humana como produto dessa relação, a assumimos como essencialmente ideológica, já que se constitui a partir da realidade e essa é fruto de interesse sociais determinantes, funcionando para encobrir e justificar os interesses da classe dominante. Nesse sentido, a ideologia atravessa toda ação humana, a partir do que é socialmente valorado e significado, legitimando a ordem existente, naturalizando fenômenos históricos e culpabilizando alguns grupos específicos como artifício de manutenção desse status quo.

Assim, tomamos a noção de psicossocial como uma forma de aproximação dos fenômenos em consonância com a dialética singular-particular-universal, entendendo que há no todo particularidades e que a totalidade se forma também a partir dessas manifestações singulares, suas vinculações. Assim, quando falamos de psiquismo ou subjetividade (singularidade), acenamos para o fato de que essas dimensões não se conformam no vácuo, a partir de aspectos unicamente individuais ou inatos, mas em relação com a estrutura social vigente (universal) e com as mediações contextuais (particularidade) (Pasqualini & Martins; 2015).

A violência é um termo amplo, genérico e múltiplo que, segundo Minayo (2006):

“o termo parece neutro, mas quem analisa os eventos violentos descobre que eles se referem a conflitos de autoridade, a lutas pelo poder e a vontade de domínio, de posse e de aniquilamento do outro ou de seus bens. Suas manifestações são aprovadas ou desaprovadas, lícitas ou ilícitas segundo normas sociais mantidas por usos e costumes ou por aparatos legais da sociedade.” (Minayo, 2006, pp.13)

Para analisar a violência é preciso entender suas raízes, sua natureza e sua manifestação, entendendo que ela é um fato social, histórico que não pode ser analisado de maneira abstrata (Martin-Baró, 2017; Minayo, 2006). Próximo ao que Baró propôs ao tratar da violência na América Central, mais especificamente em El Salvador, é imprescindível analisarmos a concretude e as facetas desse fenômeno no Brasil, considerando sua conformação histórica, raízes e contradições. Gostaria de chamar atenção para um recurso que comumente é utilizado para legitimar diversas violências - objetivas e subjetivas - a saber, a desumanização que incorre na desqualificação e demonização da vítima e em último, no combate a essa vítima que, ideologicamente, se transforma em inimigo (Martín-Baró, 2017).

Para auxiliar, nos apoiemos na discussão do campo do Direito Penal que inclusive versa sobre essa noção de “Direito Penal do inimigo”. Note-se a contradição existente no próprio conceito: se o inimigo é aquele a quem se deve combater, controlar e coagir, como falar de direito do inimigo, uma vez que a própria noção de direito está relacionada ao status de cidadão, o qual, por sua vez, é negado aos “inimigos”? Apesar da notória contradição, o termo Direito Penal do Inimigo evidencia a seletividade que opera nos processos de criminalização. Através da pena se dá a coação destes que transgridem a ordem regulamentada pelo Estado, não sendo por acaso que os delitos mais visados e que mais encarceram são aqueles chamados de crimes econômicos e crimes contra o patrimônio, entre eles o tráfico, o roubo e o furto (Batista, 2003; Meliá & Jakobs, 2007; Sakaue, 2009).

Explicita-se o fato de que a propriedade privada é um dos elementos mais importante na constituição e permanência do Estado, e aqueles que, de alguma maneira questionam a estabilidade desse elemento, recebem a coação através da punição, perdendo o status de “cidadão” previsto pelo Direito (Meliá & Jakobs, 2007). Além disso, essa noção de inimigo foi se multando ao longo do tempo, mediante interesses das classes dominantes. Muitos foram – e mais do que nunca reacendem na atual conjuntura brasileira – os grupos visados como

inimigos da pátria, passando pelos comunistas, terroristas, subversivos, os que infligem o patrimônio, e recentemente os criminosos que, de maneira mais aguda tem se desenhado em cima da figura do traficante jovem, negro e pobre (Sakaue, 2009).

Assim chegamos à outra dimensão da violência que é a sua justificação, que muitas vezes acontece para legitimar determinadas ações que cumprem papel de manutenção da ordem estabelecida. O que é violento ou não se constitui historicamente a depender dos valores disseminados e do seu significado social. Não se pretende ao dizer isso relativizar em alguma medida a violência, pelo contrário, almeja-se explicitar sua função ideológica.

Aqueles que detêm o poder criam um conjunto de definições que possam ser massivamente incorporadas e adotadas para justificar certas violências, nesse momento a subjetividade entra em disputa – e a mídia se apresenta como umas das principais estratégias para fomentar e controlar opiniões e valores (Martín-Baró, 1990; Martins & Lacerda, 2018). Um infeliz episódio que retrata essa realidade no Brasil –relembrando os martírios da idade média- foram os casos dos “justiceiros”, em que jovens suspeitos de roubo foram espancados, amarrados em postes ou tatuados para que tivessem sua punição imediata e exposta. No fomento de opinião a partir dessa lógica desumanizadora, se cria uma imagem daquele inimigo que é cruel, insensível, perigoso, sem caráter, desumano que, como dito acima, legitima agressões aos sujeitos que ocupam esse imaginário. Prevenir violência através da implementação da violência, tal é a lógica.

Afirmar o caráter ideológico da violência nos coloca dois importantes apontamentos, segundo Martín-Baró: a) “que a violência expressa ou canaliza forças e interesses sociais concretos nos marcos de um conflito estrutura de classe; b) que a violência tende a ocultar forças e interesses que a determinam” (Martín-Baró-2017). Um dos grandes efeitos dessa tática é a justificativa para grandes investimentos na área da segurança pública e que ainda pode ter o benefício eleitoral com a promessa de se combater algo que é intencionalmente

criado (vide a discussão feita acima sobre a produção do crime e do criminoso) (Batista, 1990).

Para encerrar esse subtópico, gostaríamos de trabalhar o último tema relacionado ao caráter ideológico da violência, que é a guerra psicológica. Um dos grandes recursos para manter a ordem social vigente nesse cenário de extrema injustiça e desigualdade social é a coerção e a repressão. Há que se lançar mão de recursos contínuos que justifiquem o emprego de violência e que, como cita Martín-Baró, ganhe “corações e mentes” nesse processo de convencimento, aceitação e naturalização dessa violência (Martín-Baró, 1980).

A disseminação desse discurso atravessa as diversas camadas sociais, fazendo com que o seu emprego ocorra não só pela classe dominante, mas também pela classe subalterna que é quem sofre os impactos desse esquema. Estes últimos incorporam essas chaves de explicação ideológica, colocando a si mesmo na mira dessa doutrina de segurança. Discursos que criem polarizações entre bandido e trabalhador, ou cidadão de bem e vagabundos são produtos dessa disputa psicológica e que, sobre outra roupagem assumem a mesma função empregada no séc XIX da perseguição aos vadios, capoeiras e negros e índios libertos.

Nesse processo há uma intensa discriminação por dados da realidade que contradigam os esquemas de fácil explicação e aderência (vide eleições 2018). O objeto de domínio e o que deve ser combatido passa a ser o inimigo interno, não mais o inimigo externo que ameaça a pátria, passando a ocupar esse lugar as classes populares. O ódio, as estratégias de fácil convencimento, a sensação contínua de insegurança e absolutização/polarização dos fenômenos se somam a esse contexto político e assumem a gerência subjetiva e objetiva das estratégias de controle social. Nos aproximamos do que Vera Malaguti descreve como a adesão subjetiva a barbárie, onde se justifica e se demanda o emprego da repressão e coerção da população perigosa, materializada por jovens negros e pobres (Batista, 2007; Coimbra, 2003).

Chamamos a atenção para os fatores citados acima entendendo que a psicologia pode apresentar um importante papel no desvelamento da realidade que é ideologicamente falseada. (Martín Baró, 2017; Martins & Lacerda, 2018). Nesse sentido, alguns processos podem estar presentes nesse contexto de violência no Brasil e de criminalização da pobreza, impactando a vida desses jovens: o fatalismo e o sofrimento ético político.

O fatalismo expressa algo que é inevitável e trágico, isso é, uma compreensão da existência humana que está predeterminada, como um destino que não se pode escapar. Ele implica na forma das pessoas compreenderem a si mesmas e a sua relação com acontecimentos externos, que pode se manifestar em aceitação, conformismo e resignação diante das mais adversas situações da vida. O fatalismo pode ser entendido a partir de alguns elementos, como: a compreensão de que a vida já está determinada desde o nascimento; que nada se pode fazer para transformar essa situação; atribuição do controle do destino a Deus; a aceitação resignada dessa situação que foi imposta; a noção de que esses acontecimentos são naturais e que a vida é feita de provações que cabe a cada um vivenciar; o conformismo, a submissão e a passividade frente às situações, sendo inútil tentar escapar, se rebelar ou tentar melhorar essas condições; e, por fim, o foco no momento presente, já que o que importa é lidar com os problemas do agora, já que o que vai acontecer ou aconteceu é determinado (Martín Baró, 2017).

O fatalismo é um processo que encontra na realidade sua confirmação, visto que as pessoas que sofrem com a desigualdade estrutural se defrontam com um cotidiano de negações, de esforços e tentativas que não são recompensados e que quase nada mudam sua condição objetiva de vida. É importante alertar para que essa dimensão não seja tomada por uma matriz psicologizante que reduza o fatalismo a uma manifestação puramente psicológica. É um processo que deve ser compreendido como fruto da relação entre sujeito e estrutura social, estrutura essa que opera de maneira opressiva e desigual para com as maiorias

populares, que leva a uma demasiada naturalização dessa condição de vida e que implica em um pessimismo em possíveis mudanças ou transformações (Martins & Lacerda, 2018).

A atitude fatalista poderá ser manifestada de diversas maneiras, sendo necessário que ela seja analisada a partir de sua processualidade e em relação à construção histórica de cada regime social. A forma como esse aspecto é transmitido e experienciado pode variar, mas podemos indicar que ele habita os espaços de educação e formação, as dinâmicas de trabalho entre patrão e empregado, as experiências religiosas que pregam a aceitação incondicional, as constatações cotidianas de fracasso e limitação para a execução de um projeto de vida almejado, entre outras. O que é importante destacar é a funcionalidade do fatalismo para as classes dominantes, já que ele possibilita e dá sentido à justificação de uma ordem social fruto da ação humana que privilegia pequenos setores, em algo que é natural ou decorrente da vontade divina.

A postura fatalista se enraíza na rigidez de uma estrutura social desigual, que antes se tornar uma chave de compreensão e ação por partes dos sujeitos, se mostra como uma realidade concreta e objetiva. No entanto da mesma maneira que esse “efeito” é provocado e mantido por interesse de manutenção e dominação de uma classe sobre outra, ele pode ser modificado mediante possibilidades e experiências de insurgência, libertação e transformação da realidade, também frutos da ação humana (Marín-Baró, 2017).

Um segundo aspecto que gostaríamos de abordar no presente trabalho diz respeito ao sofrimento ético-político. Entende-se o sofrimento nessa perspectiva como decorrentes de uma vida forjada em meio às injustiças e desigualdades sociais, isto é, uma dor que se sente pela posição que o sujeito ocupa no mundo. Falar do sofrimento ético-político significa nomear um processo que impacta a condição humana a partir dos sentidos e significados construídos e vivenciados pela história social de alguns grupos. História essa que é composta

por experiências de humilhação, vergonha, opressão, estigmatização, que, como escreve Sawaia (2017) “mutilam a vida de diferentes formas”.

Esse sofrimento atinge uma população específica, essa que é despojada diariamente de condições dignas de vida, alienada do seu trabalho, considerada como inferior, ocupando uma posição de subalternidade nas relações humanas. Esse efeito, aqui tratado como um sofrimento psicossocial, resulta da impossibilidade histórica de sujeitos se desenvolverem em sua plenitude, serem livres, apropriarem-se das riquezas materiais e culturais produzidas (Sawaia, 2017). Todos esse fatores expressam a razão desse sofrimento ser (anti)ético, já que se manifesta na medida que as pessoas vivenciam relações nessa sociedade desumanizadoras e opressoras, que gastam a vida de muitos para produzir o (excesso)da vida de outros.

Trazer o sofrimento ético político para o debate expressa a necessidade de escancarar o pesar que atinge a cada indivíduo e a toda uma classe, indicando que a origem dessa dor não é responsabilidade desses sujeitos. Nesse sentido, salienta também o rompimento com modelos que culpabilizem os indivíduos, ou seja, os jovens pelas mazelas que a estrutura social produz.

2 As Medidas Socioeducativas: entre a proteção e a punição

Nessa segunda sessão discutiremos as políticas públicas voltadas para a juventude, principalmente a partir da década de 80 que teve como marco a criação do Estatuto da Criança e do Adolescente. No que diz respeito às políticas, nosso foco está principalmente naquelas que atendem os jovens em MSE, dando destaque às suas prerrogativas, intenções e impactos. Por último, consideramos importante refletir sobre as dimensões da política que versam sobre a inserção/participação desse jovem em algumas dimensões, como a escolarização, a inserção no trabalho e a reintegração à comunidade, compreendendo-as à luz da dialética inclusão-exclusão (Sawaia, 2014) e da crítica à ideia de “reinserção”, chamadas por Batista (2015) de “ilusões *Re*”.

Apesar de o nosso objeto de estudo estar centralizado nos jovens em cumprimento de MSE, podemos dizer que nosso pano de fundo se centra na criminalização da pobreza, que desemboca na criminalização da juventude. Sendo assim, é imprescindível que ao menos alguns dados e discussões sejam trazidas sobre encarceramento de adultos, já que a criminalização se repete em várias dimensões de maneira semelhante entre adultos e adolescentes. Segundo os dados do Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias, o Brasil ocupa a 3ª posição no ranking mundial em aprisionamentos e o 1º lugar quando comparado a países da América do Sul, possuindo 726.712 pessoas em privação de liberdade (Brasil, 2016). O perfil de pessoas em situação de privação de liberdade é composto em grande parte por jovens de dezoito a vinte e nove anos (55%), negros (64%) e com baixa escolaridade (61% com até o ensino fundamental incompleto). Além disso, 40% dessa população prisional são sujeitos que não foram sentenciados, ou seja, são presos provisórios que ainda não foram julgados e não receberam a decisão condenatória.

Começaremos pela descrição das Medidas Socioeducativas e dos instrumentos normativos que as regem – o ECA e o SINASE. A criação do ECA (1990), através da

promulgação da Lei 8.069 em 13 de julho de 1990, aconteceu em uma década de reabertura democrática, em que conquistas advindas de lutas e pressões foram alcançadas, pautadas por diversos movimentos sociais, como o feminista, as Reformas Sanitária e Psiquiátrica, movimentos por moradia entre outros (Silva,2016). Reinvidicações pelo direito das crianças e adolescentes, com grande participação do Movimento dos Meninos e Meninas de Rua e do Movimento Negro (Santos, 2008) também pressionaram por mudanças que incorreram na criação do artigo 277, que afirma:

“É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.” (Brasil,1988, p.132)

A criação do Estatuto da Criança e do Adolescente englobou elementos da Declaração dos Direitos do Homem, da Declaração Universal dos Direitos Humanos, além da Declaração dos Direitos da Criança. Além disso, recebeu influências da antipsiquiatria, do marxismo e de profissionais críticos, que localizavam os problemas que essa população vivenciava na estrutura de classe, que os situava de maneira desigual e discriminatória no bojo da sociedade (Feitosa & Souza, 2018; Santos, 2008). Esse importante marco na legalidade tenta romper com uma lógica menorista, tutelar e punitiva, representada até o momento pelas FEBEM/FUNABEM, que, no que concerne ao trato empregado a crianças e adolescentes, se assemelhavam às prisões (Méndez, 2000).

Assim, objetivava-se uma mudança de paradigma: da Doutrina da Situação Irregular para a Doutrina da Proteção Integral, em que a criança e o adolescente passam a ser portadores de todos os direitos inerentes à condição humana, inclusive aqueles que cometem algum ato infracional. Destaca-se que as medidas voltadas para os adolescentes em conflito

com a lei, devem materializar-se como forma de responsabilização, com caráter pedagógico, e não coercitivo, tampouco culpabilizador ou punitivo do indivíduo e de sua família (Piombini, 2010). Como afirmam Sartório e Rosa (2010), esse público passa a ser resguardado juridicamente e adquire as garantias de um procedimento legal, sendo elas:

“ter um advogado, não ser preso por suspeitas, a presunção de inocência, a ampla defesa, o princípio do contraditório, o direito de contraditar testemunhas e provas, assistência judiciária, a presença dos pais e responsáveis nos procedimentos judiciais, o direito de ser informado das acusações e de não as responder, de interposição de recursos, de habeas corpus e todos os demais direitos de cidadania concedidos a quem se atribui à prática de um delito criminal.” (Sartório & Rosa, 2010, p.557)

Consideramos que seja importante fazer uma análise mais detalhada sobre os princípios norteadores da MSE para que, posteriormente, consigamos estabelecer um diálogo entre os resultados encontrados na presente pesquisa e na literatura. Considera-se ato infracional qualquer conduta cometida descrita como crime ou contravenção penal por jovens com idade menor que dezoito anos e igual/superior a doze anos, o que os torna inimputáveis, como já mencionado. Nenhum adolescente deve ser privado de sua liberdade senão em caso de flagrante ou de fundamentação pela autoridade competente, além do mais, deve ser avaliada sua liberação logo que possível, sob pena de responsabilidade. Sua internação provisória pode ser determinada pelo prazo máximo de 45 dias antes da sentença e, esta deve ser avaliada mediante “indícios suficientes de autoria e materialidade” (Brasil, 1990).

As MSE são regulamentadas pela Lei 12.594, implementada em 2012, que institui o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE). Trata-se de medidas destinadas a jovens entre 12 e 18 anos, tendo como objetivos: 1) responsabilizar o adolescente quanto às consequências do ato infracional, incentivando a sua reparação; 2) a integração social do adolescente e a garantia de seus direitos individuais e sociais, por meio do cumprimento de

seu Plano Individual de Atendimento (PIA); 3) a desaprovação da conduta infracional, tendo como parâmetro máximo a privação de liberdade ou restrição de direitos, observados os limites previstos em lei (Brasil, 2012).

As MSE podem variar em 6 modalidades: 1) advertência; 2) obrigação de reparar o dano; 3) prestação de serviço à comunidade; 4) liberdade assistida; 5) programas de semiliberdade e 6) internação em instituição educacional. É imperativo que se leve em consideração a capacidade de cumprir determinada medida, as circunstâncias e a gravidade da infração (Brasil, 2012; Brasil, 1990).

A advertência consiste em uma reprimenda verbal que deverá constar em um termo assinado pelo jovem. A obrigação de reparar o dano acontecerá quando ocorram danos patrimoniais em que o adolescente deverá restituir, ressarcir ou compensar o dano e, caso isso não seja possível, outra medida poderá ser implementada. A prestação de serviços à comunidade acontecerá junto a entidades assistenciais, programas comunitários, governamentais ou não, em que o adolescente prestará tarefas de interesse comum. Deverão ser respeitadas as aptidões e uma jornada máxima de 8 horas semanais, recriminando qualquer tipo de atividade vexatória (Brasil, 1990).

A liberdade assistida será empregada quando houver necessidade de acompanhamento, auxílio ou orientação para o adolescente, sendo escolhida uma pessoa proveniente de um programa de atendimento em MSE. Nesse caso, esse profissional deverá orientar e inserir socialmente o adolescente e sua família, acompanhar frequência e aproveitamento escolar, incentivar sua profissionalização e inserção no mercado de trabalho, além de apresentar relatórios contínuos à justiça. A semiliberdade deve ser aplicada em forma de transição para o meio aberto ou desde o início da aplicação da MSE, sendo obrigatória a escolarização e a profissionalização, preferencialmente a partir de recursos comunitários. Por fim, a internação

é medida que deve ser aplicada seguindo os princípios da brevidade e excepcionalidade (Brasil, 1990).

A essa última, só se recorrerá em caso de ato infracional com grave ameaça ou violência à pessoa, reiteração no cometimento de outras infrações graves ou descumprimento sem justificativa de MSE anterior. Ela não deverá ultrapassar 3 anos e deverá ser avaliada de 6 em 6 meses, acontecendo liberação compulsória para aqueles que completarem vinte e um anos de idade. Ademais, em nenhum caso haverá incomunicabilidade com esse jovem durante a internação. Além dessas aplicações, também caberão medidas aos responsáveis pelo adolescente, que poderão ser desde inserção em programas assistenciais, tratamentos, orientações, até perda da guarda, destituição da tutela e do poder familiar. Especificamente, são direitos do adolescente privado de liberdade:

“entrevistar-se pessoalmente com o representante do Ministério Público; peticionar diretamente a qualquer autoridade; avistar-se reservadamente com seu defensor; ser informado de sua situação processual, sempre que solicitada; ser tratado com respeito e dignidade; permanecer internado na mesma localidade ou naquela mais próxima ao domicílio de seus pais ou responsável; receber visitas, ao menos, semanalmente; corresponder-se com seus familiares e amigos; ter acesso aos objetos necessários à higiene e asseio pessoal; receber escolarização e profissionalização; realizar atividades culturais, esportivas e de lazer; ter acesso aos meios de comunicação social; receber assistência religiosa, segundo a sua crença, e desde que assim o deseje; manter a posse de seus objetos pessoais e dispor de local seguro para guardá-los, recebendo comprovante daqueles porventura depositados em poder da entidade; receber, quando de sua desinternação, os documentos pessoais indispensáveis à vida em sociedade.” (Brasil, 1990)

Além disso, a execução de MSE deve respeitar os princípios postulados nas Disposições Gerais do Capítulo 1 do SINASE em que se explicita que o tratamento dado ao adolescente não deve ser mais gravoso do que o conferido ao adulto, priorizando práticas que sejam restaurativas e que privilegiem a resolução de conflitos. Sempre que possível essa resolução deve atender as necessidades da vítima, respeitando na execução a proporcionalidade do ato cometido, a capacidade, idade e circunstâncias pessoais do adolescente, buscando fortalecer vínculos familiares e comunitários. Chama-se a atenção para

que haja mínima intervenção na execução da medida, atendendo aos objetivos e princípios, rechaçando qualquer tipo de discriminação “notadamente em razão de etnia, gênero, nacionalidade, classe social, orientação religiosa, política ou sexual, ou associação ou pertencimento a qualquer minoria ou status” (Brasil, 2012).

2.1 Realidade dos jovens brasileiros encarcerados

Os dados mais recentes que temos sobre a situação dos jovens sob MSE consta no Levantamento Anual SINASE 2016, publicado em 2018. Esse informativo versa especificamente sobre as medida de internação e semiliberdade, além das internações provisórias e internação sanção. Traz também informações sobre os atos infracionais cometidos, algumas informações das instituições que executam as medidas e uma breve descrição sobre as características dessa juventude.

Até novembro de 2016 havia um total de 26.450 jovens entre 12 e 21 anos nas situações supracitadas, dos quais 18.567 estavam em medida de internação, 2.178 em semiliberdade, 5.184 em internação provisória, 334 em atendimento inicial e 187 em internação sanção (SINASE, 2018). A internação provisória e o atendimento inicial comumente se aplicam em situações que o adolescente ainda não foi sentenciado, podendo se estender a um período máximo de quarenta e cinco dias. Já a internação sanção é aplicada em caso de descumprimento de alguma atribuição de outras medidas.

A região Sudeste, com os estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais, assume as três primeiras posições no ranking de número de atendidos com, respectivamente, 9.572, 2.293, 1.964, totalizando 57 % dos jovens em MSE, seguido por Nordeste (20%), Sul (10%), Centro-Oeste (7%) e Norte (6%). No ano de realização de relatório, se contabilizava 477 unidades de atendimento socioeducativo, verificando que a distribuição pelo Brasil dessas instituições acompanha em partes a concentração demográfica nacional, ficando a Região

Sudeste com 218 unidades, a Região Nordeste com 96, a Região Sul com 74, a Região Norte com 49 e Região Centro-Oeste com 40. Dessas, 419 unidades correspondem a atendimento exclusivamente masculino, 35 exclusivamente feminino e 23 mista (SINASE, 2018).

No que diz respeito aos atos infracionais constata-se que a grande maioria diz respeito a roubo 47% (12.960), acrescido de 1% de tentativa de roubo; 22% (6.254) por tráfico de drogas e 10% (2.730) por homicídio, acrescido de 3% (795) de tentativa de homicídio; em seguida, latrocínio, com 2% (690); porte de arma de fogo com 2% (535); estupro (1%), contabilizando 321; receptação, com 1% (281); lesão corporal, com 1% (210); ameaça de morte e tentativa de latrocínio com 149; busca e apreensão com 140; formação de quadrilha, com 84; dano, com 69; porte de arma branca, com 62; sequestro e cárcere privado, com 35; atentado violento ao pudor e estelionato, com 3 cada um, sendo que esses últimos não chegam a contabilizar 1% cada um; e por último, outros com 4% (1.187).

Sobre as características dos adolescentes, observa-se que 96% são do sexo masculino e 4% do sexo feminino. Em relação a idade, a maioria se encontra entre 16 e 17 anos com 57% (15.119), seguidos pela faixa etária de 18 a 21 anos com 23% (6.728), depois por jovens entre 14 a 15 anos com 17% (4.074) e 12 a 13 anos com 2% (326). 1% dos atendidos não consta a informação relativa a idade. Sobre aspectos ético raciais, o levantamento possui informações sobre raça/cor de acordo com a classificação do IBGE, sendo 59,08% dos adolescentes de cor parda/preta, 22,49% de cor branca, 0,91% de cor amarela e 0,98% indígena. 6,54% dos sujeitos não possui informação sobre esse aspecto.

Outro elemento importante diz respeito ao número de óbitos dentro e fora das unidades de jovens que estavam sob as modalidades de internação, internação provisória e semiliberdade. Nos anos de 2016 totalizou-se 49 mortes até o mês de novembro. As causas constam como conflito interpessoal, 16; conflito generalizado, 15; suicídio, 7; morte súbita,

1 e homicídio, 1, sendo estes, os casos que ocorreram dentro das unidades. Fora da unidade contabiliza-se 10 casos, sendo 9 por homicídio e um por afogamento. Sobre esses aspectos é necessário que se questione o fato de que não há descrições sobre o que seria um conflito generalizado ou interpessoal e até mesmo sobre as circunstâncias do suicídio, entendendo que essa ausência de informação pode dificultar a transparência e até mesmo tornar nebulosas causas outras da morte desses jovens (SINASE, 2018).

De “menores” a “sujeitos de direito”, o percurso anteriormente esboçado nos conduz às Medidas Socioeducativas, atual proposta legal para lidar com os adolescentes em conflito com a lei. A MSE deve ser orientada por uma lógica pedagógica, da brevidade e excepcionalidade, dentro da Doutrina da Proteção Integral à criança e adolescente (Alves, 2013).

Devido à falta de relatórios nacionais que abordem as várias dimensões da condição de vida dos adolescentes em cumprimento de MSE e da execução das mesmas, utilizaremos também levantamentos e informativos anteriores que, por vezes, tratarão apenas de um tipo de MSE e que não abordam a integralidade da situação dos jovens. Como não se tem um panorama recente e sistematizado sobre todas as MSE, serão cruzados alguns relatórios de anos anteriores para nos aproximarmos dessa situação, sendo: Anuário Brasileiro de Segurança Pública de 2017, que na verdade expressam dados dos jovens em MSE de 2014 e 2013; o Panorama Nacional – A Execução das Medidas Socioeducativas de Internação de 2012; e o Mapa do Encarceramento de 2015, que traz informações referentes aos anos de 2011 e 2012.

O Anuário Brasileiro de Segurança traz as estatísticas criminais sobre alguns aspectos, como violência na escola, atendimento a mulheres em situação de violência, sistema socioeducativo e gastos com segurança pública. Sobre o sistema socioeducativo, o relatório

aborda as informações relacionadas aos jovens em cumprimentos da MSE privativa de liberdade – internação, semiliberdade e internações provisórias, referente aos anos de 2013 e 2014, explicitando também os tipos de atos infracionais. No ano de 2013 tinha-se um total de 15.221 adolescentes em cumprimento de MSE de internação, 5.573 em internação provisória e 2.272 em semiliberdade, totalizando 23.066 jovens em cumprimento dessa medida (111,3 a cada 100 mil habitantes entre 12 e 17 anos). No ano seguinte se observa uma mudança principalmente na MSE de internação, sendo 16.902 nessa medida, 5.553 em internação provisória e 2.173 em semiliberdade, totalizando 24.628 jovens nessas modalidades de MSE (119,2 a cada 100 mil habitantes entre 12 e 17 anos) (Brasil, 2017). Segue abaixo a evolução dos adolescentes em cumprimento de MSE até 2014 apresentado no Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Para entender melhor o perfil desses jovens, recorreremos ao Levantamento Nacional de execução das Medidas Socioeducativas de Internação de 2012, já que ele traz informações como escolaridade, faixa etária e ato infracional praticado. Ademais, também descreve os aspectos físicos e humanos dos estabelecimentos de execução da MSE, as tramitações processuais referentes à MSE e as condições de atendimento a esse jovem, por exemplo, integridade física e programas de reinserção oferecidos.

É importante salientar que esse levantamento buscou conhecer as 320 instituições de internação no Brasil até então, realizando questionários sobre as condições que tais jovens estão submetidos, entrevistando 1.898 dos 17.502 adolescentes presentes nestas. Analisou ainda 14.636 processos referentes à MSE de restrição de liberdade. Esse levantamento proporciona algumas informações por Estado, apesar de não se poder retirar determinadas inferências para a população geral, já que não houve critério amostral de representatividade por unidade federativa, além da sub-participação de algumas destas (Brasil, 2012).

A média de idade dos adolescentes entrevistados foi de 16,7 anos; o roubo, como já mostrado no levantamento anterior, foi o ato infracional mais cometido, variando de 26% na

região sul a 40% na região sudeste e quando somado aos furtos, assumem uma grande porcentagem dos atos cometidos, oscilando de 31% na região sul a 47% na região sudeste. O tráfico e homicídio oscilam entre as segundas e terceiras posições, sendo que o primeiro prevalece nas regiões sul e sudeste e o segundo nas regiões nordeste, norte e centro-oeste (Brasil 2012). Estes são os atos conhecidos como crimes econômicos e no caso do roubo e furto, crimes contra o patrimônio. Quando analisamos o Brasil como um todo, temos em primeiro lugar o roubo com 36%, em seguida do tráfico de drogas 24%, estando em terceiro o homicídio 13%, seguido do furto com 7%.

Sobre a escolaridade dos adolescentes participantes da pesquisa nacional, aponta-se que 86% não concluíram o ensino fundamental e uma média de 8% de jovens não alfabetizados. Além disso, 57% relatou não frequentar a escola antes da internação, o que já explicita uma inserção precária nos processos de escolarização, denotando mais um fator de desigualdade vivenciado por esses sujeitos. Ademais, o relatório citado apontou uma variação de 10%(Sudeste) a 58,7%(Norte) de jovens por região, que não frequentavam a escola diariamente durante o cumprimento da MSE, mostrando um déficit na garantia desse direito previsto pelo ECA (Brasil, 2012).

Um outro elemento fundamental para compreender a situação da juventude brasileira é genocídio que vem ocorrendo contra essa população. No Atlas da violência que foi publicado em 2018, encontramos que 33.590 jovens foram assassinados em 2016, sendo 94,6% do sexo masculino. Além disso, a taxa de mortalidade de um jovem negro morrer por homicídio é duas vezes e meia mais alta quando comparado a um jovem não negro. Além disso, esses jovens também são o principal alvo das ações letais da polícia, muitas delas sob o a insígnia de “autos de resistência” (Brasil,2018).

Assim, a partir das questões sinalizadas anteriormente, observa-se a construção ideológica de uma juventude que é considerada inimiga e perigosa para um segmento sociedade ou, como retrata Cecília Coimbra, “os inimigos internos do regime”. Trata-se, em verdade, de setores pauperizados que, considerados como suspeitos e perigosos, devem ser eliminados via prisão ou genocídio, ou mantidos em situações precárias. Aliado a isso, num processo de oposição a estes segmentos, disseminado pela mídia e apoiado pelos grandes empresários seguidores do projeto neoliberal, fortalece-se um processo de subjetivação que demanda a limpeza da miséria dos grandes centros, que não mais pode ser escondida e então deve ser reprimida e exterminada (Coimbra, 2003).

Contraditoriamente, tais processos são mantidos e legitimados pelas políticas estatais, que é também responsável pela garantia de patamares de cidadania e justiça social, com o ideário de promover a autonomia dos diferentes grupos sociais. É importante salientar o encarceramento em massa e a ascensão de um Estado Penal como uma estratégia de gestão da pobreza, criminalizando sujeitos e grupos sociais pobres, impondo perversamente um sistema precário, mal remunerado e desqualificado de trabalho. Essa lógica se efetiva na medida em que sanções penais severas se colocam como medidas para disciplinar a classe trabalhadora que, coagida, se sujeita a estabelecer relações de trabalhos desmanteladas e desqualificadas, processo que se repete antes e após o cumprimento de uma medida judicial (Wacquant, 2008).

As políticas públicas destinadas a essa população, quando conseguem alcançar os jovens, não se efetivam ao tentar diminuir as condições desiguais e se restringem a uma cidadania escassa, limitando-se a direitos e deveres, o que enfraquece as possibilidades de emancipação e de uma sociedade mais equânime para esses jovens.

2.2 A dialética exclusão – inclusão e as ilusões “Re”

A maneira como o controle social do ato infracional ocorre está intimamente ligada às condições sociais, econômicas e culturais de quem comete esse ato, de forma que as decisões

do sistema penal se materializam de maneira estigmatizadora e criminalizadora da pobreza, perpetuando a velha lógica de associação entre criminalidade, baixa renda, baixa escolaridade e etnias não brancas (Sartório & Rosa, 2010). Esse panorama revela também o fato de que, em muitos casos, o Estado ou as políticas públicas estatais que chegam até essa juventude provém do campo da Justiça e da Segurança Pública, majoritariamente de caráter repressivo e opressor. Essa mesma lógica corrobora a individualização dos conflitos e nega as condições de vidas dos jovens, as quais muitas vezes são o cerne do ato infracional, movendo-se da invisibilidade a uma visibilidade perversa (Barros, Moreira & Duarte, 2008).

Nesse sentido, em um Estado que se guia pela lógica neoliberal e de consumo, que não têm como prioridade na sua agenda equalizar, combater e extirpar as desigualdades sociais, econômicas e políticas, a via do encarceramento aparece como um caminho para dar conta do expurgo social gerado por esse modelo societário (Sales, 2012). Ao longo dos anos a juventude oprimida situada às margens da sociedade foi se configurando como um problema social, recebendo uma atenção estatal caracterizada pelo controle, em uma espécie de punição preventiva, conforme nos adverte Scisleski, (2012).

Os dados sobre o perfil de jovens em cumprimento de MSE evidenciam a exclusão vivenciada por estes sujeitos dos espaços públicos, os quais poderiam propiciar o alcance dos direitos sociais, tais como cultura, lazer, educação etc, e, ao mesmo tempo, os inclui “num sistema de privação de direitos, de criminalização, de violência, de privação de liberdade, por vezes sem as garantias educativas e sem o devido acompanhamento para a inserção social” (Sartório & Rosa, 2010). Essa juventude por vezes pode ser vista como aquela que é excluída e, por isso, deve ser incluída. Como aponta Sawaia (2014), essa ideia de exclusão “se insere nas estratégias históricas de manutenção da ordem social, isto é, no movimento de reconstituição sem cessar as formas de desigualdade” (Sawaia, 2014).

Essa noção de exclusão aparecerá fortemente a partir da década de 90 concernente àquela população pauperizada que materializa as expressões da questão social e reflete a degradação do mercado de emprego e a precarização das relações de trabalho. Na literatura, como aponta a autora citada acima, encontramos alguns movimentos teóricos que tocam essa dinâmica da inclusão/exclusão, nomeando-a de “inclusão perversa”, “inclusão forçada”, “exclusão integrativa”. Além das características já citadas, esse cenário da “nova pobreza, representada pelos jovens que não mais conseguem adentrar o mercado produtivo ou por aqueles que saem e não conseguem retornar mais ao mercado formal, também compõem as análises da exclusão (Wanderley, 2014).

É importante salientar que o encarceramento em massa e a ascensão de um Estado Penal em detrimento do enfraquecimento de um Estado Social, se configura como uma das estratégias de gestão da pobreza, criminalizando sujeitos e grupos sociais pobres. (Wacquant, 2003).

No que diz respeito às medidas socioeducativas e ao sistema penal de uma forma geral, uma dos grandes impasses se refere a ideia da “ressocialização”. Ideia que nasce junto com a prisão moderna e que carrega consigo uma face oculta da prisão – leia-se aqui também sobre o sistema de justiça juvenil - que buscava segregar, disciplinar e punir os pobres. Institui-se a lógica da prisão-pena que auxiliou as necessidades da classe social dominante na consolidação do modo de produção capitalista (Faustino & Pires, 2009). Entendendo a face real da punição e o que a privação de liberdade e restrição de direitos representa na vida da população brasileira, observando o cenário de 13,4 milhões de desempregados, de quase 25 milhões de jovens com idade entre 15 a 29 anos fora de ambientes escolares, além das implicações do racismo e desigualdade estruturais (Theodoro, 2008) nos questionamos como um adolescente poderá ter resguardado seus direitos após uma MSE, se na sua trajetória, tais direitos foram continuamente negados ou escassos.

Essa dimensão da reinserção, também podendo ser encontrada sob a forma de ressocialização, readaptação, recuperação e reintegração, que configuram o que Vera Malaguti Batista (2015) denomina de ilusões “re”, foi um dos elementos importantes em que a presente pesquisa se debruçou. Nota-se que apesar de ser um dos processos mais importantes na efetivação das MSE, há uma lacuna de propostas e estratégias que visem alcançar a chamada reinserção social.

A escola, o fortalecimento de vínculos familiares, as atividades culturais e de lazer, a inserção no trabalho ou a profissionalização, a elaboração do projeto de vida são alguns dos exemplos de saídas apresentadas pelos profissionais e pesquisadores (Silva, Pereira & Pereira, 2013; Velázquez & Reyes, 2015), sendo estes, componentes da execução da MSE ou também da prevenção da reincidência do ato infracional (Cisneros, 2007). No entanto, se questiona o alcance de determinadas proposições, visto que, antes mesmo da MSE, esse jovem já era precariamente inserido nesses espaços de cidadania e garantia de direitos político-sociais, relembrando a dinâmica exclusão/inclusão citada acima.

Objetiva-se então compreender as experiências e trajetórias desses jovens em MSE, especificamente nesse processo de retorno para o meio aberto, entendendo os desafios, os recursos utilizados e a maneira como percebem esse processo. Por conseguinte, a presente pesquisa tem como objetivo geral compreender o processo de reinserção social dos jovens em medida socioeducativa (regime de liberdade assistida) em atendimento pelo Centro de Referência Especializado em Assistência Social (CREAS) de Juiz de Fora. Ainda, pretendeu através dos objetivos específicos: a) compreender os sentidos produzidos por jovens em cumprimento de MSE sobre sua trajetória de vida; b) compreender os desafios enfrentados pelos jovens no processo de reinserção social determinado pelas MSE; c) verificar as estratégias de enfrentamento e possibilidades construídas pelos jovens durante este processo

de reinserção; d) compreender como os processos de estigmatização e fatalismo incidem sobre esses jovens.

3 Percurso metodológico

3.1 O Campo

3.1.1 Instituições locais de aplicação de Medida Socioeducativa.

As MSE em Juiz de Fora são reguladas pela Subsecretaria de Atendimento Socioeducativo (Suase), responsável por elaborar, coordenar e executar a política de atendimento ao jovem autor de ato infracional em Minas Gerais. As diretrizes do plano da subsecretaria envolvem responsabilização do jovem, o resgate da convivência familiar, o incentivo ao estudo, o fortalecimento dos vínculos comunitários e o estímulo à autonomia por meio da participação social. O trabalho é realizado por uma equipe multiprofissional e especializada que busca “proporcionar atendimento integral a esse jovem, dando a ele a oportunidade de vivenciar diversas experiências culturais, esportivas, profissionalizantes, escolares e artísticas.” (www.seguranca.mg.gov.br/socioeducativo/banco-de-noticias, recuperado em 15 de dezembro de 2018).

Em Juiz de Fora, fica sob responsabilidade da Suase as medidas de internação e semiliberdade e também as internações provisórias. No município possuímos uma unidade de internação, o Centro Socioeducativo, localizado na zona norte da cidade no bairro Santa Lúcia. O CSE é conhecido pelos moradores da cidade como “Cerespinho”, em alusão ao Ceresp (Centro de Remanejamento do Sistema Prisional), uma unidade prisional para adultos (<https://g1.globo.com/mg/zona-da-mata/noticia/centro-socioeducativo-de-juiz-de-fora-completa-10-anos.ghtml>, recuperado em 15 de dezembro de 2018). A instituição completou 10 anos de funcionamento em março de 2018 e, atualmente, opera com uma superlotação de atendidos na unidade. Em 2017 a Promotoria de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente de Juiz de Fora entrou com uma representação contra o Estado de Minas Gerais para averiguar possíveis irregularidades, já que na época estimava-se um total de 90 jovens, tendo a instituição capacidade para 56.

As unidades de semiliberdade, também estão sob a Secretaria de Estado de Administração Prisional (SEAP) e sob o Pólo de Evolução de Medidas Socioeducativas (PEMSE). Juiz de Fora possui duas unidades de semiliberdade, a Casa de Semiliberdade Betânia, localizada no bairro Fábrica (zona norte) e a Casa de Semiliberdade de Caminheiros de Jesus, localizada no bairro Parque Guarani (região nordeste). São obrigatórias a escolarização e a profissionalização, sendo que o jovem pode sair da unidade para realizar tais atividades, além de poder passar os finais de semana com a família, mediante autorização da instituição. As duas casas possuem capacidade para 20 pessoas do sexo masculino, cada.

As medidas em meio aberto, Liberdade Assistida e Prestação de Serviço à Comunidade, são de responsabilidade do CREAS, instituição regulada pela Associação Municipal de Apoio Comunitário (AMAC). A execução dos serviços pela AMAC funciona em um sistema de cogestão com o município, através da Secretaria de Desenvolvimento Social (SDS)¹. A unidade acompanha, através dos técnicos (psicólogos, assistentes sociais, advogados e educadores sociais) os jovens e suas famílias encaminhados pela Vara da Infância e Juventude. A orientação se baseia na construção de novos projetos de vida e objetiva a não reincidência no ato infracional. À época da pesquisa, tais medidas eram executadas no CREAS localizada no Centro, antigo CREAS específico para infância e Juventude. Atualmente as MSE foram disseminadas nos CREAS em todo o território do município, informação dada por contato posterior com os profissionais do serviço (<http://www.amac.org.br/servicos/liberdade-assistida-prestacao-ervicocomunidade.html> recuperado em 15 de dezembro de 2018).

¹ Em 2017 e 2108 aconteceu um chamamento público que abriu licitação para entidades que quisessem se candidatar para a gestão dos serviços e equipamentos da assistência social no município. A AMAC até então geria grande parte dos dispositivos em um sistema cogestão com a SDS. Essa situação gerou um quando de instabilidade nos profissionais e na oferta de serviços da instituição.

3.1.2 O caminho percorrido até chegar ao CREAS

Quando começamos a inserção no campo, um dos passos iniciais foi buscar atores que poderiam colaborar no levantamento de informações relevantes para a construção da pesquisa. Inicialmente marcamos um encontro com os profissionais do SE LIGA, especificamente a psicóloga, assistente social e estagiária do serviço. O SE LIGA é fruto de uma parceria entre Secretaria de Segurança Pública (SESP), a Subsecretaria de Atendimento às Medidas Socioeducativas de Minas Gerais (SUASE) e a ONG Instituto Jurídico para Efetivação da Cidadania – IJUCI, sendo executado pela última instituição citada. O programa trabalhava com foco na reinserção social dos jovens buscando propiciar novas oportunidades, atuando em diversos eixos, a saber: educação, profissionalização, trabalho e renda, cultura, esporte e lazer, saúde e família (<https://www.ijuci.org.br/acoes/se-liga>, recuperado em 15 de dezembro de 2018).

A iniciativa possuía caráter voluntário e se destinava a jovens desligados das medidas de internação e semiliberdade, podendo se estender até um ano após o encerramento da MSE. Em meados de 2017, momento da realização da nossa reunião, a unidade estava em uma situação instável devido ao fato do chamamento público que, até onde se sabe, não repassa mais verbas para o programa, o que implicou na paralisação de suas atividades.

A princípio o SE LIGA era uma possibilidade para a realização da pesquisa, visto que trabalhava justamente com o foco na reinserção social dos jovens após terem passado pelas medidas de internação e semiliberdade. No entanto, as profissionais nos comunicaram que, devido a instabilidade do programa, o serviço estava em um momento esvaziado, o que poderia prejudicar a realização do estudo. Ademais, também nos informaram que uma grande parte dos jovens estava recebendo a progressão de medida de restrição de liberdade para o meio aberto (LA e PSC) antes de serem desligados, o que incorria na impossibilidade de sua adesão ao programa.

Nesse encontro, também conversamos sobre a atuação junto a esses jovens e os desafios enfrentados nesse processo de reinserção social, fatores que ajudaram a desenhar a pesquisa. Desde o início foi uma necessidade que o trabalho se desenvolvesse de maneira coerente com as reais necessidades apontadas pelo campo e pelos profissionais que nele atuam. Dessa maneira, dialogamos sobre a pertinência e a coerência da pesquisa, levantando sugestões e pistas dadas por esses atores no que concerne a formulação do trabalho. Assim, nos foi orientado que procurássemos o CREAS, atual responsável por executar a LA e a PSC.

Seguindo esse caminho, marcamos uma reunião com a coordenadora do CREAS, uma assistente social do serviço e a secretária executiva da AMAC. Nesse encontro apresentamos o projeto, discutimos sua viabilidade e o interesse do serviço na realização da pesquisa. Obtivemos boa recepção da proposta, além de uma aproximação maior com o campo e o panorama da execução das MSE que, gentilmente nos foi apresentado. Para a realização da pesquisa era necessário que adquiríssemos a autorização da Vara da Infância e Juventude, já que os jovens estavam sob tutela da justiça por ainda estarem em cumprimento de MSE. Ademais, também foi necessária a autorização formal da AMAC por esta ser a responsável pela execução das MSE em meio aberto.

3.1.3 A Liberdade Assistida

Os atendimentos/acompanhamentos na Liberdade Assistida acontecem semanalmente sob a responsabilidade de um técnico do CREAS (psicólogo ou assistente social) podendo variar entre 15 a 60 minutos. Os jovens podem entrar no serviço por duas maneiras, a primeira por uma carta pós audiência e a segunda através da busca ativa pelos profissionais das MSE. Essa carta informa que o jovem aceitou cumprir a medida, tendo 10 dias para comparecer ao CREAS, podendo haver alguma outra recomendação do juiz.

A 2ª possibilidade é quando o jovem não comparece ao serviço e a vara da infância envia o relatório referente ao processo judicial com todas as informações sobre a condução. No entanto, esse relatório chega ao CREAS de 1 a 3 meses após a audiência, o que significa que, caso o jovem não compareça, o serviço só tomará conhecimento da aplicação da MSE quando esse processo judicial chegar na unidade. Nessa situação, o técnico fará a busca ativa, podendo ocorrer um intervalo de tempo entre a audiência e o início efetivo da LA. Sendo assim, o serviço só toma conhecimento que determinado jovem cumprirá MSE quando ele chega com a carta de encaminhamento da audiência ou quando o processo judicial chega ao serviço.

Obrigatoriamente são realizados quatro relatórios por adolescente que são enviados para a Vara da Infância e Juventude do município, com o objetivo de descrever o acompanhamento realizado. O primeiro é um relatório de recepção, que informa a data de início das atividades no serviço. O segundo é o PIA (Plano Individual de Atendimento) em que se relata principalmente as atividades realizadas com parcerias externas (escola, educação, trabalho, profissionalização, saúde etc). Nele, também são realizados planejamentos para o futuro e possíveis dimensões a serem trabalhadas /fortalecidas durante a permanência no CREAS, como a relação com a família e com a comunidade. O terceiro é o relatório trimestral, em que se informa à vara todas as atividades efetuadas até então. O quarto relatório é o de encerramento, nele é comunicado se o jovem cumpriu as atividades com êxito ou não, se houve assiduidade, se conseguiu entrar no mercado de trabalho ou retornar para a escola, entre outras informações que possam vir a ser relevantes para o caso. Além desses, também pode ser produzido um relatório emergencial quando o jovem deixa de comparecer as atividades.

Quando há muitas faltas durante o cumprimento da MSE, o técnico pode sugerir a revisão da sentença ou o prolongamento da medida para o juiz. Durante a execução da MSE,

quando o jovem começa a faltar, primeiramente o profissional tenta o contato por telefone para os responsáveis, caso não obtenha sucesso, envia uma carta pedindo o comparecimento. Se o jovem ainda não comparecer, é feito um pedido de condução do jovem até o serviço para o comissariado da Vara infância. Essa condução é efetuada com o comissariado da vara da infância contando com a policia militar. Visitas domiciliares também podem ser efetuadas quando há necessidade de conhecer a casa ou a comunidade/bairro em que o jovem reside.

No serviço, os profissionais alimentam duas planilhas para controle do trabalho. A primeira planilha é realizada mensalmente descrevendo cada atividade executada com o jovem durante o cumprimento da MSE. A segunda tabela é usada quando se finaliza o tempo de execução da MSE e envia-se o quarto relatório para a Vara, enquanto isso, essa planilha fica em aberto até que o juiz devolva uma resposta de extinção da medida. Após esse retorno da Vara, aloca-se a pasta com todas as informações do adolescente no arquivo morto.

Cada jovem possui uma pasta com os quatro relatórios citados acima além das fichas base que são preenchidas durante os atendimentos. A primeira ficha é sobre o adolescente, contendo dados sociodemográficos e econômicos, questões relativas à saúde, ao ato infracional, habilidades e preferências do adolescente. A segunda ficha busca conhecer informações relativas à família e a terceira é sobre a frequência do jovem no serviço, em que cada comparecimento ele assina essa folha.

Nos atendimentos o profissional faz o acolhimento, busca compreender sua participação no infracional, condições e contexto, tentando vislumbrar com o jovem, alternativas para a construção de seu projeto de vida. O trabalho dos técnicos também passa por orientações civis (documentação, confecção de currículo), encaminhamentos para a rede socioassistencial, busca por parcerias com empresas ou instituições que possam oferecer emprego, como por exemplo, Tusmil, Bahamas, Servir.

3.2 As etapas da pesquisa

A construção dos dados se deu através da utilização de quatro estratégias: a observação participante (OP); o diário de campo (DC); a leitura do processo judicial proveniente da Vara da Infância e Juventude; e as entrevistas orientadas pelo método da história de vida. Os quatro possibilitaram a aproximação e apreensão de dinâmicas e conteúdos significativos apresentados no campo e pelos participantes (Haguete, 2013).

3.2.1 A Observação participante

A observação participante(OP) é uma importante técnica que compõem o cenário de construção dos dados da pesquisa qualitativa. Com ela, o pesquisador entra em contato com os interlocutores de sua pesquisa e alcança uma aproximação do contexto em que estes constroem suas ações. Como aponta Minayo (2003) a OP propicia que se capte “uma variedade de situações ou fenômenos que não são obtidos por meio de perguntas, uma vez que, observados diretamente na própria realidade transmitem o que há de mais imponderável e evasivo na vida real”. A entrada do pesquisador no campo, a clareza do seu papel para os atores e a sua aceitação por parte do grupo/interlocutores são aspectos fundamentais para um bom andamento do trabalho (Minayo, 2003).

Essa imersão do pesquisador em campo implica em uma troca de experiências e, por vezes, a construção dessas também por esse sujeito, que flutua entre o observar e levantar informações, ao mesmo tempo em que está imerso na produção das mesmas. O contexto da OP se dá em uma teia de relações e tensões entre sujeitos que participarão mais ou menos da pesquisa, mais ou menos dispostos. Para colaborar, destacamos quatro elementos constituintes e relevantes para o processo de OP a partir de Fernandes (2011): a curiosidade em conhecer e descortinar o que é desconhecido; a criatividade para lançar mão das mais diversas estratégias de alcance e aproximação dessa realidade; o rigor teórico-metodológico para dialogar as

produções acadêmicas que circundam a temática estudada e os processos emergentes no campo, bem como a noção de que não há zona de neutralidade; e, por último, a observância da ética que se refere ao respeito pelas produções realizadas ali naquele contexto, a postura dos pesquisados e o uso das informações ali fabricadas (Fernandes, 2011)

Valladares (2007) em uma sistematização do trabalho de William Foote Whyte de 1993 destaca dez mandamentos da OP que, resumidamente: 1) a OP demanda um processo longo para a aproximação e compreensão do que se está buscando; 2) o pesquisador adentra em um território desconhecido em que ele não possui controle sobre a situação; 3) a qualidade dos dados obtidos dependerá da interação e inserção do pesquisador, sendo necessário que se justifique a razão de sua presença naquele contexto; 4) seu papel deve ser afirmado e esclarecido; o que implica na não necessidade de se tornar um nativo ou confundir-se com os que ali estão; 5) a OP se torna possível a partir da mediação de um informante chave que poderá vir a se tornar um colaborador da pesquisa, sendo este quem esclarece possíveis dúvidas e que pode facilitar processos de aproximação; 6) O observador é um sujeito que também está sempre sendo observado pelos atores do campo; 7) É necessário que se desenvolva uma sensibilidade para saber em que momentos perguntar e o que questionar, escutando e discernindo sobre a adequabilidade de possíveis intervenções; 8) Uma rotina de trabalho disciplinada e sistemática colabora para levantar informações significativas e fortalecer a confiança daqueles que compartilham o mesmo espaço que o pesquisador; 9) os erros irão acontecer ao longo do percurso, devendo assim, aprender e compreender as razões dessa falha; 10) muitas vezes o pesquisador sofre uma cobrança em relação a razão e aos benefícios do seu trabalho, no entanto esse retorno direto pode não acontecer a todos, restando os laços que foram construídos naquele momento (Valladares, 2007).

A partir do recurso da OP pode-se se flutuar pelos processos sociais, ações coletivas, comportamentos individuais e a maneira como essas dimensões se relacionam. Aproxima-se

da maneira como os atores constroem suas performances em determinado contexto, como participam ou não dos processos e quais significados atribuem para determinados acontecimentos (Jaccoud & Mayer, 2008).

Parte-se da noção de que a inserção no campo e a OP são mediadas por uma relação de alteridade, isto é, da consciência de uma diferença de posição entre aqueles sujeitos que compõe a cena da pesquisa (Jaccoud & Mayer, 2008). No entanto, esse contraste de posição não se baseia na tradicional relação entre pesquisador/pesquisado ou sujeito/objeto, em que a hierarquia calcada no poder era naturalizada e predominante na produção de conhecimento. Consciente dessa diferença, procurou-se facilitar o processo de participação de cada sujeito que ali estava, em sua singularidade e importância, para que assim, os retalhos do trabalho de criação e conhecimento ali pretendido comesçassem a se costurar. Nessa perspectiva, fomos em direção a uma relação entre sujeito/sujeito, em que os saberes e a sua produção foram negociados (Jobim & Porto, 2012).

Assim, a construção do presente trabalho se ancora em uma inserção no campo a partir de 11 de dezembro de 2017 em que permaneci em todo o processo utilizando a OP e o DC, para posteriormente realizar as entrevistas, saindo do serviço na primeira quinzena de Junho de 2018. A permanência na unidade possibilitou tomar conhecimento sobre a execução das MSE em meio aberto, além de ter me aproximado dos jovens ali em cumprimento de medida. Todo esse processo foi mediado por atores chave que com certeza vieram a se tornar colaboradores da pesquisa, tanto no que diz respeito ao acesso a informações relevantes, quanto a facilitação da minha entrada no campo e contato com os jovens.

3.2.2 Diário de campo – O cotidiano

Os dados aqui apresentados, são produtos da OP e do companheiro DC, representando no trabalho tanta importância quanto a produção dos resultados, até porque o DC aqui é

considerado como parte dos resultados. Essa relevância para o DC se dá porque, graças a ele, foi possível revisitar as nuances do processo que se constituíram cotidianamente entre 2017 e 2018 no campo de pesquisa. Dessa maneira, salientamos a importância de explicitar na dissertação o percurso feito para se chegar até a realização das entrevistas, a análise dos dados e o encerramento da escrita. Retomar o diário de campo viabiliza escutar as diferentes vozes participantes do cenário da pesquisa, mudanças no percurso, aprimoramento do objeto de estudo e da própria pesquisadora que vos escreve (Vieira, 2002).

A minha inserção no campo, conforme já sinalizado, iniciou-se em dezembro de 2017, inicialmente participando de reuniões com os profissionais e acompanhando um ou outro atendimento. Nesse início fui poucas vezes ao serviço já que algumas atividades da unidade estavam se encerrando. Em janeiro, alguns técnicos da MSE tiraram férias, o que deixou o serviço esvaziado, retornando a movimentação normal no final desse mês. A partir de então, até meados de junho estabeleci uma rotina de permanência no CREAS de 2 ou 3 vezes por semana acompanhando o turno de trabalho.

Inicialmente minhas visitas se davam de acordo com os dias que os profissionais haviam marcado para atenderem vários jovens de MSE. Nas primeiras semanas fui alternando entre os técnicos da LA e da PSC, ficando cada dia com um técnico de cada programa. Ao longo da minha permanência e com a ajuda dos profissionais, fui percebendo que na LA estavam em maior número os jovens que tinham passado pelo CSE. Obtive a explicação de que normalmente estes eram os que tinham cometido atos mais graves e, por isso, tinha recebido a internação mais progressão para LA. Sobre a PSC era os jovens mais novos e com atos menos graves. Destaco que essa dinâmica era uma tendência e não uma regra, como apontado pelos técnicos.

Como um dos objetivos da pesquisa era verificar esse processo de reinserção social dos adolescentes, estabelecemos como critério entrevistar aqueles que tivessem passado obrigatoriamente pelo CSE antes da LA, independente do número de dias. Dessa maneira, pareceu mais vantajoso para o alcance dos objetivos da pesquisa, estabelecer o meu acompanhamento apenas junto a LA. Ademais, alguns profissionais da PSC entraram de férias ou saíram da unidade, o que dificultou um acompanhamento mais próximo junto aos jovens dessa medida. No entanto, devido ao critério de inclusão estabelecido, esse fator não prejudicou em nada a realização da pesquisa.

Em média, cada programa acompanhava em torno de 80 jovens. Os técnicos da PSC (psicólogo, assistente social e advogado) ficavam alocados em uma sala e os técnicos da LA (psicóloga e assistente social) em outra sala. A educadora social possuía uma sala à parte onde realizavam trabalhos manuais e artísticos. Destaco o fato de que todos esses profissionais também atendiam a demanda do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF), o que os colocava sob uma intensa jornada de trabalho.

Um ponto importante que chamou a minha atenção ao longo dos dias que acompanhei os atendimentos, a sala de espera e a dinâmica do serviço foi a chegada dos jovens na unidade. “Douglas chegou abafado porque tentaram pegar ele no caminho”; “Fabricio teve que chegar e ir embora rápido porque tentaram matar o irmão dele e a família foi pra outra cidade”; “Tive que chamar um uber pra pegar o José aqui na porta porque estavam esperando no caminho” (sob ameaça de morte).

Eram recorrentes nos atendimentos os jovens que não possuíam documentos, identidade e título de eleitor, principalmente. Os técnicos orientavam a confecção destes, além das informações sobre alistamento no exército e dispensa. Ademais eram feitas solicitações de vagas em escolas para os jovens, mediante seu interesse e em diálogo com os responsáveis,

ação nem sempre bem sucedida de início. Acompanhei tentativas árduas para se obter uma vaga escolar e, em muitos casos os técnicos omitiam falar que eram sujeitos da MSE, dizendo apenas que os acompanhavam no CREAS. Isso acontecia por conta do estigma e rechaço que alguns dispositivos da rede tinham (e tem) com os adolescentes, dificultando o fortalecimento de uma rede de proteção.

Os sujeitos que ali se apresentavam sob MSE eram em sua maioria do sexo masculino, pobres e negros. Apesar de não ter entrevistado nenhuma menina, pude acompanhar o atendimento de algumas. Quando alguma jovem recebe a MSE de internação, ela é remanejada para Belo Horizonte, o que tem uma série de implicações, como afastamento das redes de proteção comunitária, a impossibilidade da visita familiar, entre outros fatores.

As marcas da violência aparecem física e simbolicamente na presença dos jovens. Alex conta sobre os tiros que já levou e que não pode sair do seu bairro, já que está cercado por comunidades vizinhas que ele possui conflitos, comparecendo ao serviço acompanhamento do seu pai. Tentou-se com Alex, sua inserção no Programa Jovem Aprendiz na rede Bahamas, no entanto ele não pode ir em nenhum dos supermercados espalhados pela cidade, sob risco de morte. Sua matrícula na escola foi realizada em uma escola do centro da cidade no turno da noite, para assegurar que as “richas” não estejam presentes

Estávamos em fevereiro e a técnica pergunta o que Túlio, 18 anos, faria no carnaval, sua resposta foi: “Já perdi muitas amizades no carnaval, perdeu o sentido pra mim” (excerto retirado do dia 08 de Fevereiro de 2018). Em segundo momento conversavam sobre possibilidades de trabalho e geração de renda para o jovem, quando lhe foi sugerido táxi ou uber como uma possibilidade. Sua resposta “Tá loco, você não sabe quem entra, quem tá te esperando, posso levar um tiro e morrer” (excerto retirado do dia 8 de Fevereiro de 2018). Fato que evidencia mais uma vez tanto a limitação no que se refere ao trânsito pela cidade,

como a iminência de ser morto. Ernani sempre vai ao serviço acompanhado por um parceiro que fica na porta esperando-o. Ele entra e sai de capacete para que não seja reconhecido e costuma levantar antes que o atendimento se encerre.

No que diz respeito as experiências de trabalho, os jovens oscilavam entre as mais variadas experiências que contrastavam com a escassez de possibilidades encontradas por eles. Fagner trabalhava em um lava jato de 08h às 18H, ganhando \$150 por semana. Ele sempre estava na porta da unidade antes do horário de abertura, para que pudesse chegar menos atrasado possível no serviço. Éder cada semana trabalhava em uma, duas ou três festas, participando da montagem da infra estrutura - som e palco – e depois ficando como garçom. Também desmontava e organizava o ambiente após o encerramento da festa. Júlio apareceu no serviço suando porque dali sairia para uma entrevista de emprego, estava com medo de ter que fazer alguma prova ou ser rejeitado por alguma característica sua.

Para aqueles que necessitassem, os técnicos davam o cartão de vale transporte, no entanto, com o aumento do número de jovens em MSE e atendidos no PAIF, por vezes as passagens acabavam. Nesse caso, os técnicos recorriam aos colegas que ainda pudessem ceder um cartão. Além disso, os profissionais confeccionavam currículos e xerocavam para os jovens, informando também possíveis empresas que eles poderiam procurar.

Vários dos jovens não frequentavam a escola, em alguns casos por terem que trabalhar dois turnos e não conseguirem “encarar” o terceiro. No entanto a questão educacional era algo muito caro para os profissionais e de maneira sensível à situação de cada um, era abordada nos atendimentos. Também foi recorrente os participantes que relatavam ter filhos, o que em muitos casos, exigia primordialmente a geração de renda para colaboração no sustento da criança. Em alguns momentos, os jovens chegavam sob efeito do uso de alguma droga, sempre acolhidos pelos profissionais.

Trago essas informações para aproximar e delinear a realidade que esse jovem constrói sua existência. Minha entrada no serviço aconteceu, como aponta Jaccoud & Mayer (2008) sobre o processo de inserção em campo, em fases afetivas, como um mergulho no escuro e no aguardo da aceitação daqueles que ali eu encontrava. Avalio que em boa medida, consegui me inserir e participar do cotidiano dos jovens no serviço, no início solicitando permissão a ele para tal. Depois já me reconheciam e o processo corria naturalmente.

3.2.3 As Entrevistas a partir da História de Vida

A entrevista semiestruturada (Ver Anexo A) foi elaborada por mim e pelo professor orientador do presente trabalho, guiados por alguns eixos de interesse baseados na literatura da área e na OP. Esses eixos, como pode se observar no roteiro, buscaram alcançar elementos relevantes para responder os objetivos da pesquisa e os conteúdos significativos vivenciados no cotidiano dos jovens, passando pela sua trajetória de vida, sua experiência com a MSE, o contato com a política penal, suas perspectiva de futuro e etc.

A construção da entrevista se baseou no método da história de vida, compreendida dentro da abordagem biográfica (Chizzotti, 2013). Esse método é amplamente utilizado nas ciências humanas e sociais com os mais variados grupos, trabalhadores, operários, jovens envolvidos com a criminalidade, usuários de drogas e etc. A opção por se trabalhar com a História de Vida se fez pelo fato do método possibilitar um alcance das representações, vivências e significados singulares que cada sujeito atribui a determinada situação, ao mesmo tempo em que, mediados por um contexto particular compartilhado, esses jovens, traziam relatos que enunciavam uma dimensão da totalidade (Bertaux, 1999).

Estávamos interessados a partir do enunciado do jovem, tanto na dimensão subjetiva desse depoimento, quanto na realidade objetiva que este expressava. Isto é, a partir da narrativa construída por esse sujeito sobre sua trajetória de vida, tendo a MSE como um fio

condutor e indo além dela, buscávamos compreender suas percepções, sentimentos, experiências e reflexões, dialogando com estrutura de relações colocadas nesse contexto. Acredita-se que, ao mesmo tempo em que o jovem criminalizado fala de si, ele também fala da história de um grupo social e, então, acaba por revelar ou explicitar uma estrutura social na qual eles estão inseridos (Silva, 2002).

A aposta na entrevista narrativa enquanto um recurso da linguagem e de construção do conhecimento se deu para aprofundar aspectos específicos desejados pelos objetivos da pesquisa, porém em um constante movimento de negociação com o que era desejado enunciar por parte do interlocutor (Jobim & Porto, 2012). Dessa maneira, considera-se que os entrevistados ao narrar suas histórias e compartilhar suas experiências, de alguma maneira, estavam implicados em uma postura de participação na cena da pesquisa (Muylaert, Sarubbi, Gallo, Neto & Reis, 2014).

3.3 Participantes² da entrevista

Os participantes foram 7 jovens do sexo masculino, com idades entre 15 e 19 anos, que estavam em cumprimento de LA e que anteriormente passaram pela medida de internação. As entrevistas foram gravadas em áudio em um aparelho telefônico, com exceção de uma em que o adolescente preferiu que não fosse gravada. A média dos áudios variou entre 20 minutos à uma hora duração, sendo integralmente transcritas posteriormente.

A entrevista com Gustavo, jovem que optou pela não gravação, foi escrita por mim logo após sua realização, no intuito de replicar o máximo de falas possíveis. Durante a condução também fui anotando trechos que pudessem auxiliar a reconstrução da narrativa do jovem, captando a processualidade da conversa. As autorizações foram dadas mediante o termo de consentimento livre e esclarecidas por cada sujeito.

² Todos os nomes dos jovens são fictícios, tanto das entrevistas como dos relatos do Diário de Campo.

A definição da quantidade de entrevistas realizadas foi orientada pelo critério de exaustão/saturação, o qual indica o momento de encerramento. Esse fechamento se deu quando conseguimos obter uma teia de significados que respondesse de maneira satisfatória aos objetivos, que explanasse o ponto de vista dos sujeitos entrevistados e que, novas entrevistas não apresentariam grandes mudanças aos dados já elaborados. Quando os depoimentos produzidos começaram a apresentar certo padrão simbólico possibilitando a formulação de categorias de análise e, em alguma medida alcançamos uma generalização dos dados no que diz respeito as trajetórias de vida construídas pelos jovens, chegamos ao ponto de saturação (Duarte, 2002).

3.4.1 Quem são os sete informantes?

Primeiramente, segue abaixo uma tabela com dados que descrevem a atual situação dos jovens que foram entrevistados, tanto no que diz respeito ao ato infracional e cumprimento de MSE de internação, como aspectos relacionada ao trabalho e a escola.

Entrevistados	Idade	Ato infracional	Tempo de internação	Situação Escolar	Trabalho
Jaden	18	Tráfico de drogas	1º vez, 2 meses, 2º vez, 20 dias	Não está estudando, parou na 7ª série	Pintor, com o tio
Breno	18	Homicídio	1 mês	Cursando o 3º ano EM	Não trabalha. Já trabalho como servente de obra e serralheiro
Samuel	18	Homicídio	1 ano e 3 meses	Não está estudando	Operário – fábrica de

					plástico
Gustavo	15	Homicídio	1 ano, 2 meses e 15 dias	Não está estudando	Não trabalha
Marcos	18	Roubo	20 dias	Cursando o 2º ano do EM pelo CESU	Não trabalha
Vinicius	18	Roubo	12 dias	Cursando o 1º ano do EM	Servente de obra, com o pai
Mateus	19	Homicídio	1 ano e 1 mês	Não está estudando	Pizzaria do pai

Gustavo: Conheci Gustavo no início de março acompanhando os atendimentos da LA. Esse jovem de 15 anos me é apresentado por uma de suas características marcantes, a sinceridade. Uma das preocupações da técnica era o retorno de G para escola, visto sua idade e as prerrogativas da MSE, questão que era colocada sempre de maneira respeitosa e dialógica com G. Ele questionava o motivo de voltar a estudar, já que era continuamente suspenso: “Pra que vou ficar nisso? Só tomo suspensão”. Além disso, alegava que já sabia o que precisava e que não tinha paciência nem interesse em voltar. G. dizia que entendia o trabalho da técnica quando ela questionava sobre a situação escolar, mas que não gostava de se comprometer e que também não gostava de ficar indo lá assinar. “Toda terça tenho que vir aqui, já pensou se começo a estudar e os cara me vê?”. Esse questionamento denunciou a limitação que o jovem tinha para andar por certos territórios da cidade, inclusive fazendo com que ele ficasse mais em casa depois de ter saído do CSE (excertos referentes ao dia 06 de Março de 2018).

“Olhando para G, as palavras revolta e rebeldia saltam dos seus aos meus olhos” (excerto referente 20 de Março de 2018), trecho retirado do diário de campo e escrito por

mim. Se os leitores estivessem na cena, explicações sobre o significado desse excerto seriam desnecessárias, como não é o caso, explico-me. Faço referência nesse trecho a constante sensação que G. provocava e explicitava com sua inquietude, assertividade e acidez nas palavras, denunciando uma enorme insatisfação com a sua condição de vida, que para mim soava semelhante a uma bomba prestes a estourar.

Gustavo anunciava quase como um aniversário o tempo em que não se envolvia com a polícia: “Já tem 1 ano e nove meses que os cara não me pega” (excerto referente ao dia 10 de Abril de 2018). Na leitura de seu processo judicial, que é o mesmo de Samuel, chamamos a atenção para um trecho retirado do mesmo “voltará a seguir o lado bom da vida (...) resgatado para o caminho do bem (...) deixará o mundo contrário a luz”, observando componente morais/religiosos na construção do seu processo e compreensão da ação de G. Ademais, observa-se que, mesmo verificando “vulnerabilidade social do representado” ele jamais esteve em Medida Protetiva prevista no ECA. A entrevista com G foi rápida, durando cerca de 20 minutos, acatando a solicitação de que a mesma não fosse gravada.

Marcos: “Meu nome é Marcos, satisfação!”. Conheci Marcos também na primeira semana de março, ainda com 17 anos. Um dos primeiros componentes que chamou a minha atenção na fala de M. foi a naturalidade com que ele dizia sobre as pessoas próximas que estavam “marchando”, padrasto, primo, amigo, irmão do amigo, isto é, cumprindo pena. Um segundo elemento importante foi o empenho que ele falava sobre as suas experiências no CESU. O jovem estava cursando o segundo ano do ensino médio e passávamos boa parte do atendimento conversando sobre as provas e as disciplinas que ele ainda faria para completar o ano letivo. Todas as semanas M. trazia uma novidade sobre uma prova difícil que tinha feito ou mais uma disciplina que tinha conseguido encerrar, demonstrando sua dedicação e esforço em relação ao estudo.

Realizamos a entrevista no final de abril logo após ele completar 18 anos. M foi muito participativo, tornando ela fluída e densa ao mesmo tempo. A partir da leitura do seu processo judicial, percebi que esta tinha sido a primeira MSE, não havendo registro de outros atos infracionais, apesar do depoimento de envolvimento anteriores com o tráfico. Como verão nos resultados, M. é o jovem que fala que foi pego sem ter roubado o celular. Consta em seu processo que “grupo criminoso estava na rua(...)”, mostrando que sua apreensão ocorreu por estar junto com outro jovem que tinha cometido o roubo, o que fez com que M. já recebesse o status de “criminoso”. Nota-se que, a partir da leitura de seu histórico judicial, este jovem também nunca esteve em Medida Protetiva.

Vinicius: Conheci Vinicius no dia 7 de março. Esse me foi apresentado como um jovem muito espontâneo e comunicativo. O primeiro atendimento que acompanhei com ele, confirmou as qualidades citadas acima, que são percebidas à primeira vista. O jovem entrou na sala falando que sua namorada estava grávida e ficou a primeira metade do atendimento contando quanto dinheiro precisaria ganhar nos próximos meses para fazer um estoque de fraldas e quantas fraldas conseguiria comprar por mês, além de quantas fraldas o filho usaria durante sua vida. V. falou incessantemente nos primeiros minutos pronunciando mais palavras por minuto do que muitas pessoas conseguiriam, o que trazia ar cômico e leve para a “conversa”, ao mesmo tempo que verdadeiras e duras preocupações emanavam.

Um dos atendimentos posteriores, V. chegou “revoltado” e “indignado”, em suas palavras, pois tinha sido chamado para depor sobre um homicídio que aconteceu em seu bairro. Ele questionava quem teria dado seu nome aos policiais e indagava “se fosse na mega sena meu nome não tinha sido sorteado, por que pra desgraça meu nome é?”. Relatou que os policiais tentaram “oprimir” ele, ameaçando-o com a penalidade do falso testemunho caso estivesse mentindo. O rapaz pediu para ler o relatório efetuado pela escrivã, para confirmar que ela não tinha escrito algo que fizesse referência a alguma informação que ele não tinha

dado. Esse momento revela uma situação interessante em que V. explicita que precisa se proteger, pois sabia que os policiais estavam atrás de Y e que este “Já matou um neguim, pode matar eu também. A realidade é essa”. (excertos retirados do dia 25 de Abril de 2018 do DC)

Em um terceiro momento com V. ele conversava com a técnica sobre outros processos que ele ainda poderia receber, já que tinha sido pego em mais de uma situação. A técnica leu com ele todos os processos e disse da necessidade de aguardar algum informativo da Vara, mas que os dois já sabiam que além dos 6 meses iniciais, o jovem já tinha recebido mais três meses para cumprimento em L.A.

Nesse dia aproveitei para falar com V. sobre a pesquisa e ele fez um dos questionamentos mais difíceis de responder durante a pesquisa: “Mas assim, por quê? Que que vai ganhar com isso? Que benefício que eu vou ter?”. Expliquei sobre o interesse em compreender a experiência deles a partir de suas próprias perspectivas e que só assim poderíamos repensar o processo de MSE. Além disso, falei da devolutiva para os profissionais com os apontamentos que os jovens fizessem. Foi uma resposta incompleta, para mim e para ele. No entanto, esses questionamentos, assim como os outros que pude presenciar ao lado de V. mostram sua postura participativa e crítica frente a determinadas situações.

A entrevista com V foi uma das mais dinâmicas, pois além de narrar sua história, ele encenou dentro da sala algumas experiências, como quando chegou ao CSE e teve que pegar o colchão algemado e carrega-lo para dentro com os agentes gritando com ele. Ou quando ficou de costas para mim e com as mãos levantadas e encostadas na divisória e depois atrás da nuca, descrevendo uma das abordagens policiais que já sofreu. “eu respondi o polícia e tomeu um chutão”(excerto retirado do dia 23 de Maio DC).

Essas indagações me pareceram mais como uma curiosidade e interesse de saber a que situação ele estaria submetido, do que uma desconfiança. Durante a entrevista, seu

posicionamento ativo, seus questionamentos sobre o que eu estava perguntando e os porquês, acabaram por remodelar a “estrutura” daquela situação. Por mais que minha intenção fosse que aquele momento se apresentasse de maneira livre e flexível, V. imprimiu o tom em que não era apenas ele que respondia as perguntas, o que me fez repensar e traçar uma nova forma de interação até então não percorrida. V. também nunca esteve em Medida protetiva.

Breno: Conheci Breno na segunda semana de março. Este era sempre muito calado e tímido durante os atendimentos. Eu o acompanhei durante algumas semanas antes de realizar a entrevista, sendo que os acolhimentos ficavam em torno da situação escolar ou sobre possibilidades de emprego. Breno estava cursando o terceiro ano do ensino médio e vez ou outra conseguia um bico.

Apesar da entrevista com Breno ter sido uma das mais curtas, ele falou mais do que eu tinha presenciado até então. Notei que o jovem estava um pouco nervoso no início, o que foi se diluindo ao longo da conversa. Verificando o processo judicial de Breno noto uma passagem relevante “sugere que o policial na confecção do boletim de ocorrência se equivocou e mentiu quanto a faca encontrada com intuito de culpar Breno.” Pela diferença de altura B(1,50) e a vítima (1,75) aponta-se para a impossibilidade de B. ter deferido o golpe fatal que culminou na morte do jovem. B passou 30 dias no CSE e estava cumprindo 6 meses de LA. Destaca-se o fato de que Breno também nunca esteve em Medida Protetiva.

Samuel: Conheci Samuel no início de maio e o vi apenas nesse momento antes de realizar a entrevista. Lembro que o atendimento com ele foi ao final do dia, pouco antes do serviço fechar, marcado esse horário para que ele pudesse se locomover do trabalho, que fica em uma zona afastada do centro, até o CREAS. Durante o atendimento ele estava cansado, visivelmente com sono e com os olhos vermelhos, resultantes do dia longo de trabalho. Ao final, mencionei a pesquisa e ele me perguntou como funcionava. Expliquei sobre a entrevista

e ele disse que poderíamos fazer naquele momento, caso eu quisesse. No entanto, preferi, por conta do seu cansaço, deixar para as próximas semanas, além de dizer que gostaria de conhecê-lo um pouco mais.

Dali 15 dias, quando S. voltou ao serviço, perguntou por mim lembrando da entrevista, no entanto foi em um horário em que eu não estava na unidade. A próxima semana de Samuel seria a última no CREAS, visto que ele já havia encerrado o tempo de cumprimento da MSE. Nesse caso, realizei a entrevista mesmo tendo-o visto apenas uma vez, o que, na minha visão, não prejudicou a realização da mesma. Desde o início S. demonstrou muita tranquilidade no compartilhamento de suas experiências, o que não altera a dureza sob a qual sua narrativa foi construída. Novamente seu rosto estava marcado pelo cansaço. Suas repostas foram extensas e detalhadas, o que propiciou um alto grau de amplitude e profundidade sobre sua trajetória. S. também nunca esteve sob Medida Protetiva.

Mateus: Conheci Mateus já em meados de maio, próximo a minha saída do campo. Os atendimentos que pude acompanhar foram rápidos e com poucas palavras por parte do jovem. A entrevista com Mateus foi um pouco difícil, ele estava de cabeça baixa e deu algumas respostas curtas. Notou-se, talvez para se proteger, uma preferência por não falar muito sobre o ato infracional e vivência relativas ao acontecido. Sobre isso, levanto duas hipóteses, uma acerca da desconfiança de falar de sua vida pra uma desconhecida e outra relativa ao local da realização da entrevista, sendo a instituição em que ele estava “respondendo” pelo ato infracional. Apesar dessa limitação, considero essas ressalvas em falar também como dados importantes para a pesquisa, tanto para repensar a relação estabelecida com esse jovem no cumprimento de MSE, quanto para aspectos metodológicos de pesquisa com certos temas e públicos.

3.4 Análise dos dados

Para análise dos dados das entrevistas realizadas, foi utilizado a Análise de Conteúdo do tipo temática (Gomes, 2008) possibilitando a análise em profundidade do material (Mozzato & Grzybovski, 2011). As categorias analíticas foram determinadas a priori e a posteriori da realização da pesquisa de campo, a partir da literatura estudada, da OP, do DC e das entrevistas, totalizando 22 categorias distribuídas em três famílias (ver anexo B). Foi realizado um processo de exploração do material, tratamento dos resultados e interpretação para o processo de análise das entrevistas transcritas. Por fim, os dados encontrados foram analisados por uma dupla de pesquisadores, mediados pela literatura na área, com suporte do Software Atlas.ti.

3.5 Formalização no Comitê de Ética

A pesquisa, até o momento intitulada “Juventude e criminalização: Desafios enfrentados na reinserção de jovens em cumprimento de medida socioeducativa em Juiz de Fora” foi submetida e aceita pelo Comitê de Ética em Pesquisa Humana da Universidade Federal de Juiz de Fora, localizado na Pró Reitoria de Pesquisa, Campus Universitário, Rua José Lourenço Kelmer, s/n, Martelos, Juiz de Fora (Ver anexo C). Além disso, a submissão e execução da pesquisa respeitou as diretrizes éticas concernente a pesquisa com seres humanos conforme consta na Resolução nº 466/12 do Conselho Nacional de Saúde/Ministério da Saúde.

3.6 Formalização na Vara da Infância e AMAC

A pesquisa também foi submetida às Instituições municipais, Vara da Infância e Juventude e AMAC, responsáveis pela aplicação e acompanhamento da execução da MSE. O projeto foi encaminhado para as duas instituições, juntamente com a carta de apresentação e solicitação de autorização (ver anexo D). Na formalização da pesquisa junto a essas unidades, foi assinado o termo de compromisso e responsabilidade no que diz respeito aos preceitos

éticos em relação ao campo e ao sigilo da identidade dos adolescentes (Ver anexo E e F documentação assinada junto à Vara da Infância).

3.7 Riscos

A princípio, considera-se que os riscos da pesquisa foram mínimos, já que a entrevista não se apresenta como um procedimento invasivo. No entanto, o conteúdo das mesmas, preenchido por uma trajetória de múltiplas violências e violações, pôde incorrer na retomada de lembranças dolorosas por partes dos adolescentes. Isso pelo fato de sua participação nos atos infracionais, em que foram tanto vítimas quanto vitimadores, e também pela experiência da privação de liberdade e suas consequências. Obviamente, ofereceu-se a abertura para acolhida de possíveis incômodos ou necessidades manifestas pelos jovens após a realização da entrevista.

4 Resultados

Nessa seção trabalharemos as categorias elaboradas a partir das entrevistas com os sete jovens acima identificados. Serão apresentadas de tal forma que represente o itinerário construído pelos participantes da pesquisa, respeitando a maneira como retrataram suas vivências e cotidianos no âmbito da MSE. Nesse intuito as categorias serão dispostas em três momentos: o primeiro, sobre a trajetória de vida desses jovens, sendo essa marcada por vulnerabilidades, trabalho e escolarização precários, sendo o tráfico um elemento importante na mediação dessas vidas; o segundo momento diz respeito à aplicação da medida socioeducativa de internação e as experiências e impactos decorrentes da privação de liberdade; e, por último, o momento em que os jovens estavam em medida de liberdade assistida, suas percepções sobre o processo e os desafios enfrentados na construção - ou não - de seus projetos de vida. Fique claro que esses momentos não se dão de maneira linear ou com um recorte cronológico fixo, mas em alguma medida representam na história de vida desses sujeitos um percurso.

4.1 Trajetórias de vulnerabilidades

A história de vida dos jovens em cumprimento de medida socioeducativa, apesar de variadas e singulares, aparece marcada por uma série de vulnerabilidades e dificuldades que comparecem unanimemente em seus relatos. Quando questionados sobre suas histórias e lembranças, conduziam rapidamente para a situação que os tinha levado até ali, seu envolvimento com o tráfico e a “criminalidade”, como se esses aspectos fossem os mais relevantes em sua trajetória. Esse movimento acabava por provocar um apagamento de outras dimensões da trajetórias dos entrevistados.

“Ah, minha história foi um pouco complicada né. Eu cresci, minha mãe na dificuldade, pai longe, assim nós foi crescendo na dificuldade. Aí meu pai eu fui morar com o meu pai.” (Samuel)

“Minha juventude... Tipo assim, ah minha história não é muito boa não, porque o que acontece? eu me envolvi nas drogas, (...)o que acontece, me envolvi nas drogas né, quando era mais novo. Minha infância até que foi tranquilo, mas eu comecei envolver nas drogas com 12 anos, com 12 anos não, com uns 11 anos.” (Marcos)

“Ah, a minha história? (...) eu tô aí no mundo aí, vi aí, tô vivendo, aconteceu vários desacertos aí, igual que eu tive que ir preso aí, agora que hoje eu tô tendo que assinar.” (Vinicius)

“Nossa. Do que? Do que eu passei, porque que eu fui parar lá?”(Mateus)

Suas infâncias e juventudes, embora possuam elementos que no imaginário social fazem parte do que é comumente esperado do que é ser criança e adolescente, como: “Ah, minha juventude eu zoei, brinquei muito, brincava de bola, de pique-esconde (...) bolinha de gude, carrinho de rolemão, rolei, e aí vai.” (Vinicius), rapidamente trazem informações sobre vivências que são distantes dessa “infância comum”. As falas revelam dificuldades de um grupo que, marcado pela pobreza e suas expressões, tem suas experiências atravessadas por limitações e, dessa maneira, fez com que esses adolescentes encontrassem maneiras de se sustentar ou colaborar com o sustento da família.

“Foi porque meu pai, tipo assim, na época o meu coroa não queria saber de me dar nada não mano e tipo assim e eu tinha que fazer minha correria tá ligado?!”(Vinicius)

“Aí eu andava assim voado, assim descia o morro assim chutado, assim brincava muito foi uma época boa, se eu pudesse voltar... Eu queria voltar, papo reto, eu queria voltar pros meus doze anos” (Jaden)

Nesse cenário, acontece que a saída encontrada, por vezes a única disponível, se localiza no tráfico de drogas, razão pela qual direta ou indiretamente estavam sob MSE. Participar do tráfico, segundo o relato desses jovens, implica em uma série de atribuições e impactos em suas vidas que nos debruçaremos a seguir para uma compreensão aprofundada. Seis dos sete entrevistados afirmaram ter trabalhado com o tráfico, apesar do ato infracional pelo qual ele estava cumprindo medida, não necessariamente fosse decorrente dessa atividade. As falas dos entrevistados contemplam, desde a maneira como se envolveram com a “criminalidade”, algumas perdas que tiveram, seus ganhos, as consequências, até a forma como se organizavam.

“Ah, foi essa vida errada que eu fiquei aí fora né. Cê começa a envolver, envolver, ter guerra, aí cê não pode estudar mais. Aí cê não pode sair mais, tem que ficar só no bairro mesmo com os amigo que tá com você. Se você for estudar eles te busca na porta e te mata.” (Samuel)

“Aí eu já comecei a estudar, os meninos, os meninos que eu tinha problema já enquadrava eu por causa do meu irmão também. Aí cê para de estudar, essa vida aí, tudo te corta seu sonho, seu caminho.”(Samuel)

Como observamos acima a partir da fala de Samuel, sua relação com o espaço da cidade também foi influenciada, sendo sua rotina construída a partir do que gerasse menos risco para sua vida, já que andar por alguns espaços passava a ser mais perigoso. O tráfico de drogas, enunciado por alguns como um contexto de guerra, comparece como uma forma de trabalho na vida desses adolescentes que possibilita um retorno rápido e uma forma de sustento.

“Ah, nois trabalha muito né, tem muito trabalho assim, ilegal.”(Gustavo)

“Ficava o dia inteiro mesmo, o dia inteiro, meio-dia, meia-noite lá, andando, de moto, de bicicleta. O dia inteiro. Ai. Fiquei nesse ramo de vender droga, fiquei uns 4 anos”(Samuel)

“Ah mano eu fazia dinheiro, eu fazia dinheiro né véi” (Vinicius)

Nesse trabalho, os participantes relataram ganhar entre \$300 reais a \$2.000 reais por dia/semana, um dinheiro que “entrava fácil” e lhes possibilitava comprar e acessar uma série de bens e produtos que até então não havia sido possível. Pode-se observar a abundância relacionada ao dinheiro e ao consumo e, provavelmente algumas vivências ainda não experimentadas.

“Por dia? Ah, por dia eu ganhava uns 300 real, 400 real(...)Todo dia, todo dia, todo dia. Ficava todo dia ganhando isso aí. Era muito dinheiro memo.” (Marcos)

“Fazia, gastava, comprava roupa e aí vai vai mano(...)Ah, eu fazia, dava mais de dos mil.”(Vinicius)

“Lembro. Por dia era mil real. Vendia mil, mil e quinhentos dependendo. Mas era muito concorrente, não era só ocê né. Numa rua tinha muito nego vendendo, aí tinha que ficar disputando.” (Samuel)

“Ah, bom demais né, nois andava de carro, de moto, tinha dinheiro.” (Gustavo)

“Final de semana eu já vinha a rapaziada lá também, colava meu fio, comprava vinho, surtava, ficava mal lá lá, zuava meu fio, gastava dinheiro, eu também pagava a casa que eu ficava(...)Não sei, gastava a vontade fio, gastava com muié, lanche(...)Num dia eu fazia 5 lanche e era muito fio, só nisso era x - tudo e vai, fu... comprava muita maconha pra fumar” (Vinicius)

Além das inúmeras falas sobre os retornos que obtinham a partir da venda de drogas, os participantes explicitaram como eram recorrentes as perdas desses bens adquiridos e como esse dinheiro não durava.

“Só que não era um dinheiro que prestava, não era um dinheiro que cê vai, é um dinheiro bom, não vou falar que era dinheiro ruim, é um dinheiro que você vai conseguir, que você vai, que você vai você vai ter uma condição maneira, só que, só que, só que o dinheiro quando é coisa muito fácil vai fácil né, eles falam, aí vai rapidinho. Vai embora rápido. Você não tem como usar o dinheiro, que cê fica tão obcecado naquele tanto de dinheiro que você sai gastando ele tudo sabendo que amanhã, que no amanhã você tem de novo.”(Marcos)

“Era dinheiro que vinha fácil e ia fácil”(Vivicius)

“Aí o dinheiro ia gastando. Cheguei a comprar uma moto e perdi.”(Vinicius)

Um elemento importante nesse percurso dentro do tráfico que fica explícito nas falas de Samuel e Vinicius principalmente, era a maneira como a atividade se organizava. Os dois participantes descreveram como eram suas rotinas, atribuições, os desafios e como tinham que ficar “espertos” no trabalho realizado.

“O tráfico na época. Cê tem que ficar né, é igual, igual serviço o tráfico tem horário, organizado. Quando eu vendia era organizado. O tráfico, tipo assim sete hora da manhã eu tinha que tá lá, aí dava meio dia, hora de almoço, aí vinha um, revezava comigo e eu ia almoçar. Aí na hora que eu voltava, ele descia, almoçava e eu ficava. Aí eu ficava até umas quatro hora, três hora. Aí eu ia embora, dormia, ficava até umas sete, oito pra pegar a noite. Aí a noite era a madrugada que vende mais, a noite vende mais.” (Samuel)

“Aí ficava noite os menino revezando. Tráfico é assim, cê vai revezando, corre de policia, toda hora cê vê loucura na noite, cê vê policia querendo vim bater, cê tinha que correr pro mato, pular, machucava. Era adrenalina, vida do crime é adrenalina, adrenalina. Tem que na atividade, toda hora tem que tá ganhando tudo, tem que ta sempre na atividade da polícia, se não perde mesmo. Eu rodei um dia cheio de droga

na esquina, eles falou “te peguei panguando”, eu nem vi eles, na hora que eu vi eles tava em cima. Eles acharam a droga lá no mato, pro cê ver. Essa vida aí tem que ser esperto.”(Samuel)

“Tipo assim, eu ficava na casa do chefe né mano, ele tinha uma casa, mais nois tinha que pagar pra ficar. Aí quando eu não tava na pista eu ficava na casa. Lá, aí o moleque tava na pista, aí quando não era meu horário eu tomava um banho, dormia lá, ficava tranquilo, tendeu? Eu ficava de tal tal hora até tal tal hora, tinha vez que eu virava a madrugada.”(Vinicius)

Gustavo e Samuel abordam como tem outros aspectos importantes no que diz respeito a sua passagem pelo tráfico, como a possibilidade de alguém te trair ou a dificuldade de lidar com o patrão “Já sim, só uma vez só, mas não fiquei muito tempo não. Tenho paciência pra patrão não” (Gustavo). Além disso, relatam que estabeleciam uma relação diferente com o dinheiro, sem tanto valor e que possuem algumas sensações contraditórias e negativas quando lembram da época que trabalhavam, vide as falas abaixo:

“Agora não, agora cê trabalhando cê guarda o seu dinheiro, mas pensa, poxa, esse dinheiro aqui eu vou comprar isso isso e isso aí, cê já fica feliz né mano. Igual no outro dia tipo assim, pow preciso de uma bermuda, cê compra, já fica feliz, pow comprei uma bermuda que eu queria, já vi uma roupa ali, uma roupa ali é bonita e pensa vou comprar ela, pra alcançar sua meta né mano, a minha meta, tipo assim, é comprar roupa, tipo assim, ficar tranquilo pra ter uma roupa pra sair, porque é foda também ne mano, trabalhar trabalhar e gastar o dinheiro com porcaria na rua aí, gastar com bebida aí, eu não gosto de beber mano, eu não sou de beber, cerveja, essas coisas assim não.”(Vinicius)

“Tem que ficar ligado, tem que ficar ligado o tempo todo. Mas Juiz de Fora não compensa essa vida vey. É a mesma coisa que cê quer só vender droga. Você quer

vender droga, cê quer ter seu dinheiro, muitos cresce o olho no cê, quer tomar sua, sua, aonde que cê vende, pra ter seu dinheiro, aí começa a guerra. Agora se ocê já vendeu um tempão, cê ter condição, tem como cê sustentar, mandar os outros pegar pro cê, cê não mexer nada, sujar a mão.”(Samuel)

“Mesma coisa é a droga, quando eu tava nas drogas, eu pra mim eu tava falando que eu tava feliz, mas eu não tava feliz entendeu, eu tava obcecado pelo dinheiro e pelo rolê. Agora que eu tô tranquilo, depois que eu comecei a abrir minha mente agora amadurecer eu comecei a ver as coisas diferentes, entendeu?” (Marcos)

Nessa linha de raciocínio notamos a presença de alguns discursos que individualizavam a situação, atribuindo a responsabilidade unicamente a cada um de participar ou não de determinada situação. Percebe-se também que alguns retratam a droga ou o tráfico como o principal motivo por algum fracasso, mesmo que anteriormente suas condições de vida fossem extremamente precárias.

“Não sei não, a pessoa tem que ter força de vontade de mudar. Conselho, sempre precisa de alguém, alguma pessoa pra dar conselho, mas nem todo mundo que dá um conselho a pessoa muda né?! Tem que ter força de vontade também né pra mudar. (...) Mas se eu fosse uma pessoa, político mesmo, eu sei lá, eu ia tirar muita pessoa da droga, eu penso em tirar muita pessoa do tráfico pra falar a verdade, nem é da droga não, tirar muita pessoa do tráfico, abrir a mente de muitas pessoas aí.”(Marcos)

“Eu tinha, eu já tive muita chance de ser jogador antes, é porque eu comecei a me envolver com droga e foi isso aí. Mudou minha vida completamente, se eu não tivesse envolvido nada com droga, acho que eu tava bem de vida hoje em dia.” (Marcos)

Essa ligação pode ser estabelecida também porque através do tráfico os jovens acabaram recebendo as MSE e principalmente sofrendo a privação de liberdade. Também se envolveram em outras situações ilícitas e/ou que colocaram suas vidas em risco. Nota-se uma

precarização desse trabalho juvenil quando, na fala de Samuel, ele retrata o cometimento do homicídio pelo fato de “ser de menor”, incorrendo que a sua participação nessa atividade demandava outras ações para além da venda de drogas.

“Eu queria só ficar vendendo a minha droga mesmo e fazer o meu dinheiro, só que nessa vida aí cê sempre tem desacerto né, de droga aí. Eu tava em casa assim, às três hora da madrugada, aí meus amigos me chamaram, que é colega né. Eles me chamaram, falou que rolou desacerto, que a menina tinha roubado droga, aí eles foi lá em casa com arma me chamando pra ir. Mas cê sabe né, nessa vida aí, nois tá aí mesmo, de menor, ai nois foi lá, fizemos o que tinha que fazer, fomo embora, pensamos que não ia dar nada, ficamos andando na rua tranquilão. Aí passava na televisão que a mulher sumiu, nois ficou tranquilão na rua, aí depois a polícia pegou nois, ai nois foi pra delegacia. Ai eles perguntou se nois tinha envolvimento nois negou, ai a Civil falou que não tinha como negar, ai nois assumiu. Nois assumiu, aí conversamos com a doutora que é a juíza Maria Cecilia. Ela deu 16 meses pra gente de acautelamento, eu fiquei um ano e três, um ano e três, saí agora, acabei de cumprir a medida.” (Samuel).

Repara-se uma relação de impactos na vida educacional desses jovens decorrentes de sua participação no tráfico de drogas, muitas vezes devido ao fato das horas dedicadas ao trabalho acabavam por impossibilitar sua ida ao colégio, mas também por situações que colocavam sua vida em risco, como já citadas acima.

“Eu tava fazendo Cesu e vendendo droga (...) Só o que que acontece, eu não tava indo no Cesu, eu tava mais indo de vez em quando, tava indo 1 vez, duas vez no mês, mas tava indo. Mas tipo assim, eu tava indo para minha matrícula ficar lá. Teve até que minha matrícula foi desativada só que aí eles conseguiu ativar ela para mim só que em

outra matrícula, aí eu achei que eu ia perder tudo só que eu não perdi não, aí eu continuei fazendo as matérias lá.” (Marcos)

Apesar dessa ligação, é fundamental explicitar que essa relação distante com a escola não começa quando os adolescentes se envolvem em atos ilícitos, pelo contrário, acompanham esses sujeitos desde sua infância. Como poderemos observar abaixo, o contato com espaços educacionais e o processo de escolarização aparece intrincado para esse grupo, a despeito das experiências diversas.

“Saí da Escola Normal, fui expulso, fiquei uns tempos sem estudar(...)Fiquei lá, repeti e saí. Não, fui expulso né.”(Jaden)

“Cheguei, cheguei a ficar um ano fora da escola, voltava, passei praticamente mais empurrado. As professora falava “não faz bagunça que eu te passo” (Samuel)

“Tinha, mas eu não gostava não, tenho paciência pra estudar não. Tinha uns professor muito chato(...)Ah, eu não gosto de estudar não, nunca tive paciência. Já sei o que eu preciso” (Gustavo)

“Ah, eu parei por causa de problema mesmo, má companhia, frequentando lugar que não era pra frequentar(...)Ah, desde os 16 anos.15 anos”(Mateus)

Os relatos expressam como foi uma experiência cheia de conflitos, expulsões, repetições de série e interrupções no processo escolar. Gustavo quando relembra sua época de escola e fala de expulsões e suspensões “Nossa, demais, o tempo todo”. Entre os sete jovens entrevistados, apenas um estava na série correspondente a sua idade, terminando o terceiro ano do ensino médio pelo CESU (Ensino supletivo Custódio Furtado de Souza).

“Até o sétimo ano mas, eu repeti acho que 5 vez”(Jaden)

“Eu parei de estudar porque eu fui expulso do colégio(...)Eu tinha, eu tinha vei, tinha fumado maconha no colégio, eu era muito doido.”(Marcos)

“Ah tem bastante. Teve uma vez que eu fiquei um ano, que eu discuti, 2, acho que teve 2 anos que eu fiquei sem estudar por causa que eu discuti mano. Uma vez eu briguei em Santo Antônio. Uma vez eu fui eu fui no Batista, Batista é aquela escola de trás da igreja ali né?!”(Vinicius)

De alguma maneira esses adolescentes não percebiam a escola como uma espaço feito para eles. Além disso, a escola tradicional não comparece como um direito, sendo alternativos, os supletivos (CESU) ou Ensino de Jovens e Adultos (EJA), ou os horários no turno da noite.

“Mas tipo, não adianta ficar numa treta que não dá, tipo, minha mente já não tava mais naquilo, parecia. Não adianta cê tentar fazer uma coisa forçada, tenta fazer uma coisa forçada pro cê ver como é que é ruim” (Jaden)

“Eu faço EJA” (Breno)

“Porque eu quis, fui até o sétimo ano, quis continuar não” (Gustavo)

“Ah, eu estudava lá no Bandeirantes mas eu era muito pequeno. Eu estudava lá, eu parei de estudar no colégio normal foi com 12 anos. Aí depois com 12 anos eu parei de estudar mesmo. Aí quando foi com uns 14 anos, 15 anos comecei a fazer Cesu.” (Marcos)

“Tô fazendo EJA, que faz, é tipo supletivo.” (Vinicius)

Além dessa complexa relação entre a escola e esses jovens, observa-se também uma inserção precoce em atividades do trabalho que, às vezes interferiu na continuidade dos estudos. Essas oportunidades de trabalho são escassas, primordialmente informais e se restringem a algumas funções.

“Já estudei e faço uns bicos ai com meu tio (...) Descascando parede, pow, chato pra caramba. As vezes meu tio ta fazendo, “ah, faz um muro ali pra mim”, “faz um canil

ali pra mim”, ai chama, “to precisando de uma ajuda, quer ganhar um dinheiro, vem”.

(Jaden)

“Trabalhei de servente um tempo, depois trabalhei de serralheiro também (...) Aí agora eu to parado mesmo” (Brenno)

“Trabalhei só de obra mesmo assim” (Matheus)

“Mas, tipo assim, porque mano eu vou entrar pra ganhar 400 real por mês vei, prefiro ficar fora véi, fazer um curso de segurança aí pá, uma treta aí pra ganhar mais vei, é muito mais vantagem vei. Oh, pro'cê ver, de servente eu ganho 300 por mês, por semana quer dizer, por semana. Ocê, agora não, eu tô trabalhando toda semana, é toda toda sexta-feira certa, eu receber 300 real.”(Vinicius, falando sobre a possibilidade de entrar no exército)

Nota-se uma rotina pesada de trabalho, quando os jovens conseguem se inserir em alguma atividade, uma vez que o cenário comum é uma incessante procura até conseguir achar o emprego. As falas expressam a dificuldade de encontrar uma atividade remunerada e, ainda a dificuldade de conseguir com o salário ou dinheiro recebido, dar conta dos gastos do mês.

“Muita oportunidade não tem hoje em dia não. Não, oportunidade eu tenho, só tô esperando eu passar no Exército. Meu padrasto ele já trabalha, entendeu, o que que acontece, se eu... que eu quero ficar no exército, aí se eu não ficar no exército eu já tenho um trabalho já de carteira assinada já pra mim ficar, meu padrasto já arrumou pra mim.” (Marcos)

“Que agora eu tenho uma filha, não são, mas aquele dinheiro que você bota no bolso, “poxa, to com dinheiro, compra uma calça, compra um tênis, a não, vou viajar, a não vou fazer isso, vou fazer aquilo”. Tem que pensar no que eu preciso agora.”(Jaden)

“Ah, foi difícil né. A gente sai, parece que fica alguma coisa te atentando, cê fica sem dinheiro, aí cê fica procurando, ninguém chama, ninguém chama (...) Pouca oportunidade né. Salário é pouco, gás 100 reais, os aluguel tá 600, isso daí eles não vê né. Ai nós tem que ficar batalhando, batalhando.” (Samuel)

As jornadas de trabalho também exigem uma rotina intensa dos jovens, envolvendo acordar cedo ou na madrugada e pegar 2 ou 4 conduções para chegar até o local onde irão passar todo o dia. Ademais, eles se referem ao trabalho, que não inclui o tráfico, como uma alternativa a estar preso, um valor central em suas vidas e uma possibilidade de alcançarem suas metas.

“Já dá pra ir. É mais tranquilo. Eu vou dar tipo assim um exemplo: umas 5 e meia, 5 e meia até 6 hora, 6 hora já pego o ônibus lá, já venho trabalhar, aí já já já dá o tempo de eu encontrar com meu pai aqui, aí ele vai ficar tranquilo aí”(Vinicius)

“Gostei de lá. Lá não é ruim não, o horário é bom, cê ocupa a cabeça né. Ficar atoa é só problema. Lá se tem compromisso, eu tenho compromisso todo dia, tem que acordar 4h da manhã, pra tá lá as 6h tem que pegar ônibus 5h. Então é um compromisso né, prefiro tá lá trabalhando do que tá preso né. Ganho meu dinheiro, não tem polícia atrás de mim. É pouco mas eu fico satisfeito, dá pra mim viver, não tem passarinho pra eu dar agua, que é filho”(Samuel)

“Isso aí não vale a pena não, melhor você ter um trabalho digno, do que cê, do que cê, ter uma vida, do que cê, do que você tá, tipo assim, você tá se sentindo feliz mas você não tá se sentindo feliz, você tá se sentindo feliz com aquilo que tá te fazendo infeliz, mas eu quero me sentir feliz com uma coisa que ta me fazendo feliz de verdade entendeu, que é o trabalho digno.” (Marcos)

“Agora não, agora cê trabalhando cê guarda o seu dinheiro, mas pensa, poxa, esse dinheiro aqui eu vou comprar isso isso e isso aí, cê já fica feliz né mano. Igual no

outro dia tipo assim, pow preciso de uma bermuda, cê compra, já fica feliz, pow comprei uma bermuda que eu queria, já vi uma roupa ali, uma roupa ali é bonita e pensa vou comprar ela, pra alcançar sua meta né mano, a minha meta, tipo assim, é comprar roupa, tipo assim, ficar tranquilo pra ter uma roupa pra sair, porque é foda também né mano, trabalhar trabalhar e gastar o dinheiro com porcaria na rua aí, gastar com bebida aí, eu não gosto de beber mano, eu não sou de beber, cerveja, essas coisas assim não.”(Marcos)

Um último tópico dentro desse primeiro momento concentra-se nos numerosos contatos com os aparatos da justiça e segurança pública na história de vida dos sujeitos entrevistados. Muitos são os boletins de ocorrência e as abordagens policiais, no entanto é importante dizer que não necessariamente para cada ato infracional o jovem recebeu uma MSE, pois ela pode ser aglutinada em uma medida ou o ato pode apenas constar em um Boletim de ocorrência (B.O).

“como é que fala, esses montão de boletim de ocorrência ai foi quando eu era menor”
(Jaden)

“Já fui pego um montão de vezes já, me pegaram um montão de vez já. Em casa, já deram pulão lá em casa, quando eu morava em outro bairro.” (Marcos)

“Que os homi me pegou lá, me pegou 3 vezes no tráfico de droga lá” (Vinicius)

Essa história parece ser comum às pessoas próximas dos participantes da pesquisa, amigos e familiares, repetindo esse percurso de recorrentes contatos com as políticas públicas de segurança. Em alguns casos, o comum são as abordagens contínuas e, nem sempre acontecem em momentos que há a presença de atos ilícitos por parte dos jovens.

“Ah, minha mãe tinha medo né quando a Civil chegava de arma, pulava lá no beco lá, mas alguém da minha família foi abordado? Tem muitos na minha família que é vida louca né, uns tá preso, montão tá preso, meu irmão tá preso, meus primo tá tudo preso.

Mas assim, de quando eu era vida, os menino que fechava comigo nenhum foi morto não, eles tão tudo preso. Todos os menino tá preso.” (Samuel)

“Abordados já, presos nunca ninguém não”(Mateus)

“Aí, o que acontece, moleque foi embora e nois ficou na bola, o moleque era de maior e nois ficou na bola. Aí nisso eu fui preso por uma coisa que eu não fiz, tá ligado? Meu primo ficou agarrado foi no mesmo tempo que eu fiquei, no mesmo tempo que eu fiquei preso ele ficou, ele também ficou preso, só que ele ficou mais tempo que eu. Eu fiquei... e eu saí antes que ele”(Marcos)

Esse contato com o aparelho policial também comparece como violento e contraditório na vida dos entrevistados, como podemos observar em alguns fragmentos de fala de Samuel e Jaden.

“Não, eles nunca me bateu não, eles sempre me parou e quer arma. Os policia corrupto, eles sempre me pegou e queria arma. Porque arma eles ganha ponto, ganha folga, tendeu, pra eles ficar tranquilo. Eles quer arma(...)Polícia quer arma, quer droga não, eles te pega com droga, eles te solta, só quer uma arma, eles gosta de arma. Aí, conversamos, aí eles foi lá, pegou eu, aí eles falou perto de todo mundo, que eles é corrupto né, “se oceis me dá uma arma que eu solto oceis”, ai nois falou, o muleque que tava comigo falou que não ia dar também. Aí eles, “eu não vou bater no ceis não”, aí eles conversou com nois, conversa vai, conversa vem, ai de repente eles falou que o delegado queria conversar com a gente, se nois tinha envolvimento alguma coisa na morte da menina.” (Samuel)

“É isso mesmo, eles bate, pra eles todo mundo é traficante, não quer saber, depois que bate, que pergunta. É estarro memo. Pegou, enquadrrou” (Jaden)

Significativo dizer que em alguns casos houve um grande intervalo entre o B.O e a aplicação da MSE, e que, em certas ocasiões, o adolescente já tinha alguns processos, mas só obteve a decisão judicial quando era “pego” por determinada contravenção penal.

“Foram tranquilo, pra mim eu nem ia esperar isso ai, eu já tava em casa, já tava até de maior(...)Isso daí meu que veio é, como é que fala, esses montão de boletim de ocorrência ai foi quando eu era menor.”(Jaden)

“Não, eu rodei com a arma de fogo, aí deu porte ilegal, aí eu subi, aí na hora que eu subi, eu já tinha mais uns processos, mais uns tráficos, cheio de BO.” (Mateus)

O tópico abaixo ficará focado especificamente na MSE de internação e as experiências e percepções derivadas desse processo.

4.2 Aplicações da Medida Socioeducativa de internação: experiências e percepções da privação de liberdade

O carro chefe na condução dos resultados nessa seção serão as categorias formuladas a partir das vivências dos jovens que passaram pela MSE de internação. Conseguiremos nos aproximar das suas percepções sobre a medida, da maneira como descreveram sua rotina enquanto estavam na instituição, a relação com amigos e familiares, os sentimentos experimentados durante esse processo, além das múltiplas situações de violência que passaram. Começamos pela rotina que eles relataram executar enquanto estavam no Centro Socioeducativo de Juiz de Fora ou “Cerespinho, não, é socioeducativo” (Samuel).

“Nóis acordava cedo, tinha café, aí depois nós tinha, nós estudava lá também. Aí tinha atividade, aí depois nós voltava, era o almoço, aí de tarde eles dava outro lanche, mas de noite também. Mas aí tinha vez que de noite tinha umas atividade também, podia saí, vê vilme.”(Breno)

“Ping pong e futebol(...)Quando entrava pra cela ficava fazendo as flexão. Abdominal.”(Jaden)

“Todo dia lá é a mesma coisa. Todo dia mesma coisa, todo dia cê acorda, cê já sabe o

que vai fazer, precisa nem de, só muda os agentes de plantão né. Todo dia a mesma coisa, muda não, todo dia a mesma coisa(...)Ah, lá é mó paia, só banho gelado 6h da manhã. Lá não dá não. Nego morre lá, lá é assombrado, é nego gritando só nome ruim. Mas eles fica assim, lá cê vive o dia inteiro assim. Banho de sol 15 minutos, se pegar castigo cê só não sai pra atividade, não tem refeitório, não tem nada./Só uma marmitex, no barraco o dia inteiro e cê tem direito a 15 minutos de banho de sol e te guarda de novo.”(Samuel)

Percebe-se uma rotina bem delimitada das atividades oferecidas aos jovens.

“Ah, lá é fica preso mesmo, tem isso de rolê não. Fazia nada não, é ficar no barraco mesmo, ficava cuidando dos bichos, mas agora nem tem isso não.”(Gustavo)

“Era isso aí o dia a dia. Acordava, tomava café, aí depois que nós rangava, nois ficava parasitando esperando atividade, aí depois que a atividade vinha, nós voltava pra cela e ficava o dia inteiro na cela.”(Marcos)

“Ah... Ping pong, ver filme, vídeo game. Era duas horas só, saia 9 horas voltava 11 na hora do rango.”(Vinicius)

“Duas horas de quadra ou cê vê televisão(...)Duas horas por dia. cinco refeição por dia(...)Ah... é ruinzão. Era ruim pra carai(...)Aí é foda. Só pedia água mesmo e ia dormir, senão é foda.”(Mateus)

Quando os participantes se referiam à instituição, suas falas assemelhavam a medida socioeducativa a uma pena tradicional e o Centro Socioeducativo a uma cadeia para adultos. Vários foram os momentos em que se referiram às sensações de estarem presos.

“Eu estava ficando preso igual os preso normal.”(Jaden)

“Ah, aprendi a tipo assim, amadureci né. Vi que cadeia não dá pra ninguém não. Ficar pagando cadeia?”(Samuel)

“Cadeia é muito ruim, ficar preso é foda.”

“Ficava sentado, parasitando, sem nada pra fazer praticamente, cadeia mesmo, nada pra fazer.”(Marcos)

“É. Tem como refletir né, regenerar. Cadeia é ossada, ainda mais prisional.” (Mateus)

A lógica da punição e do castigo aparecem constantemente em suas experiências durante a internação. Elas se materializam desde privações de visitas ou das bolsas, até castigos físicos, com o objetivo de repreender brigas, conflitos, ordens não cumpridas, e a não frequência na escola.

“Todo mês tem direito a ficar três dias em casa, se ocê brigar, acontecer alguma coisa assim, lá tem câmara, eles vê quem que brigou, quem que tiçou, ai eles vai lá e corta seu induto, que o induto é saidinha/aí cê fica 60 dias de castigo, fica sem ver a mãe, eles pode cortar também a visita, se a mãe assim brigar com a gente, aí eles corta(...)Lá é obrigado a estudar todo dia, 6h 6:30 eles chama pro café obrigado. Se você não for, cê não vai em casa, pega tranca. O Juiz cobra mesmo o estudo.”(Samuel)

“Fiquei 20 dias. Mas foi 20 dias de massacre” (Marcos)

“Gostava de entrar no caminho. Dos presos, dos cautelados lá. Desafiava, aí falava demais, dava comissão, dava tranca.(...) Tratado como um bicho né. Ah, depende do plantão lá, que, depois das 10, não pagava nem água.” (Mateus, sobre os agentes)

“A escola. Tipo assim, se você não ir, você fica preso de tranca, se você ir, você fica tranquilo. Pra mim é certo que é do Estado, é de menor, tem que estudar, que não sei o que que tem, blá blá blá, mas tipo assim, a pessoa tinha que ir por oportunidade própria, porque ninguém aprende isso ai daí não, vê se alguém que tava lá aprendeu alguma coisa. Ninguém aprende isso daí não.”(Jaden)

Durante a permanência no CSE os adolescentes expressaram como perceberam que naquele momento estavam sozinhos, não recebiam muito apoio e tinham que cuidar de si

próprios. Se referiam a essa necessidade de “se virarem” porque a iminência de serem traídos ou abandonados estava sempre presente.

“Mas lá é mais a lei da sobrevivência né?! Porque tipo assim, lá cê tá excluído, lá se você não for por você, cê não é nada” (Jaden)

“Aí é foda, tem nem como ficar confiando nos outros não, porque a pessoa que você mais confia te abandona, tendeu?! Depois que eu caí lá dentro, aqui na minha mente que deu uma brisa né. Depois quando você tá l lá dentro lá que você vê quem que tá contigo mesmo, pa, que aqui fora, aqui que todo mundo tá do seu lado é no interesse mano(...)Agora não sei, cê não pode confiar ninguém, na palavra de ninguém.”

(Marcos)

“Tendeu? Tem muitos que falam assim "não, eu fecho com cê" e vai outro problema outro problema e na hora que rola problema oh vira as costas e deixa você na merda zé.” (Vinicius)

Nessa situação, o principal e diversas vezes o único apoio que recebiam era o da sua família, protagonizada principalmente por mães e avós, sendo elas a maior fonte de auxílio.

“Ninguém tá do seu lado para te ajudar. Quando você tiver na necessidade e precisando de alguém, ninguém vai te ajudar. Aí o que acontece, quem vai te ajudar é sua família, ninguém na rua ajuda não(...) Ah, minha família me julgava muito porque eu vendia droga né, mas é normal da família mesmo, dar uns conselhos. Acho que foi só a minha família mesmo que me julgou. Não é questão de me julgar, é questão de tentar abrir minha mente e ver que aquilo não tá fazendo bem para mim”(Marcos)

“Ah, minha mãe é muito gente boa, minha mãe eu gosto dela muito. Minha companheira também é gente boa, tá comigo. Minha mãe também tá comigo, me apoiou, me ajudou a mudar de vida. Minha mãe, nota dez pra ela.” (Samuel)

“Ninguém troca ideia comigo não. Com a minha família é tranquilo. Já aprontei muito, ninguém mais conversa comigo não.”(Gustavo)

A violência institucional aparece como algo cotidiano na rotina dos adolescentes, sendo essa ação violenta manifesta de várias formas, desde a física, até os castigos, punições e privações de itens básicos para sua manutenção na instituição.

“procedimento”, 4 horas da manhã, “procedimento” 3 “Procedimento” 7 hora. Aí eu já tava ficando doido, tava falando pow . “oh porra cê não tá achando droga, não ta achando nada, para fazer um procedimento que todo dia. O que ta acontecendo?(...)É, do nada eles, cê tá lá, cê escuta só o barulho, [] pooo “procedimento no barraco poo”, cê acorda e tem que levantar do jeito que cê tá, tem que levantar do jeito que cê tá. “Anda, levanta, levanta, levanta.”(Jaden)

“Que eles falam que não podem bater, mas batem (...) Igual eu vi um moleque lá, sabe quanto tempo o moleque ficou sem bolsa? se o moleque não tava no meu barraco? Eu não to falando que eu sou, que eu era Deus que eu era um moleque muito bom não, mas tipo assim, eu mesmo me pus no lugar dele, eu me pus no lugar dele, porque tipo assim, do mesmo jeito que o cara tava me tratando bem, eu podia pensar também se o cara tava me tratando bem, por interesse ou por ser ele mesmo. Até que aconteceu um negócio um dia no barraco, aí eu já vi, imagina, você ficar 2 meses sem bolsa? (sobre o que era a bolsa) É o que você come, sem ser a comida da casa. É difícil, você não ter tipo, sabonete, pra você tomar banho, pra lavar suas roupas. Um condicionador, se você tiver cabelo bom, eu não tenho cabelo bom, não precisava usar condicionador (risos). Ó, uma comida diferente que você queria apreciar, comer uma fruta. (Jaden)

A situação da infraestrutura do CSE também apareceu como um dos pontos árduos no decorrer do cumprimento da MSE, por exemplo, o excesso de pessoas na mesma cela, a falta de lugares para dormir, a falta de higiene e etc.

“Tem diferença assim, tem uns barraco que é pros muleque que apronta né, que é só a cama que eu falo, é a gega que chama lá é o concreto. Aí é um barraquinho pequeninim, joga 3, 4, 3 no chão, as parede tudo mofada, se encostar pega zica (...)Dá pra viver não. Roupa cê não lava direito, lava só o básico, pega zica. Cê tem que pedir pra estender é só na hora que eles quer que eles deixa cê estender a roupa.”(Samuel)

“Os caras lá é ruim vei, porque foi assim, os caras me deram colchão assim que tava jogado no lixo assim ó, um montão de colchão assim do lado de fora assim, tudo sujo, cheiro de mofado com a algema assim presa na mão assim apertada, mandando nois pegar assim ó, eu fiquei foi bolado fio, eu falei assim "que isso, que isso", "ce já quer chegar aqui, ja quer mandar?", eu falei “né não aí, olha só a minha mão tá presa como é que você quer que eu pego um colchão e o e o cobertor e eu com a mão presa?”. Ele fez nois pegar o colchão e o cobertor com a mão presa assim ó e levar assim carregando, ninguém ajudou nois, ou, os colchão tudo veio era assim ó, aaa sabe aqueles colchão ta ruim?!”(Vinicius)

“ficar tomando banho gelado lá, lá é massacre vei, os agentes gostam de oprimir lá os outros, gostam de bater, fazer tudo, ai teve um dia que eu tomei uns esporros lá, quase no último dia deu sair, na hora que eles veio ver o barraco, pra ver se tinha droga no barraco.(...) Lógico meu filho, eu vi foi um moleque tomando foi muita porrada lá meu filho, de agente lá cê é doido filho. Socioeducativo. Os caras acham que nois é saco de pancada pra eles.”(Vinicius)

A violência policial fica visível durante o discurso dos entrevistados, antes e depois do cumprimento da MSE. O fato de já terem sido apreendidos os deixa “marcados”, o que implica em uma contínua ameaça de serem abordados e até mesmo forçados. Quando foram apreendidos, alguns relatam que apanharam.

“Sobem direto atrás de arma, e se ocê não dá eles, eles te forja, quando cê faz 18 anos eles fica falando “espera cê fazer 18 anos”. Forjar é o que? É eles colocar droga no seu bolso cê ter, eles faz isso, se ocê não da eles. Uma hora eles fica, porque eles sabe que cê tem dinheiro, eles sabe que a vida do crime dá dinheiro. O que eles ganha é pouco, eles olha nós na esquininha de caixinha de som, celular, ai enquanto eles tá trabaiando igual doido, nois tá ganhando como? Rindo, sentado, lanchando, eles trabaiando igual doido, eles fica doido pra ter uma arma pra ganhar folga. Tem uns que ganha, eu já dei arma policial já.” (Samuel)

“Não, a hora que eles me pegaram, aí eles me pegaram mesmo e deu umas bicudas em mim e mim levaram eu.” (Marcos)

“Não, ficamos separados porque não tinha ninguém não, só ficou só nós três de menor na sala de maior, dormindo lá no gelado lá, se encaixando la com o outro pra se esquentar lá” (Vinicius)

“Lá no Santo Antônio fui um cadinho. No Furtado sim. Lá era S10, de 20 minutos a 20 minutos os homi passava na rua. Não, tipo assim, tinha hora que eles passava, me olhava, tinha hora que enquadrava, cheguei foi tomar um montão de porrada lá meu filho.”(Vinicius)

Quando perguntei sobre situações em que eles tivessem vivenciado preconceito, discriminação ou percebido algum tipo desigualdade, alguns jovens trouxeram ocorrências em que apontaram exemplos, ora em razão da cor da pele, ora por conta do território ou da classe pertencente. Todas as respostas abaixo se referem à pergunta que indagava se havia algum tipo de tratamento diferencial da parte da polícia e do judiciário ou se eles já haviam sofrido preconceito.

“Ih, isso daí é o que mais tem. Lá no Vila Ideal é foda” (Jaden)

“Ah, acho que trata. Tem vez que que eles trata muita mal né as pessoas, aí nem pergunta as coisas(...)Nego mais pobre.” (Breno)

“Trata, trata isso tudo, trata. Se ôce chegar lá, chegar preto, hum, chegar preto, sem estudo, ahn, só muleque vagabundo que eles te trata. Agora se chegar preto com estudo, é doutor pra doutor. Se chegar branco com estudo é doutor pra doutor. Agora preto tem muita diferença também sobre a raça. Polícia viu preto enquadra. Pode olhar na cadeia, no ceresp tem mil e trezentos e quatrocentos preso, eu dou pro cê de 100%, 80 negro e 20 branco. Pode ver, onde que eles vê um preto eles já quer enquadra e eles também não sabe enquadra. As vezes o preto é trabalhador sofrido, já chega batendo, esculachando.” (Samuel)

“Hum... Relação onde elas moram né?! Tipo assim, cê pode tá morando, dependendo né, não é todo policial, mas dependendo da polícia, dependendo do lugar de onde e do momento que cê tiver, se você falar que não, é, tipo assim, a pessoa, eles te faz umas pergunta lá... Tem policial que cê conversa com eles, eles te entende, mas tem policial que gosta de dar uns tapas entendeu?! Já tomei muito tapa de polícia já, atoa, sem fazer nada(...)Nego já me discriminou por causa disso, o jeito de eu andar, deu fumar, deu conversar. Já me discriminaram muito por causa disso, mas eu nem ligo não, nem ligo pro que os outros falam não. Nunca liguei.” (Marcos)

Aliado a essas falas sobre discriminação, alguns relatos representaram experiências de humilhação e vergonha vivenciadas pelos participantes. Na opinião deles, se deram a partir de excessos dos operadores institucionais e não precisariam ter ocorrido. Outras se referiam à humilhação de alguns contextos aos quais eram submetidos.

“Só grade, cê ia cagar tinha que cagar na frente deles. Tomar uma água cê tinha que pedir eles. Tudo cê tinha que pedir eles. Tomar um banho cê tinha que pedir eles. Ah, lá é doidera. Cê só sai tem que tomar revista, toda hora tem que tomar revista, toda

hora(...)Cê chega lá dentro não é tranquilo não, é tapa na cara mesmo, não obedece pro cê vê, eles te algema, junta um montão no cê, te bate. Lá dentro, ninguém vê isso, eles te bate, te faz covardia, eu vi. Um dia eu tava no salão de visita, eles chamaram o adolescente, algemaram o adolescente, só tapa na cara e pezada nos peito. Covardia. Covardia mesmo.” (Samuel)

“Falei "que isso ow", eu já já sabia, isso foi mais memo por graça, pow nem precisava disso não, foi, fiquei foi mais triste quando eles cortou meu cabelo, sério. Até chorei vei, nossa até chorei vei. O primeiro dia que eu cheguei o agente não cortou não porque eu não tinha máquina não vei. O agente falou comigo assim "vou cortar seu cabelo amanhã", eu falei "pow agente não precisa não vei, que eu vou sair vei". Pro'cê ver, cortaram meu cabelo pra ficar 12 dias lá vei, meu cabelo já era pra tar muito maior do que o seu, ou ,maior do que isso. Nossa, chorei vei, chorei meu fi, fiquei pensando na escola, fiquei pensando na muie”(Vinicius)

Quando questionei sobre como se sentiam enquanto estavam cumprindo a medida de internação, as sensações giraram em torno da angústia, da tristeza e da revolta. Os participantes questionaram como estar submetido àquelas condições e experiência poderia caracterizar um sistema socioeducativo.

“Ah sentia ruim né. Acordava com a angustia no peito né. Atrás das grades, só via grade, grade, toda hora tem que ficar pelado na frente deles.(...)Lá dentro socioeducativo não tem nada de socioeducativo vey, não tem! Falava pra Maria Cecicilia, é “Cerespinho, não é socioeducativo”. Não tem nada de educação. Lá dentro o adolescente sai mais revoltado. Eu acho que é isso(...)As vezes o preto é trabalhador sofrifo, já chega batendo, esculachando. Aí o muleque se revolta. E polícia tem alguns que tem medo, tem alguns que sabe conversar, tem outros que não. Ah, essa ideia é mó doidera.” (Samuel)

“E a favela no país só vai ficando mais e mais revoltada” (Jaden, sobre uma reflexão mais geral em tono das operações policiais)

“Ah, ficava cheio de ódio, cada dia que passava eu ficava mais cheio de ódio”

(Gustavo)

“Quando eu tava lá? Ah, revolta né. Muita revolta. Muita tristeza. Tinha dia que eu pensava, a se eu ficasse aqui, sei lá mano, tinha dia que eu pensava se eu ficar aqui eu ia tocar pro foda-se.” (Marcos)

“Ah... sofrimento, embaçado. Longe da minha filha, embaçado. Ah, lá dentro só bate arrependimento de ter parado lá.”(Mateus)

Durante o processo de cumprimento da MSE de internação, a percepção dos jovens se divide entre achar que, por uma lado a medida propiciou algumas reflexões e, por outro, nada ajudou. Em alguns casos se percebe o receio que eles têm de voltar a ter esse tipo de vivência e quando questionados sobre os impactos ou mudanças, as respostas ficam em torno de não passarem pelas mesmas experiências da privação de liberdade.

“Ajudou. Ao mesmo tempo que ajudou não ajudou, mas eu acho que ajudou a refletir, né, muito né. Às vezes é poucos que reflete né. Eu fique lá, ah , antes eu não queria mudar, no finalzinho da minha cadeia assim que eu pensei em mudar de vida né. Que eu vi “ah, não dá pra mim não, saí com dezoito anos, meu companheiro que roudou comigo é de menor, ele vai voltar pro toddy, pro pãozinho, eu vou pro Ceresp com trinta no barraco, dez anos de cadeia”. Eu falei “não dá pra mim não, eu to fora” (Samuel)

“Em nada. Não mudou merda nenhuma né.” (Gustavo)

“Cê ficar preso no lugar fechado, ah não, não é pra mim isso não, por isso que eu não quero isso pra mim. Tá doido, ficar num lugar fechado, sem fazer nada, ah não cê é doido.” (Marcos)

“Quando cê tá lá dentro cê fala que não, mas quando cê tá aqui fora cê dá uma refletida. Dei uma sossegada né” (Mateus)

Na última seção dos resultados, serão trabalhados alguns as experiências que estavam sendo vivenciadas no momentos da Liberdade assistida.

4.3 Liberdade Assistida, consequências e desafios da MSE

Neste último tópico dos resultados apresentaremos as categorias elaboradas a partir dos desafios elencados pelos jovens, suas reflexões e ações frente ao contexto que estão inseridos, além de alguns possíveis efeitos relacionados à experiência da privação de liberdade e a MSE. Ademais serão expostas a maneira como projetam – ou não – seu futuro, seus sonhos e perspectivas de vida e, também, possíveis mudanças e impactos após esse processo. Iniciaremos, até mesmo pela proximidade com o último assunto, com as principais demandas e desafios postulados pelos entrevistados no que diz respeito ao cumprimento da MSE, o que fez com que explicitassem algumas percepções sobre o período de internação.

Jaden faz um questionamento antes de responder a questão sobre mudanças para a situação que ele vivenciou “Ah, melhoria, como que eu posso pensar de melhoria pra um lugar daquele? É muitas coisas, aí pra eu pensar em uma, é difícil”. Após esse momento, expressa suas “melhorias”, sendo a primeira relacionada à extensão da lista de visita no CSE, visto que apenas familiares próximos e que tivessem o mesmo sobrenome poderiam entrar; a segunda se refere a higienização da estrutura e, a terceira à divisão de pessoas dentro da instituição. Gustavo também chama a atenção para a quantidade de pessoas dentro do mesmo “barraco”.

“Visitas de parentes que, tipo assim. Ajudam bastante mas não são tão próximos da família, que tem certas pessoas que tipo assim é criado pelo avô, criado pelo tio, criado pela prima.” (Jaden)

“Nas horas de visita. Principalmente mesmo higienização, porque ta foda. Divisão de pessoas, eles tem que saber dividir. Eles junta gato com rato tem hora... Parece que de propósito” (Jaden)

“Mais no barraco mesmo. Cinco, seis, tinha lugar pra todo mundo dormir não.” (Vinicius)

Marcos aponta que, para ele, a grande complexidade foi ficar em um lugar fechado, já Vinicius, coloca como a principal necessidade, a extinção das violências físicas. Especificamente sobre a Liberdade Assistida, Vinicius aponta como obstáculo a frequência semanal do acompanhamento, pois isso acaba por fazer ele perder um dia de serviço, apesar de ser “melhor do que ficar preso”, em suas palavras.

“Parte mais difícil? Ah, tudo né?! Cê ficar preso no lugar fechado, ah não, não é pra mim isso não, por isso que eu não quero isso pra mim. Tá doido, ficar num lugar fechado, sem fazer nada, ah não cê é doido” (Marcos)

“Ah, o que eu podia mudar mané é os cara parar de bater no zoto lá vei”(Vinicius)

“Tem hora que é ruim por causa do serviço né mano, tipo assim, igual perco serviço, igual eu tenho que trabalhar mais tipo assim mas eu tenho que vim também porque também é bom, eu prefiro fazer isso do que ficar preso né mano. (...)Tendeu? Que é é toda semana aperta vei, tinha que ser uma vez no mês, aí eu ficava quieto, aí eu vinha tranquilo, eu vinha feliz, rindo atoa, mas também mano, eu não tô chateado porque eu venho toda semana, mas tá bom que tá dando pra adaptar, tipo assim, já passou seis meses aí, agora, tem mais três meses aí e ai vai mano.” (Vinicius)

Observou-se que nem sempre os jovens percebiam as situações que vivenciavam como frutos de preconceito ou desigualdade, por conseguinte acabam por naturalizar a ocorrência de alguns destes episódios. Gustavo, por exemplo, afirmou não pensar nesse tipo de situação “Ah, eu não. Nem sei não. Não penso sobre essas coisas não.” Quando perguntei se já haviam vivenciado alguma situação de preconceito ou discriminação, obtive as seguintes respostas:

“Acho que, que eu me lembro não” (Breno).

“Não” (Gustavo)

“Preconceito não, nem discriminação não” (Marcos)

“Não” (Mateus)

“Ah vei, isso aí, tipo assim, não vei. Eu não sei né vei, porque tipo assim, eu não senti nenhuma reação, tipo assim, de racismo deles com as coisas não.” (Vinicius)

“Ah, preconceito na vida todos sofrem né” (Jaden, em sua resposta um pouco diferente dos outros participantes)

Um das indagações propostas na entrevista questionava se, na percepção dos jovens, havia alguma semelhança deles com os outros adolescentes que haviam passado pelo CSE ou que estavam em LA. A grande parte das respostas não expôs pontos de contato e acabava por reproduzir um discurso individualizante e estigmatizante.

“Ah, muito, muito diferente né. Cada bandido pensa de um jeito. Ninguém pensa igual. Cada bandido, tem o esperto, tem o bobo, tem os malandro, tem os que quer ser malandro pro cima do outro.” (Samuel)

“Não” (Gustavo)

“Ah, sei lá. Tem né... Eu não consigo me ver. lá dentro lá, eu fiquei preso com moleque que queria mudar também de vida. Igual eu e o outro menino lá também queria mudar de vida(...) Não sei não, a pessoa tem que ter força de vontade de mudar. Conselho, sempre precisa de alguém, alguma pessoa pra dar conselho, mas nem todo

mundo que dá um conselho a pessoa muda né?! Tem que ter força de vontade também né pra mudar.” (Marcos)

“Ah não, mas neguinho aqui é mais doido. Que eu. Aqui é mais doido, mais pobremático, que é... (...) que se rola mesmo dessas coisas assim de nego fazer coisa errada aí é mais, a maioria das vezes é por problema de família, mulher, desacerto que tem dentro de casa assim, ai nego fica bolado, vai, ai sai pra rua, quer quer descontar, aí vai faz isso aí, fica assim mano, assim que rola mano, com com a maioria veio(...)Lógico que eu sou diferente porque eu não quero ser igual eles não ué, eu quero ser diferente meu filho” (Vinicius)

O apoio, os diálogos e o incentivo a reflexão foram os pontos positivos que os entrevistados enunciaram, resultantes da sua passagem pela MSE.

“Ah eu percebi uma mudança, tipo assim, não foi uma mudança que eu percebi. Eu percebi que tipo assim, eu não estava sozinho, eu precisava mais de dialogações, eu não sou de dialogar. Só quando é preciso.” (Jaden)

“Ajudou. Ao mesmo tempo que ajudou não ajudou, mas eu acho que ajudou a refletir, né, muito né. Às vezes é poucos que reflete né” (Samuel)

“Ajudou ué. Estou vendo as coisas de um bem diferente agora, não vejo mais as coisas do jeito que eu via antes. Amadureci mais.” (Marcos)

“Tipo assim, eu me envolvi mesmo, tipo assim, mais também é bom também que tipo assim, cê conversa, dia a a a, conversa assim, cê começa a conversar, trocar ideia, aí vai vei, tendeu?”(Vinicius)

Um componente da entrevista questionava o que os jovens realizariam caso pudessem transformar ou melhorar algum aspecto da sua condição de vida, que também atravessava o contexto de outros jovens. Além disso, solicitei que pensassem desde a abordagem policial, passando pela aplicação da MSE até o momento que se encontravam. Embora em outros

momentos tivessem levantado inúmeras demandas e necessidades, as respostas ficaram nebulosas e, nesse momento, acabaram devolvendo questionamentos:

“Como assim, o que que eu faria?”(Jaden)

“Mas como assim cê fala, antes de eu?” (Samuel)

“Sei lá, acho que, sei lá vei, se eu fosse, se eu fosse uma pessoa mesmo que pudesse ajudar. Ah, eu ia ajudar muita pessoa que, tipo assim, ah nem sei o que eu ia fazer não(risos), porque político cê quer fazer alguma coisa pelos outros, cê quer fazer o bem.”(Marcos)

Apesar da aparente dificuldade nas proposições, os participantes explicitaram fortes críticas a alguns componentes da sua condição de vida, relacionados à desigualdade social e ao estigma do bandido. Também articularam críticas no que diz respeito a questões políticas e econômicas no país. Nesse tópico, para não perder a riqueza dos detalhes, optei por deixar alguns relatos na íntegra, por mais que estivessem extensos.

“Pra mim é certo que é do Estado, é de menor, tem que estudar, que não sei o que que tem, blá blá blá, mas tipo assim, a pessoa tinha que ir por oportunidade própria, porque ninguém aprende isso ai daí não, vê se alguém que tava lá aprendeu alguma coisa. Ninguém aprende isso daí não.” (Jaden)

“Mas tipo, ao olhar do Brasil, do governo, estamos todos errados, num é?!” (Jaden)

“Ó, eu fiquei na esquina pra você ter noção, o dia que eu rodei cheio de droga na esquina, a polícia queria uma arma pra me soltar vey. Eu lembro das polícia até hoje “Me dá uma arma que eu te solto, pra sua mão não sentir desgosto docê”. Aí eles falou assim. Eu tentei negociar, tudo corrupto, safado. Polícia, isso aí, hoje polícia é só corrupto, pior que nois vey. Fico olhando, roubação de terno e gravata, os cara roubando um montão. Mas por isso que a população se revolta vey. Sabe o porquê? Os terno e gravata tá roubando, aí o cara que vende ali uma pedrinha, vende ali pra

sustentar as vezes, o cara ta naquela vida porque não abriu porta pra ele trabalhar. Ele tá passando fome, aí tem que fazer aquele corre, aí a polícia vem, quer esculachar, quer bater, mas os cara que rouba milhões e milhões não coloca algema nos cara. A cadeia dos cara é tela fina, aí os cara olha isso aí, porra, dá vontade dos cara matar mesmo, roubar, os cara com sangue na vista ó. E isso não para não. Pra mim ó, isso aí nunca vai acabar, nunca. Ao mesmo tempo que tem sempre um pra vender, tem sempre um pra comprar. Polícia corrupto também, isso aí não acaba não. Daqui é só pra piorar, minha mente é assim. Hoje em dia a nossa guerra é de um com o outro, bandido pra bandido, vai chegar um tempo que vai ser bandido contra polícia vey, aqui em Juiz de Fora. Porque eu já vi, vai ser bandido contra a polícia, vai chegar um tempo que nego vai começar a matar polícia mesmo. No dia que eles me prendeu, eu lembro, eu era pequenininho também, eles me pegou só com um baseadinho, eles andou comigo, eu conversei com eles assim, falei assim com eles. Eles “É, cê é cabeça, cê é mente”. Mas eu falei “Isso não vai acabar não vey”(Samuel)

“A cadeia é o certo da vida errada, a cadeia tinha que ser pra alguns e pra outros não. Igual aquele playboy da favela da pedreira, cê viu quando o cara morreu? Morador chorando no caixão dele, porque que que acontece, o cara era traficante, mas o cara não deixava viciado roubar no morro, o cara compra botijão de gás pra favela inteira, o cara fazia compra pra favela inteira. Então acho que é assim vey, é doidera vey. E o cara antes entregava jornal, o cara entrou nessa vida porque a filha dele tava precisando, tava precisando de um dinheiro alto. Aí ele foi nos cara, aí os cara “o único jeito é esse aqui”. Não abriu porta pra ele, igual trabalho é o que? Lá no Rio cê trabalha, cê tem que ficar pagando os milícia, aqueles milícia corrupto, fica tudo gordão lá sentado lá. É vey essa vida aí.”(Samuel)

“Porque às vezes tem pessoas, tem pessoas que tá na droga aí por causa de uma condição que não tem e tem pessoas que tem condição, mas é tipo assim, prefere ficar na droga do que ficar dentro de casa. Eu conheço várias pessoas que já passaram por isso aí já.” (Marcos)

“Oh mano, bandido bom não é bandido morto não mano, porque eu vejo um monte de bandido aí gastando dinheiro aí, andando de carro aí, tendo peça aí.” (Vinicius)

Nessas falas, os jovens expressam a diferenciação que há no tratamento entre algumas pessoas que cometem crimes e outras e os diferentes significados que essa ação pode ter a depender de quem irá se beneficiar. Ademais, apontam motivações e condicionantes que fazem com que as pessoas se aproximem de atividades informais/ ilícitas, como por exemplo, o seu sustento ou a falta de oportunidades.

A respeito da visão de futuro dos jovens, alguns elementos aparecem mais significativamente em suas falas. A constituição de uma família e o alcance de um trabalho digno aparecem como valores centrais e elementares quando pensam em seus projetos de vida. Em alguns casos o término/continuação dos estudos também é colocado em perspectiva.

“Quero tá tranquilo né, ter minha família, filho. Tá com um serviço bom.” (Breno)

“Ah, imagino daqui uns anos? Imagino. Imagino bem né. Ah, eu imagino tranquilo de vida né, com a minha família, o tempo, ficar no serviço, comprar um lote, levantar uma casa, parar de pagar aluguel, ajudar minha mãe. Penso só nisso mesmo.” (Samuel)

“Por isso que hoje em dia eu tô tranquilo, quero ficar tranquilo, arrumar um trabalho, depois terminar os meus estudos aí, terminar meus estudos, vou ser alguém na vida, só isso mesmo(...)Mas só que eu quero terminar meus estudos mesmo, entrar na Faculdade de Educação Física, ficar tranquilo.” (Marcos)

“Ah eu imagino bem, com meu filho crescendo, tipo assim, construindo uma família, trabalhando, estando de bem, comprar uma casa, ter um carro, tipo assim mano, pra alcançar essa meta ai tem tem que trabalhar, o que eu quero mesmo é arrumar um serviço vei, fazer uma coisa que que eu ganho dinheiro tendeu?! An, falei com meu pai, queria fazer um curso de segurança. Aí também é bom né, recebe bem” (Vinicius)

“Tenho vontade de terminar os estudos né. Fazer um curso técnico, alguma coisa” (Mateus)

O trabalho apresenta-se como uma forma de acessar bens, o que significa a materialização de mudanças em seu atual momento de vida. Além do mais, essas conquistas significam, para eles, amadurecimento e desenvolvimento.

“Ah eu vejo uma mudança na minha vida, mudou muito né. Querendo ou não, quem me vê assim com essa calça, com essa bota não acredita né. “Po, ele tá trabalhando”. Eu passo, nego fica me olhando, vou pro serviço nego fica me olhando. Eu acho que tá mudando né, não mudou ainda não. Mas que Deus, tá mudando, to mudando, devagarzinho vou mudando. Vou amuderecendo né.” (Samuel)

“Imagino um montão de coisa né. Ter meu carro, minha moto, ter um trabalho, igual eu te falei, ter minha faculdade que eu quero fazer e isso mesmo, ter um trabalho digno(...)Só isso mesmo. Mais nada não. Ajudar a minha família, tem muita coisa não.” (Marcos)

“Que eu vou fazer, mas isso aí por enquanto, quando eu tiver ralando de servente, porque quando eu arrumar um serviço de carteira assinada também, já vai ser pagamento, já vou ter uma conta, já vou ter uma coisa, também vai ser diferente, também já vou ter um cartão pra tirar as coisas, aí já é mais tranquilo também, entendeu? Tipo assim pro pro'cê alcançar sua meta, tá ligado? Tipo assim, cê quer comprar alguma coisa, se se você não tiver trabalhando você não compra não ué(...)Pá! você recebe bem, mas você mano, porque eu quero arrumar um serviço bom,

tipo assim, porque eu penso assim né, o que eu não tive, meu filho, eu vou eu eu eu vou dar pro meu filho né mano, tipo assim tem hora que eu penso assim, quando meu filho tiver aí pow, eu posso comprar uma motinha elétrica pra ele, tipo assim, é um dinheiro que, cê tem que ter um serviço pra comprar isso, não é fácil comprar.” (Vinicius)

“Começar a abrir umas lojas, umas pizzaria, só expandir” (Mateus)

A idealização de projetos e o desejo de mudanças em suas vidas não é um aspecto linear e transversal a todas as falas, para Gustavo, por exemplo, o futuro aparece como que não é imaginado.

“Ah, não, tenho uns pensamentos aí, mas não fico imaginando nada não, pensando nada não” (Gustavo)

Um ponto que chama a atenção são falas que explicitam incertezas e medos com relação a um futuro que não está sob o controle dos participantes. Relatam que podem sofrer consequências decorrentes da sua participação no tráfico e na criminalidade, fatores que evidenciam marcas permanentes nas suas trajetórias.

“Será que eu vou tá vivo, até lá? Porque o futuro continua, mas o passado ninguém esquece. Tipo assim, não adianta cê ser um traficante lá atrás e querer dar uma de certinho aqui na frente e esquecer dos seus problemas do passado. Se a pessoa for ruim mesmo, ela tira sua vida.” (Jaden)

“Tô aí pra trabalhar, não tem jeito, a gente tem que trabalhar pra gente ter as coisas né. Já que quem não faz nada, nada fica, fica em casa atoa. Tem que trabalhar pro cê comer, tem que trabalhar pro cê beber, tem que trablhar pro cê tomar um banho, ter uma luz. Tudo nessa vida tem que ter um suor. Nada é em vão, tudo que cê faz tem um troco, tudo que cê faz tem um troco. Tudo que cê planta vai nascer um dia. Hoje cê rouba um boné, amanhã cê é roubado. Hoje cê rouba um carro, amanhã te rouba o

carro. Essa vida é assim, tudo tem um troco na vida, eu vi que tudo tem um troco. Hoje cê mata, amanhã cê pode morrer.”(Samuel)

“Tipo assim, não rolar um desacerto, não arrumar problema com alguém, implicar com ninguém, porque eu não precisar de ser preso ou acontecer alguma coisa, ou os homi me pegar na rua fazer uma coisa errada, me prende... É isso que eu tô falando.”
(Vinicius, sobre seu desejos para o futuro)

O último componente dos resultados se refere à pergunta “Você tem algum sonho”, questionamento que gerou surpresas e momentos de silêncio. Notamos que as respostas oscilavam entre o fatalismo e o consumo, isto é, sonhos que não poderiam ser realizado ou que nem existiam mais, como o “Não” entonado de Gustavo ou sonhos que significam adquirir algum bem e ser alguém na vida.

“Tava falando semana passada acho, dos meus sonhos, meus sonho são muito difícil. Não sei se eu vou alcançar. Não sei se eu pulo pra outra meta. Queria ser dono de uma montadora, mas isso é difícil.” (Jaden)

“Meu sonho mesmo é ter meu carro.” (Breno)

“Ah, meu sonho eu tinha né, mas agora tem que pensar em outros. Ah, o que eu tenho que pensar é só pra mim mesmo, mas o que eu tinha eu posso falar. O que eu tinha era ser jogador de futebol né, tinha um talento, tinha talento no futebol, treinava no tupi, eu malhava antes, estudava. Tinha um talento antes no futebol, pensei que eu ia ser jogador de futebol, só que a vida do crime roubou isso tudo né. Diabo tá aí, pra matar e destruir. Tirar sonhos. Mas nada é tarde também né, pra isso não, mas pra outras coisas tá aí. Força de vontade.” (Samuel)

“Meu sonho é ser jogador. Agora não tenho mais sonho não, acho que a minha vonta..., não é sonho, minha vontade mesmo é ser alguém na vida. Só isso a minha

vontade agora, porque antes eu queria ser jogador e não consegui, agora é seguir minha vida do que eu consigo né.” (Marcos)

“Eu gostava de cantar, eu queria ser Mc vei, eu não sei se já foi, compensa assim e pa, eu já pensei em ser tá ligado, agora já não dá mais na época. Tipo assim, eu fico olhando assim vei os caras ganhando um monte de dinheiro assim, fazendo show, fico pensando se um dia eu ficar no auge vei.”(Vinicius)

“Ah, crescer né. Ah é, ser alguém na vida. Cansado.” (Mateus)

O momento da entrevista que buscava investigar as estratégias e ações desempenhadas pelos jovens após o momento de internação, isto é, durante a LA, aparecem esvaziadas, principalmente nas esferas educacionais e profissionais. Isso se dá, não porque os participantes não estavam buscando alternativas, mas decorrente do fato de encontrarem o mesmo cenário escasso e limitado de antes, acrescido do estigma de quem “ficou preso”.

Durantes os seis meses em que fiquei no CREAS foram inúmeras as vezes que presenciei os técnicos, junto aos adolescentes, ficarem horas para conseguir uma vaga na escola. Também era recorrente a confecção/envio de currículos, que em muitos casos não obtinham uma resposta, ou a indicação para algum processo seletivo. Em todos esses casos, esses jovens eram apresentados como usuários do SUAS/CREAS, já que a informação de que estavam sob MSE poderia comprometer todo o processo.

5. Discussão

Estes sete jovens narram suas histórias de vida em que compartilham a comum vivência atravessada pelo sistema penal, experimentando as múltiplas abordagens policiais, passagens pela delegacia, privação de liberdade e as oitivas e representações do Ministério Público. Sua trajetória é rapidamente conduzida para o ato infracional que os fez estarem ali, o envolvimento com drogas e as dificuldades experimentadas durante esse processo. Essa forma de narrar já indica uma posição desses jovens no mundo associada a uma espécie de lugar do marginal e do que é ser juventude.

É necessário localizarmos nossa discussão e a dinâmica representada pelos participantes em um contexto macroeconômico e político. A América Latina se assenta como uma região produtora de matéria prima para várias drogas e como comercializadora para o mercado externo e interno dessa substância, principalmente a partir da década de 70/80. Esse mercado ilegal envolve o trabalho explorado dos camponeses na produção e o recrutamento dos jovens pobres urbanos – que compõe uma grande massa de desempregados - para o varejo (Del Olmo, 2004). A economia da droga, citada por Batista (2011, nos mostra como os processos de criminalização são parte dos custos sociais pagos em decorrência dos lucros da proibição.

a d a d m o a r r o i b i d a é i a d e d a e c o n o m i

“A particularidade da economia da droga proibida é que, para esta, o principal elemento dinamizador do círculo de oferta e procura é a sua própria proibição. Os lucros da proibição devem, porém, ser pagos com os custos sociais da mesma, que são tão altos quanto os altíssimos lucros. Fazem parte dos custos sociais os processos de criminalização, que atingem quase que exclusivamente os traficantes de pouca importância provenientes dos estratos mais frágeis da sociedade. E devemos colocar entre os custos sociais da economia da droga ilegal também os que são pagos pela justiça criminal em decorrência da sobrecarga imposta pela ação repressiva que surte os efeitos opostos dos declarados no discurso oficial do sistema, e em decorrência da crise de legitimidade que, conseqüentemente, o ameaça.” (Batista, 2003, p.24)

Nessa engrenagem, há o investimento na formação da opinião pública através dos meios de comunicação para eleger a classe subalterna como a culpada, processo que teve um grande recrudescimento após a fase ditatorial. Nesse período migrou-se a figura do inimigo interno para o traficante de periferia, este que dentro do sistema droga tem sua mão de obra mais explorada, fazendo com que os consumidores e traficantes dos grupos mais favorecidos sejam imunizados e poupados desses custos sociais. A mídia se coloca como uma ferramenta primordial para a disseminação do pânico social com o mito da droga e o fomento da demanda por segurança. Dessa maneira, legitima as campanhas de lei e ordem e os gastos exorbitantes com o sistema de justiça criminal, que contribuem em um movimento cíclico para mais demanda por segurança e alarme social (Batista, 2003).

É curioso perceber como os jovens reproduzem essa noção da droga como o problema, algo que deve ser “demonizado”, localizando nela a causa pela destruição de seus sonhos e perspectivas de futuro. Somando essa cortina de fumaça que esconde quem são os responsáveis por lucrar com esse sistema droga aos altíssimos níveis de desemprego e difícil inserção no mercado de trabalho dessa parcela da juventude, temos o grande contingente nas favelas disponíveis para serem recrutados para o tráfico. Inclusive dispostos ou obrigados a se inserirem em uma escala de exploração, em que vendem sua força de trabalho por um baixo custo e colocam sua vida em altos riscos.

Samuel quando conta sobre o seu ato infracional “eu não queria praticar o ato 121 que é homicídio(...)Mas cê sabe né, nessa vida aí, nois tá aí mesmo, de menor, ai nois foi lá, fizemos o que tinha que fazer” revela uma das facetas do tráfico de drogas que se refere a uma precarização do “menor” que na relação de poder se encontra em desvantagem. Além do que já falamos acima sobre a margem para exploração do trabalho desses sujeitos, que não tem nenhuma garantia nesse comércio, estes jovens também podem estar submetidos a participarem de atos que não necessariamente estavam no planejamento, como: “Eu queria só

ficar vendendo a minha droga mesmo e fazer o meu dinheiro”(excertos retirado da entrevista realizada com Samuel).

Esse cenário é descrito pelos jovens como uma “guerra”, em que precisam defender seu posto e seus interesses, estando sujeitos a ataques a todo o momento, seja pela polícia ou por desavenças desenvolvidas com grupos rivais no tráfico. Foram recorrentes, não só com os entrevistados, mas também com os jovens que pude estar durante minha permanência no CREAS, os relatos de amigos/conhecidos que perderam na “guerra”.

Assim, em concordância com os dados construídos na pesquisa de Alves, (2013) chegamos a uma certa naturalização e aceitação da presença da morte no cotidiano desses sujeitos. Samuel fala como o cometimento do homicídio e a posterior internação pode ter sido um “livramento de Deus” da iminência da sua própria morte. Além disso, os participantes trazem como, após a sua participação na “criminalidade” estão sujeitos a sofrerem retaliações. Lembremos-nos da fala de Jaden: “Tipo assim, não adianta cê ser um traficante lá atrás e querer dar uma de certinho aqui na frente e esquecer dos seus problemas do passado. Se a pessoa for ruim mesmo, ela tira sua vida.”

Esses sentidos expressos pelos participantes da pesquisa nos fazem lembrar do que Martín-Baró chamou de trauma psicossocial, quando se referia aos contextos de guerra, principalmente de El Salvador. Mesmo o contexto não sendo o mesmo, podemos encontrar algumas semelhanças, como essa insegurança frente ao próprio destino e a carência de propósitos futuros (Martín-Baró, 1990). Esses elementos acabam por produzir significados presentificadores em que projetos futuros parecem não ser coerentes com o modo de vida experimentado por esses sujeitos.

Analisando esse cenário é importante que nos questionemos que sistema de socioeducação e proteção é esse no qual tais jovens estão inseridos. Na verdade, em diversos

momentos os próprios participantes levantaram essa questão. Falando especificamente sobre a MSE de internação, há uma forte associação entre a cadeia/prisão para adultos com o contexto institucional em que os “adolescentes” são submetidos. Além disso, quando observamos a trajetória desses sujeitos, se nota, em consonância com a pesquisa de Jacobina e Costa (2011) o registro da desproteção.

Foi verificado em 6 fichas dos 7 jovens entrevistados (uma não consegui acesso em tempo hábil da pesquisa) o fato de que nunca estiveram sob medida protetiva. Além disso revelam uma inserção conturbada em outros espaços garantidos para essa população, tal como o sistema educacional. Em contradição, ou talvez coerente com o projeto que é colocado para esses sujeitos, notamos um cenário que é demasiadamente marcado pela violência institucional e policial, isto é, a violência de Estado. Materializa-se o que Wacquant (2003) descreve na ascensão de um Estado penal em detrimento de um estado social.

Nesse sentido devemos indagar como, após esse contato com a justiça que por vezes acaba por agudizar a condição de vida desse jovem, será possível inserir esse sujeito em uma rede de proteção e direitos que seu itinerário pouco ou quase nada atravessou até então. Há um movimento que flutua de uma invisibilidade, no que diz respeito a garantias, à uma visibilidade perversa que comparece para vigiar e punir as ilegalidades, principalmente as ilegalidades populares (Barros, Moreira & Duarte, 2008).

Um das diretrizes das práticas realizadas com jovens que praticaram ato infracional é a importância da inserção no mercado de trabalho ou da profissionalização. Esse ponto suscita e requer algumas análises. Primeiro, apontamos para o fato de que é praticamente imperativo que esses jovens estejam inseridos em um trabalho, não qualquer trabalho, mas um trabalho digno. Segundo, consideramos necessário lembrar, até de acordo com os marcos legais que regem essa parcela da população que, são sujeitos em fase especial de

desenvolvimento, que devem ter uma série de garantias. Então, porque naturaliza-se essa associação entre essa juventude e a necessidade de trabalhar? Aqui, o trabalho entra como uma categoria moral e até mesmo disciplinadora, a qual esses sujeitos devem estar submetidos (Alves, 2013).

Em certa medida, esses jovens questionam esse mercado de trabalho valorizado socialmente quando adentram em atividades ilícitas, como é o caso do tráfico de drogas. Todavia, relatam as inúmeras tentativas de se inserirem em atividades de trabalho, mas conseguem em muitos casos apenas os bicos, que são caracterizados por trabalhos pesados, esporádicos e mal remunerados. Não é incomum as falas que justificam a entrada no tráfico para sua sobrevivência e de sua família, mas também para poderem acessar bens e recursos inacessíveis até então.

O sistema de socioeducação que opera em semelhança com o sistema penal, colabora para fazer com que esses jovens após saírem da internação, apresentem discursos sobre a necessidade de um trabalho digno, de serem honestos e mudarem de vida. No entanto, a estrutura social permanece desigual e a ascensão social ou inserção no trabalho formal continua inalcançável. Esse cenário acaba por forjar com frequência umas das poucas reinserções e reintegrações possíveis – o retorno para o tráfico e atividades ilícitas.

Como se pôde observar nos resultados, são recorrentes os relatos que versam sobre os sentimentos de revolta que esses jovens sentiram e sentem com relação às condições que foram submetidos, antes e durante o seu contato com a MSE. Esse sentimento de revolta parece oscilar com sentimentos de medo e resignação frente a sua atual condição. É extremamente necessário avaliarmos como, enquanto sociedade, estamos produzindo condições e possibilidades para que essa juventude se desenvolva. Parece que nos resultados

da condução das ações com essa população estão os sentimentos de revolta e medo na gerência dessas vidas.

A LA pode ser um importante momento de fortalecimento de estratégias voltadas para o desenvolvimento desse jovem. Essas estratégias devem priorizar uma construção que tenha como centralidade a perspectiva desse jovem, dialogando com suas demandas e necessidades. Como aponta a pesquisa de Brum (2012), um acompanhamento posterior à internação pode ser benéfico para auxiliar esse sujeito e sua família nesse processo de retorno para o meio aberto e de desinstitucionalização. Esse acompanhamento pode abarcar desde aspectos como a inserção escolar e no trabalho, prática já priorizada pelas políticas públicas e serviços de execução de MSE, até medos, inseguranças e desafios vivenciados por esses jovens.

Quando falo do potencial da LA busco explicitar a possibilidade de se desenvolver um trabalho com esses jovens em liberdade, de cunho comunitário e que dialogue com a realidade encontrada por eles quando saem do regime de internação. É imperativo que a LA não seja vista, tampouco executada, como mais uma oportunidade de tutela do Estado ou forma de manter esse sujeito mais tempo “sob a vista da justiça”. Dessa forma, ela apenas contribuirá para cristalizar o estigma e a discriminação já colocada para o perfil de jovens que cumprem MSE.

Assim, é imperioso consolidar e aprimorar a rede de suporte a esse jovem, respaldado por políticas públicas que garantam a proteção e o desenvolvimento desses sujeitos. Essa rede deve ser pensada levando em consideração os dados de desigualdade social e racial no país, para que esses elementos passem a ocupar continuamente a elaboração de ações na área. Indubitavelmente tais políticas são consequência de um modelo de desenvolvimento econômico que delineaia seus contornos. Dessa forma é necessário um projeto ético e político

que se paute na efetiva garantia da inserção de todos na vida social, em que seja possível o real compartilhamento dos bens materiais e culturais produzidos.

Nesse sentido, coadunamos com a discussão que Batista (2003) realiza quando fala das ilusões *re*, tendo em vista que esse jovem - pobre, negro e morador de periferia – não pode ser reinserido, não nesse sentido idealizado que a regeneração, ressocialização e seus sinônimos trazem. Primeiramente porque esse jovem nunca foi retirado da sociedade, ele a compõe e participa dela. Essa participação se dá de maneira subalterna e marginal na escala de produção, inclusive realizando as funções indesejáveis por muitos, tais como o vapor, a mula, isto é, o pequeno varejista no tráfico e também como o ajudante de pintor, pedreiro, entregador entre outros trabalhos.

Além disso, tocamos nesse falseamento da noção *re* devido ao fato que esse jovem, muito provavelmente, encontrará o cenário que deixou antes da internação igual ou ainda pior quando acrescentado o elemento do estigma do bandido. Para pensarmos isso basta voltarmos aos relatos sobre as experiências escolares que os jovens entrevistados nesse trabalho trouxeram. Suas experiências explicitam que não é qualquer tipo de escola que os acolherá, serão aquelas em regimes diferenciados, tais como os supletivos ou o ensino de jovens e adultos. Por um lado temos a importância da flexibilização de um modelo escolar que muitas vezes não é acessível para todos, no entanto, por outro lado temos uma postura que expelle esses jovens da escola tradicional, assim como encontrado na pesquisa de Alves (2013). Importante que não caiamos em um movimento culpabilizador, ora da escola ora do aluno, visto a situação precária de muitas escolas e professores brasileiros que cotidianamente enfrentam desafios de múltiplas ordens.

Assim, finalizo a discussão desse trabalho tomando a noção de sofrimento ético político trabalhado por Sawaia (1999) como importante fio condutor para discutir a posição

desses sujeitos em nossa sociedade. Posição essa que marca esses jovens desde muito cedo, impondo limitações, violências, ausências, conformando um modo de vida perverso e precário. Importante ressaltar, até para evitarmos contradições que, mesmo submetido a uma ordem extremamente desigual e injusta, diante da qual a resignação é uma postura muito comum, muitos desses jovens ainda a subvertem, se revoltam, a questionam e sonham com outra condição de vida.

6 Considerações Finais

Ao me perguntar como finalizar esse trabalho chego à conclusão que ele é encerrado por critérios que caracterizam o fechamento de um ciclo, no caso a realização de um mestrado e a produção de uma dissertação. Digo isso porque ao vivenciar esse processo junto a esses jovens, escrever esse material e relê-lo, reafirmo que há muito mais a ser iniciado e produzido do que encerrado.

Considero que foi essencial a opção por construir essa dissertação a partir da perspectiva dos jovens, levando em conta suas histórias de vida e itinerários vivenciados. Creio que conduzir o trabalho a partir dessa opção possibilitou nos aproximarmos de uma realidade dura, repleta de nuances e desafios e, por isso, difícil de digerir. É imperioso destacarmos os relatos de violência narrados pelos participantes, e mais do que isso, não perdermos a capacidade de nos indignar. É necessário que essas falas, por mais cotidianas que pareçam, não sejam naturalizadas.

Quando, na discussão, falo da necessidade de fortalecimento da rede de proteção a esse jovem, quero também ressaltar que esse não pode ser um movimento isolado. Até chegarmos em um modelo de sociedade justo e igualitário, onde relações humanizadas e solidárias possam ser construídas, precisaremos investir em uma série de mudanças.

Nesse sentido, vejo como possibilidades que interfeririam na vida desses jovens: a descriminalização e legalização das drogas; a despenalização de crimes econômicos em que não há o emprego da violência; a necessidade e rigidez quanto as normas e prazos de julgamentos, para que os jovens não sejam submetidos à penalidades desnecessárias ou mantidos em locais que não são próprios para essa faixa etária; o questionamento da função real da pena – ação que inclusive deve ser trabalhada com os jovens, já que objetivamos processos de transformação e conscientização; o acolhimento de demandas que digam

respeito à desigualdades sociais e raciais no trabalho com esse público; o desvelamento dessa relação estabelecida entre jovem, pobreza e delinquência, questionando inclusive a ação de profissionais, como nós psicólogos em determinados contextos que atendam tais jovens.

Creio que, ao analisar as entrevistas, o contexto institucional pode, por vezes, ter interferido na condução das entrevistas, já que em alguns momentos os participantes possam ter ficado receosos em dizer algo que lhes pudesse prejudicar. Talvez o mais angustiante dessa trabalho seja concluí-lo sem a perspectiva de uma mudança objetiva na vida desses jovens aos quais pude me aproximar, ainda mais no início de um governo brasileiro marcado pela explicitação da violência e ataque a essa população, além da continuidade dos retrocessos sociais.

Sendo assim, penso que concordo com os entrevistados quando os mesmos falam que estão em uma guerra. A diferença é que essa guerra é vivenciada por alguns e de maneira evidente desde muito cedo, mascarada e produzida por pouco que detém o poder. É necessário que entendamos a razão de tal segmento ser tão atacado, seja pelo via aprisionamento, seja pela via do aniquilamento. Como bem colocado por Martín-Baró quando fala do sujeito revolucionário, mora em alguns a potência e capacidade de transformar a realidade em que se vive, já que neles também mora a exata privação do que se pode ser. Esses sujeitos são o principal alvo desse silenciamento porque neles mora a possibilidade de transformação dessa realidade, coexistindo a vivência de todas essas limitações e violações no cotidiano e, logo, a vontade/potência de viver uma vida diferente dessa.

Referências

- Alves, J. D. O. (2013). A criminalização da questão social: uma juventude encarcerada. (Dissertação de mestrado). Retirado de http://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UFJF_e42f6ed6db79107a304c7a1762bd83ba.
- Andrade, I. B. V. (sd). Juventude, criminalização e controle.
- Barros, N. V., Moreira, C. A., & Duarte, K. M. (2008). Juventude e criminalização da pobreza. *Educereeteducare: revista em educação*, 3(5), 141-148.
- Batista, N. (2011). *Introdução crítica ao direito penal brasileiro*. Rio de Janeiro: Revan.
- Batista, V. B. (2015). *Introdução crítica à criminologia brasileira*. Rio de Janeiro: Revan, 2ed.
- Batista, V. M. (2003). *Difíceis ganhos fáceis: drogas e juventude pobre no Rio de Janeiro* (Vol. 2). Instituto Carioca de Criminologia.
- Brasil (1990). Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Brasília, DF: Diário Oficial da União.
- Brasil (1990). Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Brasília, DF: Diário Oficial da União.
- Brasil (2012), Lei nº 12.594, de 18 de janeiro de 2012. Institui o Sinase-Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo. Brasília, DF: Diário Oficial da União.
- Brasil (2012), Lei nº 12.594, de 18 de janeiro de 2012. Institui o Sinase-Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo. Brasília, DF: Diário Oficial da União.
- Brasil (2017). Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2017. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2015.
- Brasil (2018). Atlas da Violência. Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/link/7/crimes-violentos-contr-a-pessoa>.

- Brasil [Conselho Nacional de Justiça] (2012). Panorama nacional: a execução das medidas socioeducativas de internação. Brasília, DF.
- Brasil(1988). Senado Federal. Constituição Federal. Brasília, Senado Federal, 1988.
- Brasil(2018). Levantamento anual SINASE 2016. Brasília: Ministério dos Direitos Humanos.
- Brum, L. D. S. P. (2012). A percepção do adolescente/jovem em conflito com a lei acerca da medida socioeducativa de internação: apresentação dos impactos da privação da liberdade sob a ótica dos jovens que passaram pelo centro socioeducativo de Juiz de Fora.
- Canetti, A. L. ; Maheirie, K. . Juventudes e violências: implicações éticas e políticas. *Fractal: Revista de Psicologia*, v. 22, p. 573-590, 2010.
- Cisneros, J. L. (2007). Cultura, juventud y delincuenciaenel Estado de México. *Papeles de población*, 13(52), 255-280.
- Coimbra, C. (2002). Doutrina de segurança nacional e produção de subjetividade. Clínica e política: subjetividade e violação dos direitos humanos. Rio de Janeiro: *Instituto Franco Basaglia/TeCorá*.
- Coimbra, C. M., & Nascimento, M. L. (2003). Jovens pobres: o mito da periculosidade. In. P. C. P. Fraga, J. A. S. Iulianelli, & A. Lourenço (2003). *Jovens em tempo real*. DP&A Editora, p. 19-37.
- Dayrell, J. (2000). O jovem como sujeito social. *Revista Brasileira de Educação*, v. 24, p. 40-52.
- Duarte, R. (2002). Pesquisa qualitativa: reflexões sobre o trabalho de campo. *Cadernos de pesquisa*, (115), 139-154.
- Faustino, E. R., & Pires, S. R. A. (2012). A ressocialização como finalidade da prisão:algumas considerações sobre seu significado. *Sociedade em Debate*, 15(2), 91-109.

- Feitosa, G. R. P., & de Souza, A. P. (2018). Justiça juvenil, guerra às drogas e direitos humanos: a efetividade do princípio da excepcionalidade da medida socioeducativa de internação. *Espaço Jurídico Journal of Law*, 19(2), 449-474.
- Fernandes, F. M. B. (2011). Considerações metodológicas sobre a técnica da observação participante. In: R. A. Mattos, T. W. F. Baptista (2011). *Caminhos para análise das políticas de saúde*, 262-274.
- Foucault, M. (2014). *Vigiar e punir*. Leya.
- Gomes, C. C., & Conceição, M. I. G. (2014). Sentidos da trajetória de vida para adolescentes em medida de liberdade assistida. *Psicologia em estudo*, 19(1), 47-58.
- Gomes, R. (2008). Análise e interpretação de dados de pesquisa qualitativa. In M. Minayo (org.). *Pesquisa Social: teoria, método e criatividade*. 27º ed. Petrópolis: Editora Vozes.
- Haquette, T.M.F. (2013). *Metodologias qualitativas na sociologia*. 14º edição. Petrópolis: Editora Vozes.
- Jimenez, L., & Frasseto, F. A. (2015). Face da morte: a lei em conflito com o adolescente. *Revista Psicologia & Sociedade*, 27(2), 404-414.
- Jobim, S., & Porto, E. D. (2012). A pesquisa em ciências humanas: uma leitura bakhtiniana. *Revista de Estudos do Discurso*, 7(2), 109-122.
- Kerbauy, M. T. M. (2007). Políticas de juventude: políticas públicas ou políticas governamentais? *Estudos de Sociologia*, 10(18), 193-203.
- Kowarick, L. (1987). *Trabalho e vadiagem: a origem do trabalho livre no Brasil*. Editora Brasiliense. São Paulo.
- Malvasi, P. A., & Adorno, R. D. C. F. (2014). A vulnerabilidade e a mente: conflitos simbólicos entre o diagnóstico institucional e a perspectiva de jovens em cumprimento de medida socioeducativa. *Saúde e Sociedade*, 23(1), 30-41.
- Mandel, E. (1982). *O Capitalismo Tardio* [1972]. São Paulo: Abril Cultural.

- Martín-Baró, I. (2017). *Crítica e libertação na psicologia: Estudos psicossociais*. Editora Vozes Limitada.
- Martín-Baró, I. (Ed.). (1990). *Psicología social de la guerra: trauma y terapia*. San Salvador: UCA Editores.
- Martins, K. O., & Lacerda Jr, F. (2014). A Contribuição de Martín-Baró para o Estudo da Violência: uma apresentação. *Revista Psicologia Política*, 14(31), 569-589.
- Medan, M. (2012). ¿"Proyecto de vida"? tensiones em un programa de prevención del delito juvenil. *Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales. Niñez y Juventud*, 10(1), 79-91.
- Meliá, M. C., & Jakobs, G. (2007). *Direito penal do inimigo: noções e críticas*. Porto Alegre: Livraria do Advogado.
- Minayo, M. (org.) (1993). *Pesquisa Social: teoria, método e criatividade*. Petrópolis: Editora Vozes.
- Minayo, S. M. C. (2006). *Violência e saúde*. SciELO-Editora FIOCRUZ.
- Mozzato, A. R., & Grzybovski, D. (2011). Análise de conteúdo como técnica de análise de dados qualitativos no campo da administração: potencial e desafios. *Revista de Administração Contemporânea*, 15(4), 731-747.
- Muylaert, C. J., Sarubbi Jr, V., Gallo, P. R., Neto, M. L. R., & Reis, A. O. A. (2014). Entrevistas narrativas: um importante recurso em pesquisa qualitativa. *Revista da Escola de Enfermagem da USP*, 48(spe2), 184-189.
- Neder, G. (2000). *Iluminismo jurídico-penal luso-brasileiro: obediência e submissão*. Instituto Carioca de Criminologia.
- Neto, W. B., Brady, C. L., Freitas, R. B. N. D., Monteiro, E. M. L. M., & Aquino, J. M. D. (2010). Jovens de unidades socioeducativas em regime de semiliberdade da Funase, Recife-PE: vivências e expectativas. *Revista Mineira de Enfermagem*, 14(4), 529-538.

- Perez, J. R. R., & Passone, E. F. (2010). Políticas sociais de atendimento às crianças e aos adolescentes no Brasil. *Cadernos de pesquisa*, 40(140), 649-673.
- Piombini, H. P. (2015). O perfil de adolescentes em conflito com a lei: o cumprimento no Creas Maria Lina. In: VII Jornada Internacional de Políticas Públicas, 2015, São Luís. Para Além da Crise Global.
- Reishoffer, J. C., & de Bicalho, P. P. G. (2009). Insegurança e produção de subjetividade no Brasil contemporâneo. *Fractal: Revista de Psicologia*, 21(2), 425-444.
- Rioseco, P., Vicente, B., Saldivia, S., Cova, F., Melipillán, R., & Rubi, P. (2009). Prevalencia de trastornos psiquiátricos en adolescentes infractores de ley: Estudio caso-control. *Revista chilena de neuro-psiquiatria*, 47(3), 190-200.
- Rusche, G., & Kirchheimer, O. (2004). *Punição e estrutura social*. Instituto Carioca de Criminologia.
- Sakaue, J. T. (2009). Direito Penal do Inimigo. *Encontro de Iniciação Científica*, 21-76-8498, 5(5).
- Sales, A. P. C. D. (2012). A criminalização da juventude pobre no Brasil e a ascensão de um Estado de Direito Penal Máximo. Tese de doutorado. Universidad de Salamanca.
- Santos, G. (2008). Da Lei do Ventre Livre ao Estatuto da Criança e do Adolescente: uma abordagem de interesse da juventude negra. *BIS. Boletim do Instituto de Saúde (Impresso)*, (44), 15-18.
- Sartório, A. T., & Rosa, E. M. (2010). Novos paradigmas e velhos discursos: analisando processos de adolescentes em conflito com a lei. *Serviço Social & Sociedade*, (103), 554-575.
- Sawaia, B. (1999). O sofrimento ético-político como categoria de análise da dialética exclusão/inclusão. In B. Sawaia (org.). *As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social*, Editora Vozes: Petrópolis, RJ 2, 97-118.

- Scisleski, A. C. C., Reis, C. D., Hadler, O., Weigert, M. D. A. B., & Guareschi, N. M. D. F. (2012). Juventude e pobreza: a construção de sujeitos potencialmente perigosos. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, 64(3), 19-34.
- Silva, C. D. O. D; Pereira, R. A., & Pereira, E. P. (2013). Fatores protetivos à reincidência ao ato infracional—concepções de adolescentes em privação de liberdade. *Cadernos de Terapia Ocupacional da UFSCar*, 21(3), 553-561.
- Silva, H. R. K. (2002). Considerações e confusões em torno de história oral, história de vida e biografia. *Métis: história & cultura*, 1(1), 25-38.
- Silva, J. P. D. (2018). Tempo da tranca, tempo da sala: a educação escolar de adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa em um centro de internação de Pernambuco (Dissertação de mestrado). <http://www.tede2.ufrpe.br:8080/tede/handle/tede2/7578>.
- Silva, R. S., & Silva, V. R. (2011). Política Nacional de Juventude: trajetória e desafios. *CADERNO CRH*, Salvador, v. 24, n. 63, p. 663-678
- Silva-Abrão, F. P. P., & Oliveira-Almeida, J. (2011). Desigualdade social, delinquência e depressão: Um estudo com adolescentes em conflito com a lei. *Revista de Salud Pública*, 13(1), 13-26.
- Souza, C., & Paiva, I. L. (2012). Faces da juventude brasileira: entre o ideal e o real. *Estudos de Psicologia*, 17(3).
- Theodoro, M. L. (2008). Exclusão ou inclusão precária? O negro na sociedade brasileira. *Inclusão Social*, 3(1).
- Tomasi, L. O., & Macedo, M. M. K. (2015). Adolescência em conflito com a lei: a intensidade da história de vida em ato. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 31(1), 53-63.
- Velázquez, M. R. G., & Reiz, J. M. (2015). Juventud, readaptación y sueños truncados: Centro de Diagnóstico para Adolescentes de Tijuana, Baja California. *Frontera Norte*, 27(54), 53-72.

- Vieira, J. A. (2002). O uso do diário em pesquisa qualitativa. *Cadernos de Linguagem e Sociedade*, 5, 93-104.
- Wacquant, L. (2003). *Punir os Pobres: a nova gestão da miséria nos Estados Unidos*. Rio de Janeiro: Revan.
- Wacquant, L. (2008). O lugar da prisão na nova administração da pobreza. *Revista Novos Estudos*, n. 80, 9-19.
- Wanderley, M. (1999). Refletindo sobre o conceito de exclusão. In B. Sawaia (org.). *As artimanhas da exclusão – Análise psicossocial e ética da desigualdade social*. Editora Vozes: Petrópolis, RJ, 17-28.
- Zappe, J. G., & Dias, A. C. G. (2012). Violência e fragilidades nas relações familiares: refletindo sobre a situação de adolescentes em conflito com a lei. *Estudos de psicologia*, 17(3), 389-395.

ANEXO A – Roteiro de Entrevista

História de Vida e MSE de internação

- Gostaria que você me falasse um pouco da sua história.
- O que lembra da sua infância?
- Como chegou até o Centro socioeducativo?
- Como era seu dia a dia no CSE ? Quais atividades fazia por lá?
- O que você sentia e pensava enquanto estava por lá?
- Você passou por alguma dificuldade quando esteve por lá?

MSE em meio aberto – “Reinserção”

- Como foi o retorno para a sua casa após o término da medida de internação?
- Me fala um pouco da sua família.
- Você sentiu alguma diferença quando voltou? (Família ou amigos)

MSE e Escolarização:

- Você estuda ou já estudou? Conte um pouco sobre isso. (Explorar o processo de escolarização, série, expulsões, ausências)
- Está estudando no momento? Encontrou alguma dificuldade neste retorno à escola? (por parte dos professores e/ou colegas?)

MSE e Trabalho:

- Você já trabalhou alguma vez (mesmo que um bico ou informalmente)?
- O que você acha do salário/dinheiro que recebeu pra fazer isso?
- Como que você observa as oportunidades de emprego/trabalho?
- O tráfico já apareceu como uma oportunidade de trabalho?
- Com o que você gostaria de trabalhar no futuro?

Relação com os atores da justiça e segurança

- Gostaria que você me contasse como foi esse processo, desde a abordagem, passando pela audiência até a execução da MSE.
- Como foi o contato com os profissionais que trabalharam com você?
- Como você observa o trabalho policial no seu bairro?
- Alguém da sua família ou algum amigo já foi abordado pela polícia? Como foi?

- Você acha que a polícia/judiciário trata as pessoas de maneira diferente em razão de onde vivem? Pela cor da pele?
- Você tem problemas para andar em alguma parte da cidade?

Dimensão psicossocial – Fatalismo e Estigmatização

- Você já sofreu algum tipo de preconceito?
- O que você acha da frase “Bandido bom é bandido morto”?
- Você acha que se parece com os meninos que estão cumprindo a MSE? Em que?
- Como você se imagina daqui alguns anos? Tem planos?

Questões projetivas

- O que você pensa sobre a desigualdade entre as pessoas? (econômica, tratamento, raça)
- Se você pudesse mudar/fazer alguma coisa/política para jovens iguais a você, o que seria?
- Você tem algum sonho?
- Você acha que a MSE ajudou em algo?
- Você percebe alguma mudança na sua vida após ter passado pelo centro socioeducativo/MSE?
- Gostaria de falar sobre algum ponto que não conversamos?

ANEXO B - Tabela Categorias

CATEGORIA	DESCRIÇÃO
Ação e reflexão frente ao cenário	Reflexões e ações a partir da situação vivenciada e das condições de vida. Consciência da desigualdade.
Demandas e desafios durante a MSE	Necessidades que os jovens apontam durante o cumprimento de MSE
Dificuldade de participação/Posicionamento	Envolve dificuldade em sugerir possíveis melhorias e mudanças para a MSE
Dinheiro-consumo	Relação com o dinheiro baseado no consumo
Elementos de distinção de si com os demais jovens	Não percepção de alguma semelhança ou ponto em comum entre si e os outros jovens
Falta de apoio/sentimento de solidão e abandono	realidade de terem que “se virar” sozinhos, de não poderem confiar em ninguém, não receberem apoio de amigos ou familiares.
Marcas da violência/Fatalismo/trauma psicossocial	Situações de violência e do contexto que marcaram a construção da identidade dos jovens. Fatalismo/Trauma psicossocial
Naturalização e não percepção da desigualdade/ preconceito	Percepção de que é uma situação que atravessa a todos ou nem mesmo chega a perceber
Pontos positivos da MSE	Relacionados à reflexão e orientação
Relação com família/amigos	Família enquanto principal fonte de apoio.
Relação com uso de drogas e tráfico	Drogas/Tráfico enquanto um trabalho, mas também enquanto um elemento que atrapalha, como a raiz do problema. Dinheiro que vai fácil, uma condição que não é digna.
Reprodução do discurso estigmatizante/individualizante	Atribui a responsabilidade da situação a cada um, repetindo discursos estigmatizantes.
Sentimento de revolta	Revolta e indignação diante da condição de vida e do tratamento recebido na internação
Situações de discriminação, preconceito e humilhação	–
Sonho - Dialética entre consumo e fatalismo	Sonho relacionado ao consumo/possuir ou projetos que não podem ser realizados mais.
Trabalho precário	Ausência de trabalho ou atividades mal remuneradas, informais, ilícitas.

Trajétoria de contato com a justiça/segurança pública	Contato contínuo com os aparatos de segurança, várias abordagens policiais. Situações de injustiça
Trajétoria de vulnerabilidade na escolarização/educação precária	Evasão escolar, expulsões. Escola tradicional não funciona/acolhe esse aluno.
Trajétoria de vulnerabilidades	Trajétoria de vida marcada pela desigualdade. Déficit na garantia de direitos, inserção precária
Violência policial/institucional	Violações múltiplas pelo aparato estatal
Visão da MSE	Visão próxima do que é uma cadeia, prisão/Lógica da punição e castigo
Visão de futuro/Projeto de vida	Trabalho como um valor central, seguir os estudos e formar uma família

ANEXO C – Parecer de aceite do Comitê de Ética e Pesquisa



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: Juventude e criminalização: Desafios enfrentados na reinserção de jovens em cumprimento de medida socioeducativa em Juiz de Fora

Pesquisador: Fernando Santana de Paiva

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 83367718.4.0000.5147

Instituição Proponente: Instituto de Ciências Humanas

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 2.630.833

Apresentação do Projeto:

Trata-se de uma pesquisa exploratório-descritiva, de abordagem qualitativa, que será realizada no município de Juiz de Fora. Serão realizadas entrevistas semiestruturadas com jovens em cumprimento de Medida Socioeducativa (MSE) em meio aberto e observação participante. A definição dos participantes será feita pelo critério de exaustão/saturação dos dados construídos durante a investigação, entretanto estipula-se o máximo de dez participantes dada a densidade de informações que os instrumentos/estratégias oferecerão. Para análise dos dados qualitativos das entrevistas realizadas, será utilizada a técnica de Análise de Conteúdo do tipo temática possibilitando a análise em profundidade do material. Apresentação do projeto está clara, detalhada de forma objetiva, descreve as bases científicas que justificam o estudo, estando de acordo com as atribuições definidas na Resolução CNS 456/12 de 2012, Item III.

Objetivo da Pesquisa:

Objetivo Primário:

Analisar o processo de reinserção social dos jovens em medida socioeducativa em atendimento pelo Centro de Referência Especializado em Assistência Social de Juiz de Fora.

Objetivo Secundário:

1) Compreender os sentidos produzidos por jovens em cumprimento de MSE sobre o processo de

Endereço: JOSE LOURENCO KELMER S/N
 Bairro: SAO PEDRO CEP: 38.038-400
 UF: MG Município: JUIZ DE FORA
 Telefone: (32)2102-3788 Fax: (32)1102-3788 E-mail: cep.propesq@ufjf.edu.br

Continuação do Parecer: 2.630.833

reinserção social, na cidade e Juiz de Fora(MG);

2) Compreender os desafios enfrentados pelos jovens no processo de reinserção social determinado pelas MSE;

3) Verificar as estratégias de enfrentamento e possibilidades construídas pelos jovens no processo de reinserção social;

4) Compreender como os processos de estigmatização e fatalismo incidem sobre o processo de reinserção social;

5) Analisar como a dimensão do trabalho se insere neste processo de reinserção social.

Os Objetivos da pesquisa estão claros bem delineados, apresenta clareza e compatibilidade com a proposta, tendo adequação da metodologia aos objetivos pretendido, de acordo com as atribuições definidas na Norma Operacional CNS 001 de 2013, Item 3.4.1 - 4.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Consideramos que os riscos da pesquisa serão mínimos, como: constrangimento ou inibição durante a realização da entrevista, sendo que, neste caso, o entrevistado pode interromper o procedimento a qualquer momento. Serão tomadas as medidas possíveis para assegurar um ambiente sem a ocorrência de interrupções e ou entrada de pessoas estranhas à pesquisa, com vistas a evitar qualquer tipo de problema. Acredita-se que a presente pesquisa possibilitará o embasamento de futuras pesquisas sobre a temática, o aprimoramento do conhecimento sobre Juventude, especificamente em cumprimento de medidas socioeducativas, além de subsidiar debates acerca de políticas públicas e práticas profissionais. Por último, irá problematizar as principais leis e políticas públicas que tangem a temática da juventude, do cumprimento de medidas socioeducativas e de proteção a essa população, produzindo possibilidades de ação na área trabalhada.

Riscos e benefícios descritos em conformidade com a natureza e propósitos da pesquisa. O risco que o projeto apresenta é caracterizado como risco mínimo e benefícios esperados estão adequadamente descritos. A avaliação dos Riscos e Benefícios está de acordo com as atribuições definidas na Resolução CNS 466/12 de 2012, Itens III; III.2 e V.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

O projeto está bem estruturado, delineado e fundamentado, sustenta os objetivos do estudo em sua metodologia de forma clara e objetiva, e se apresenta em consonância com os princípios éticos norteadores da ética na pesquisa científica envolvendo seres humanos elencados na resolução 466/12 do CNS e com a Norma Operacional Nº 001/2013 CNS.

Endereço: JOSE LOURENCO KELMER S/N			
Bairro: SAO PEDRO		CEP: 38.038-000	
UF: MG	Município: JUIZ DE FORA		
Telefone: (32)2102-3788	Fax: (32)1102-3788	E-mail: cep.propesq@ufjf.edu.br	



Continuação do Parecer: 2.630.033

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

O protocolo de pesquisa está em configuração adequada, apresenta FOLHA DE ROSTO devidamente preenchida, com o título em português, identifica o patrocinador pela pesquisa, estando de acordo com as atribuições definidas na Norma Operacional CNS 001 de 2013 Item 3.3 letra a; e 3.4.1 Item 16. Apresenta o TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE ESCLARECIDO em linguagem clara para compreensão dos participantes, apresenta justificativa e objetivo, campo para identificação do participante, descreve de forma suficiente os procedimentos, informa que uma das vias do TCLE será entregue aos participantes, assegura a liberdade do participante recusar ou retirar o consentimento sem penalidades, garante sigilo e anonimato, explicita riscos e desconfortos esperados, indenização diante de eventuais danos decorrentes da pesquisa, contato do pesquisador e do CEP e informa que os dados da pesquisa ficarão arquivados com o pesquisador pelo período de cinco anos, de acordo com as atribuições definidas na Resolução CNS 466 de 2012, Itens: IV letra b; IV.3 letras a, b, d, e, f, g e h; IV. 5 letra d e XI.2 letra f. Apresenta o INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS de forma pertinente aos objetivos delineados e preserva os participantes da pesquisa. O Pesquisador apresenta titulação e experiência compatível com o projeto de pesquisa, estando de acordo com as atribuições definidas no Manual Operacional para CPEs. Apresenta DECLARAÇÃO de infraestrutura e de concordância com a realização da pesquisa de acordo com as atribuições definidas na Norma Operacional CNS 001 de 2013 Item 3.3 letra h.

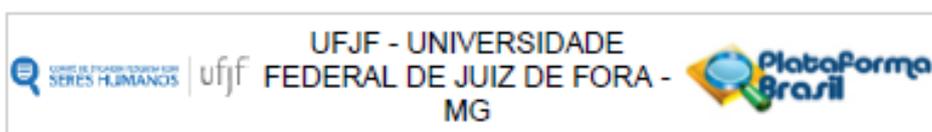
Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Diante do exposto, o projeto está aprovado, pois está de acordo com os princípios éticos norteadores da ética em pesquisa estabelecido na Res. 466/12 CNS e com a Norma Operacional Nº 001/2013 CNS. Data prevista para o término da pesquisa: dezembro de 2019.

Considerações Finais a critério do CEP:

Diante do exposto, o Comitê de Ética em Pesquisa CEP/UFJF, de acordo com as atribuições definidas na Res. CNS 466/12 e com a Norma Operacional Nº 001/2013 CNS, manifesta-se pela APROVAÇÃO do protocolo de pesquisa proposto. Vale lembrar ao pesquisador responsável pelo projeto, o compromisso de envio ao CEP de relatórios parciais e/ou total de sua pesquisa informando o andamento da mesma, comunicando também eventos adversos e eventuais modificações no protocolo.

Endereço: JOSE LOURENCO KELMER S/N
 Bairro: SAO PEDRO CEP: 36.036-000
 UF: MG Município: JUIZ DE FORA
 Telefone: (32)2102-3788 Fax: (32)1102-3788 E-mail: cep.propesq@ufjf.edu.br



Continuação do Parecer: 2.630.033

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PE_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_P ROJETO_1050614.pdf	01/05/2018 15:50:33		Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Projeto_detalhadocorrigidos.pdf	01/05/2018 15:48:10	Fernando Santana de Palva	Aceito
Outros	Roteiro_Entrevista_Semiestruturada.pdf	20/02/2018 10:25:26	Fernando Santana de Palva	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE.pdf	20/02/2018 10:16:28	Fernando Santana de Palva	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	Assentimento.pdf	20/02/2018 10:16:04	Fernando Santana de Palva	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_responsaveis.pdf	20/02/2018 10:15:40	Fernando Santana de Palva	Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	declaracao_de_infraestrutura.pdf	24/01/2018 20:04:12	Fernando Santana de Palva	Aceito
Folha de Rosto	folhaderostoenviar.pdf	24/01/2018 19:45:51	Fernando Santana de Palva	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

JUIZ DE FORA, 02 de Maio de 2018

Assinado por:
Lalner Augusta da Cunha Serrano
(Coordenador)

Endereço: JOSE LOURENCO KELMER S/N
Bairro: SAO PEDRO CEP: 36.036-000
UF: MG Município: JUIZ DE FORA
Telefone: (32)2102-3788 Fax: (32)1102-3788 E-mail: cep.propesq@ufjf.edu.br

ANEXO D – Autorização AMAC



Associação Municipal de Apoio Comunitário
Juiz de Fora - Minas Gerais

AUTORIZAÇÃO

ELIANE KEIL DEL PAULA, Superintendente da Associação Municipal de Apoio Comunitário- AMAC, autorizo a mestrandia do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Juiz de Fora –UFJF, Amata Xavier Medeiros a realizar a pesquisa **“Juventude e criminalização: desafios enfrentados na reinserção de jovens em cumprimento de medida socioeducativa em Juiz de Fora”**, no Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS 2, localizado na Rua Espírito Santo, 444 – Centro, no período de **01/12/2017 a 30/05/2018**, estando o responsável pela pesquisa, o professor Doutor Fernando Santana de Paiva e a discente, cientes dos aspectos éticos, se comprometendo a resguardar a confidencialidade, o sigilo e a proteção da imagem, com o encaminhamento a essa superintendência do relatório sobre a realização do trabalho antes de quaisquer apresentações ou publicações de seus resultados.

Juiz de Fora, 13 de novembro de 2017

A handwritten signature in blue ink, appearing to read 'Eliane Keil Del Paula', is written above the printed name.

Eliane Keil Del Paula
Superintendente da AMAC

ANEXO E – Termo de compromisso



Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais

Livro n.	: XXXIX
Compromissada	: AMATA XAVIER MEDEIROS
Requerente	: A compromissada
Processo n.	: 145 17 021458-2

TERMO DE COMPROMISSO

Aos vinte dias do mês de setembro do ano de dois mil e dezessete, nesta cidade de Juiz de Fora, Estado de Minas Gerais, compareceu a este juízo e secretaria a psicóloga e mestranda **AMATA XAVIER MEDEIROS, A QUAL FICA RESPONSÁVEL** pela pesquisa “JUVENTUDE E CRIMINALIZAÇÃO: DESAFIOS ENFRENTADOS NA REINserÇÃO DE JOVENS EM CUMPRIMENTO DE MEDIDA SOCIOEDUCATIVA EM JUIZ DE FORA”, a ser realizada junto ao CREAS II, nesta cidade, **ficando a mesma alertada de que a identidade e quaisquer outros dados dos adolescentes deverão ser resguardados, tampouco poderão ser identificados por suas iniciais, garantindo a confidencialidade das informações e o anonimato dos participantes.** Do que, para constar, lavrei o presente termo que, depois de lido e achado conforme, vai devidamente assinado. Eu Helena Maria Chinelato, Helena Maria Chinelato, Escrivã judicial, subscrevo e assino, juntamente com a compromissada e o MM. Juiz.

Juiz de Fora, 19 de setembro de 2017Juiz, _____
Ricardo Rodrigues de LimaCompromissada, Amata Xavier Medeiros
AMATA XAVIER MEDEIROSEscrivã, Helena Maria Chinelato
Helena Maria Chinelato

ANEXO E – Autorização da Vara da Infância e Juventude**Comarca de Juiz de Fora
Vara da Infância e da Juventude****Autos nº 145.16.028.572-5**

Vistos, etc.

Trata-se de pedido formulado por Amata Xavier Medeiros, psicóloga e mestranda pela Universidade Federal de Juiz de Fora, para realizar pesquisa junto ao CREAS II intitulada “*Juventude e criminalização: desafios enfrentados na reinserção de jovens em cumprimento de medida socioeducativa em Juiz de Fora*”. Para tanto, alega que a finalidade do presente estudo é o de elaborar o trabalho científico acompanhando as atividades desenvolvidas pelos adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa, especificamente nas modalidades Liberdade Assistida e de Prestação de Serviço à Comunidade. Instruiu o pedido com os documentos de fls.03/13.

O IRMP fiscalizou os autos e manifestou-se favorável à pretensão formulada na inicial - fl. 14.

Ante o exposto, considerando o parecer favorável do Dr. Promotor de Justiça, julgo procedente o pedido, autorizando a realização da pesquisa pela mestranda, nos termos requeridos.

Alerto a pesquisadora que a identidade e quaisquer outros dados ligados à intimidade dos adolescentes deverão ser resguardados, tampouco poderão ser identificados por suas iniciais, garantindo a total confidencialidade das informações.

Lavre-se o Termo de Compromisso a ser assinado pela requerente.

Após, expeça-se a Autorização, de imediato, uma vez que dispensado o prazo recursal.

Isento de custas, nos termos do art. 141, § 2º do ECA.

Int-se.

Dê-se baixa, archive-se.

Juiz de Fora, 20 de agosto de 2017.

Sônia Maria Giordano Costa
Juíza de Direito

ANEXO F – Alvará judicial

Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais

VARA DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE

Avenida Brasil, 1000 - 3º andar - Costa Carvalho - Juiz de Fora - MG - CEP 36070-060
 Telefone: (32) 3691-9853
 SECRETARIA

ALVARÁ JUDICIAL

O Bel. **RICARDO RODRIGUES DE LIMA**, Juiz de Direito da Vara da Infância e da Juventude desta Comarca, em pleno exercício de seu cargo, na forma da lei, etc.

Pelo presente instrumento de ALVARÁ JUDICIAL, indo por ela assinado, extraído dos autos de Autorização judicial n. 145 17 021458-2, tendo em vista o que deles consta,

AUTORIZA

AMATA XAVIER MEDEIROS, a **REALIZAR PESQUISA** junto Centro de Referência Especializada de Assistência Social – CREAS II, nesta cidade, ficando a mesma alertada de que a identidade e demais dados das partes dos processos, principalmente das crianças e adolescentes, deverão ser resguardadas, tampouco poderão ser identificados por suas iniciais, garantindo a confidencialidade das informações e o anonimato dos participantes.

CUMPRADO - SE. Dado e passado nesta cidade de Juiz de Fora, Estado de Minas Gerais, aos vinte dias do mês de setembro do ano de dois mil e dezessete (20/09/2017). Eu, mmw, Helena Maria Chinelato, Escrivã judicial da Vara da Infância e da Juventude, o fiz digitar, subscrevo e assino, juntamente com o MM. Juiz de Direito.

Juiz de Fora, 19 de setembro de 2017

Ricardo Rodrigues de Lima
 Juiz de Direito